



**DEMOCRACIA E
DIREITOS HUMANOS NO BRASIL:
A OFENSIVA DAS DIREITAS
(2016/2020)**

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

**Democracia e
Direitos Humanos no Brasil:
a ofensiva das direitas
(2016/2020)**

**Marcelo Buzetto
(organizador)**



**DEMOCRACIA E
DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
A OFENSIVA DAS DIREITAS
(2016/2020)**

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CUT - Brasil
Central Única dos Trabalhadores
Todos os direitos reservados.

Não é permitida a reprodução total ou parcial sem expressa autorização

Edição

Gonzaga do Monte e Solange do Espírito Santo

Revisão

Sonia Nabarrete

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Emilio Font

Foto da Capa

Paulo Pinto - Fotos Públicas

Esta obra tem o apoio do Solidarity Center

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Democracia e direitos humanos no Brasil : a ofensiva das direitas [2016/2020] / CUT - Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, organizador Marcelo Buzetto. – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2021.

240 p. ; il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-994176-2-7

1. Direitos Humanos. 2. Políticas Sociais. 3. Democracia.
4. Política - Conjuntura. 5. Sindicalismo - Trabalhadores.
- I. Título. II. Buzetto, Marcelo. III. Solidarity Center.

CDU 342.34

CDD 323.40981

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho – CRB 08/9152)

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

www.cut.org.br

2021

Apresentação

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha, sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.

(Sun Tzu, *A Arte da Guerra*¹)

O Brasil vive um período histórico marcado pela ascensão e ofensiva de grupos, partidos e movimentos organizados conservadores, de direita e extrema direita. Depois de um ciclo de governos progressistas, de esquerda e centro-esquerda em toda a América Latina, aqui e em outros países observamos, com comprovada participação do governo dos Estados Unidos da América, uma nova sucessão de golpes de Estado: Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019). Não podemos esquecer ainda das vá-

¹ TZU, Sun. **A arte da guerra**. 1. ed. 1772. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.

rias tentativas de golpe de Estado contra o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro.

O golpe de abril de 2016 no Brasil foi uma ação coordenada e planejada por diferentes atores dessas novas e velhas direitas, utilizando-se das mais variadas formas de luta e de organização, para atingir seu principal objetivo: derrubar o governo Dilma Rousseff e iniciar uma ofensiva contra os direitos humanos, sociais e trabalhistas, buscando enfraquecer ou eliminar as conquistas do período anterior.

Este livro – *Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016/2020)* – é uma tentativa de estimular a reflexão sobre a origem e o desenvolvimento do chamado bolsonarismo em suas múltiplas formas e tendências, um fenômeno que conquistou, rapidamente, um razoável espaço nas lutas sociais e políticas dos últimos oito anos. A publicação é resultado do **Projeto Democracia, Direitos Humanos e Segurança na Ação Sindical**, coordenado pela Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, com apoio do *Solidarity Center*, um histórico parceiro do movimento sindical brasileiro. O projeto assegurou a realização, entre 2019 e 2020, de três seminários de estudo sobre o pensamento conservador e a Nova Direita no Brasil, seus principais ideólogos e suas principais organizações, bem como sobre a influência e a relação do bolsonarismo entre os militares e as forças policiais.

O livro reúne um conjunto de artigos de pesquisadores (mestres e doutores), professores universitários e lideranças políticas progressistas, inclusive de movimentos como *Policiais Antifascismo* e ex-policiais militares, que têm procurado elaborar um projeto democrático e popular na área da Segurança Pública. Buscamos juntar aqueles que estão pesquisando e publicando textos e livros sobre o tema e

com quem teve – ou tem – uma experiência vivida que traga uma contribuição fundamental para o entendimento da atual conjuntura política nacional, desvendando as relações entre a Nova Direita e as milícias, as Forças Armadas e as forças policiais, bem como alguns desafios da esquerda para enfrentar esta situação.

Agradecemos profundamente a colaboração dos autores, que estiveram presentes nos seminários, trazendo uma análise crítica da realidade da luta de classes no Brasil contemporâneo. São eles: Amauri Soares, Ana Penido, Flávio Henrique Calheiros Casimiro, Jana Silverman, José Antonio Burato, José Genoíno Neto, Marcelo Buzetto, Pedro Paulo Chaves Mattos (Pedro Che), Sebastião C. Velasco e Cruz, Valter Pomar, Vera Alves Cepêda e Vinicius do Valle.

Nosso desejo é que esse livro possa se transformar em mais um instrumento de estudo, reflexão e debate e que contribua para a ação política consciente e organizada da classe trabalhadora brasileira, que, depois do golpe, tem sofrido duros ataques pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. É preciso fazer uma análise profunda e precisa sobre os principais motivos que criaram a oportunidade para essa nova ofensiva das direitas, sobre quais erros foram cometidos pelas forças populares e sobre qual é o melhor caminho para a derrubada desse projeto ultraneoliberal e neofascista.

A CUT e os movimentos popular e sindical precisam ser capazes de estar preparados para enfrentar os desafios da classe trabalhadora diante da ofensiva da nova e velha direitas. Seguir na luta por um projeto de desenvolvimento popular e democrático, com soberania nacional e justiça social, é a tarefa de todas as organizações, partidos e movimentos do campo progressista e de esquerda.

No momento em que o Brasil vive uma situação de genocídio, com milhares de cidadãos morrendo devido à contaminação pela Covid-19, é preciso, mais do que nunca, encontrar os meios necessários para retomar, com todos os cuidados e segurança, a mobilização de massas e reconquistar as ruas, pois só a luta poderá alterar a correlação de forças e recolocar, novamente, a classe trabalhadora em movimento.

Esse livro tem o objetivo de ser também um alerta, para que possamos fortalecer as mobilizações populares, pois só assim será possível retomar o rumo de construção de uma nova sociedade, começando por reformas populares estruturais e avançando na direção da tão sonhada transformação socialista.

Jandyra Uehara Alves

*Secretária Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos
da Central Única dos Trabalhadores (CUT)*

Prefácio

Temos a satisfação de apresentar – e de comemorar – a publicação do livro *Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016-2020)*, iniciativa da Secretaria Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, com colaboração do *Solidarity Center*. Resultado de uma série de debates com pesquisadores e especialistas dedicados ao estudo do ascenso das forças de direita e de extrema direita no Brasil, o livro contém, além de uma reflexão profunda sobre o tema, uma acurada análise da composição dessas forças, de suas ramificações e de como atuam no ataque às instituições democráticas, na violação de direitos humanos fundamentais e na busca de reprimir e, no limite, eliminar aqueles que a elas se opõem.

O que assistimos nos últimos anos no Brasil é muito mais sério do que a chamada crise da democracia liberal, acentuada com a crise do capitalismo em sua fase neoliberal (2008), que aprofundou, em países de forte tradição democrática, a desconfiança em relação às instituições políticas e o fosso que separa governantes e governados, permitindo no seu rastro a emergência de forças de extrema direita. Tivemos aqui, como em outros países da América Latina,

verdadeiros golpes de Estado e as forças que hoje ameaçam a democracia no Brasil estão entranhadas no governo e fora dele, capitaneadas por um genocida, que nunca negou o propósito de eliminar fisicamente a esquerda.

O livro vem em boa hora, no momento em que recuperamos a esperança e novo ânimo para continuarmos resistindo, lutando para defender a democracia e derrotar a coligação de forças de direita e de extrema direita que se assenhorou do poder no país. É preciso conhecer como elas atuam, especialmente seu braço armado, como as milícias, para nos protegermos de sua ação, fortalecendo nossa segurança. Com certeza, uma leitura obrigatória para dirigentes do movimento sindical e dos movimentos populares.

Por último e não menos importante, gostaria de cumprimentar e agradecer à companheira Jandyra Uehara Alves, Secretária Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, pela oportuna iniciativa e brilhante trabalho, assim como ao *Solidarity Center* e a todos os pesquisadores e colaboradores que contribuíram com o desenvolvimento do projeto.

Sérgio Nobre

Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Sumário

Apresentação	5
Prefácio	9
Parte 1: A ofensiva das direitas: origem, desenvolvimento e consolidação do bolsonarismo	13
Bolsonarismo: formação e lógicas de atuação	15
VINICIUS DO VALLE	
Nova direita, bolsonarismo e a urgência da luta social contra o atual movimento reacionário no Brasil	37
FLÁVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO	
Direita-direitas no Brasil de hoje: reflexões a partir de uma situação	57
SEBASTIÃO C. VELASCO E CRUZ	
A nova direita no Brasil: ideologia e agenda política	73
VERA ALVES CEPÊDA	
Parte 2: A conjuntura política e o papel das Forças Armadas	91
As Forças Armadas, o golpismo e Bolsonaro	93
VALTER POMAR	
As forças armadas e as lutas populares no Brasil: breve introdução	111
ANA PENIDO	
O papel das Forças Armadas brasileiras nas lutas sociais e políticas	125
MARCELO BUZETTO	
Parte 3: As forças policiais e o bolsonarismo	151
Sobre a origem da violência policial	153
JOSÉ BURATO	
Desnudar o militarismo para desmilitarizar ou uma carta para soldados	171
PEDRO PAULO CHAVES MATTOS (PEDRO CHE)	
A segurança pública e o papel das polícias: transformar as polícias passa por transformar a sociedade	193
AMAURI SOARES	
Parte 4: As direitas contra os movimentos sindical e popular	209
Só é possível resgatar a democracia e defender os direitos humanos com o fim do governo Bolsonaro	211
JOSÉ GENOINO	
Uma tipificação do fenômeno da violência antissindical na Colômbia e comparações com a violência antissindical atual no Brasil	229
JANA SILVERMAN	

Parte 1

A ofensiva das direitas: origem, desenvolvimento e consolidação do bolsonarismo

Bolsonarismo: formação e lógicas de atuação

Vinicius do Valle

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Autor, entre outros trabalhos, de Entre a Religião e o Lulismo (2019), publicado pela Editora Recriar

O convite para escrever o presente artigo surgiu a partir da exposição e do posterior diálogo ocorridos no 3º Seminário Democracia, Direitos Humanos e Segurança, realizado pela Central Única dos Trabalhadores no início de dezembro de 2020. Na ocasião, a segunda onda da pandemia de coronavírus no país estava começando, mas os seus efeitos políticos, em termos de avaliação de governo e impacto nos grupos políticos, ainda não eram sentidos. Isso porque o número diário de infectados e mortos ainda não tinha chegado ao patamar do período crítico da primeira onda e, no âmbito econômico, o auxílio emergencial de 600 reais distribuído pelo governo federal não havia acabado. No seminário, abordamos a origem, as características e os riscos que o bolsonarismo, como movimento político e governo, trazia aos trabalhadores.

Este artigo busca seguir os temas mais abordados na discussão, os quais dividimos em três partes: na primeira, discutimos a formação da Nova Direita no Brasil e a influência desses aspectos iniciais para o presente; na segunda, apresentamos as características e os riscos que o bolsonarismo, tanto como governo quanto como movimento, traz ao país; e, finalmente, na terceira parte, abordamos as pesquisas recentes sobre a base social bolsonarista e as possíveis perspectivas políticas. A base para o artigo são pesquisas realizadas sobre a direita brasileira, tanto as realizadas por mim – entre bolsonaristas e setores religiosos conservadores – quanto por outros pesquisadores citados ao longo do texto. Como se trata de discutir eventos recentes, também há, como não poderia deixar de ser, elementos de interpretação política do autor.

O surgimento e organização da Nova Direita no Brasil

Uma sistematização da gênese da Nova Direita brasileira foi feita pela cientista política Camila Rocha, que identificou o marco temporal de surgimento desse grupo ainda nos anos do governo Lula (2003-2010), mais especificamente ao longo de seu segundo mandato, entre 2006 e 2010. Durante esse período, o Brasil viveu anos de crescimento econômico¹ e diminuição das desigualdades, gerando um “jogo de ganha-ganha”, ou seja, possibilitando que tanto o topo da pirâmide quanto sua base tivessem ganhos substanciais a partir do crescimento gerado. André Singer, em seus trabalhos sobre o lulismo (2010, 2013), considerava que o

1 Economistas como Neri (2010) e Pochmann (2012) mostram dados que confirmam esse ganho de renda em todas as camadas do país, com destaque para as mais baixas. Pochmann (2012) mostra também como há um aumento do peso relativo da remuneração que advém dos salários sobre a renda nacional.

crescimento econômico era uma condição necessária para que o lulismo pudesse realizar esse programa. Nas palavras de Singer (2012, p. 21),

Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior – que tinha agravado para próximo do insuportável a contradição fundamental brasileira – e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002. O subproletariado, reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara – um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem –, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade no segundo mandato, e, assim, garantindo a vitória de Dilma em 2010 e a continuidade do projeto ao menos até 2014.

A realização desse programa dava ao PT condições confortáveis na dinâmica política nacional, colocando-o como ocupante principal de um lugar importante no sistema partidário brasileiro – o do partido popular. A partir da interpretação de Singer (2015), além do partido popular, o sistema partidário brasileiro abarcaria estruturalmente um partido representante das camadas do interior do país – que, na Nova República, foram principalmente o PMDB e MDB – e um partido representante das camadas médias liberais urbanas – posto ocupado com destaque pelo PSDB. O surgimento de uma “nova direita”, e mais especificamente de uma extrema direita, não parecia apontar no horizonte e encontrar espaço relevante nessa estrutura partidária.

Essa falta de representatividade partidária para grupos mais à direita, que no plano econômico defendiam ideias ultraliberais – como a de que “imposto é roubo” ou que o Es-

tado deveria apenas servir como garantidor da propriedade privada – foi um fator importante para moldar suas características. Inicialmente, foi em fóruns de internet, como na extinta rede social *Orkut*, que jovens adeptos do ultraliberalismo se encontraram e criaram espaços de circulação do seu ideário, ainda sem apresentar um engajamento atrelado tanto a organizações da sociedade civil quanto na vida partidária. A partir desse contexto, entre 2007 e 2013, tanto ultraliberais quanto outros militantes que, além de defenderem o livre-mercado e serem adeptos de um programa moral conservador, passaram a formar grupos para ocupar instituições da sociedade civil existentes e criar novas, além de disputar espaços tradicionalmente vinculados à esquerda, como centros e diretórios acadêmicos em universidades. Esse pequeno grupo com origem na internet, após adotar dinâmicas que foram tomando proporções muito maiores, deu início, em 2014, à campanha para o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Pode-se também considerar que influenciou a criação do Partido Novo (Novo), do Partido Social Liberal (PSL) e a reorientação programática do Partido Social Cristão (PSC), que, após a eleição de 2018, podem ser considerados como o “núcleo duro” da Nova Direita brasileira (ROCHA, 2019, p. 61-73).

Direita como contrapúblico e reação às pautas progressistas

Autores como Camila Rocha (2019, 2020) e Jonas Meireiros (2020) têm trabalhado com o conceito de contrapúblico para interpretar o ambiente social da Nova Direita brasileira. A utilização do conceito se dá a partir da teorização realizada principalmente por Michael Warner (2002), que define o contrapúblico como um espaço discursivo caracte-

rizado por uma performatividade disruptiva, no qual seus membros partilham identidade, símbolos e linguagem, que são entendidos como conflitivos com a cultura dominante, de forma que gerariam reações hostis se fossem veiculados sem ressalvas em espaços mais amplos². A popularização da internet teria criado ambientes de atuação de contrapúblicos de esquerda – principalmente ligados a movimentos feministas, LGBTQIA+ e negros – mas também de contrapúblicos de direita, como grupos anti-imigração, antifeministas, anti-LGBTQIA+, religiosos conservadores, negacionistas das mudanças climáticas e de evidências científicas. Esse processo foi muito importante nos Estados Unidos, influenciando os grupos de apoio ao ex-presidente Donald Trump (THIMSEN, 2017, p. 267-283). No Brasil, conforme aponta Rocha (2019), também a nova direita foi constituída por meio desse processo.

Na primeira década dos anos 2000, o *Orkut* era a rede social mais popular do país. Foi nessa plataforma que jovens descontentes com o governo Lula, após o escândalo do “mensalão” e a política econômica menos ortodoxa que foi levada a cabo pelos governos petistas após 2006, passaram

2 A história do conceito de Contrapúblico remete a insatisfações na teorização feita pelo filósofo Jürgen Habermas sobre a constituição da esfera pública, que é sistematizada como um espaço discursivo unificado, com certas normas estabelecidas e um potencial democratizador intrínseco. Autores como Fraser observaram que há espaços alternativos, de grupos marginalizados da esfera pública que se formam a partir das condições de subalternidade em contrapúblicos, criando e circulando discursos contra-hegemônicos, ou seja, de oposição. Assim, existiria uma esfera pública hegemônica e uma série de contrapúblicos subalternos. Warner (2002) nota que a característica central dos contrapúblicos não seria a condição de subalternidade dos sujeitos constitutivos, mas sim a sua própria dinâmica discursiva, que apresentaria uma contraposição à esfera pública dominante a partir de uma performatividade disruptiva, apelando para o choque, criando discursos que causariam espanto fora dos seus respectivos contrapúblicos. Assim, a partir de Warner e de outros teóricos influenciados por ele é possível pensar contrapúblicos de direita. Para uma análise detalhada da história do conceito, ver Rocha (2019).

a se encontrar e trocar informações. Era um período, no entanto, em que Lula detinha amplas taxas de popularidade, e que o Brasil, conforme mencionado, apresentava boas taxas de crescimento econômico e realizava distribuição de renda. Some-se a essa conjuntura econômica e política favorável ao PT o fato de que a direita no Brasil era malvista, pois era associada à ditadura militar, criando uma situação em que analistas e cientistas políticos classificavam a direita de “envergonhada”. Nesse cenário, o *Orkut*, que dava a possibilidade de anonimato por meio da criação de perfis falsos, tornou-se o espaço em que o “tabu” de se classificar como de direita e se opor radicalmente contra o PT foi amenizado. Em diversas comunidades sobre autores, personagens e defesa de pautas de direita, a discussão acontecia de forma muito livre, inclusive com uso de uma linguagem violenta, chocante e disruptiva. Uma das comunidades populares em que os conservadores se encontravam era em homenagem ao escritor Olavo de Carvalho. O próprio Olavo explica a estratégia do uso da linguagem com palavrões e elementos vulgares para chocar o debate público, ensinando a conduta que deveria ser modelo para seus seguidores e que certamente está presente até os dias de hoje:

O USO DO PALAVRÃO

Eu uso esses palavrões porque são NECESSÁRIOS. São necessários no contexto brasileiro para demolir essa linguagem polida que é uma camisa de força que prende as pessoas, obrigando-as a respeitar o que não merece respeito.

Então, às vezes, quando você discorda de um sujeito, mas discorda respeitosamente, você está dando mais força pra ele do que se concordasse. Porque você está indo contra a ideia dele, mas você está reforçando a autoridade dele. A autoridade é a respeitabilidade.

O problema dessas pessoas, desses bandidos de que eu estou falando, não são as ideias. É justamente o fato de que são canalhas.

São canalhas, são bandidos, são ladrões.

V-Ã-O T-O-D-O-S T-O-M-A-R N-O C-U!

(Olavo de Carvalho, *Mídia Sem Máscara*, setembro de 2013)

Com essas características de linguagem livre, chocante e sem freios para o uso do “politicamente incorreto”, os fóruns do *Orkut* serviram como ponto de encontro e espaço de formação de quadros, que foram, a partir de então, criando movimentos, ocupando organizações, disputando centros acadêmicos e, a partir de 2013, ocupando as ruas. O período a partir de junho de 2013³ foi muito importante para a constituição da Nova Direita brasileira, pois a partir das manifestações políticas contra o PT e pelo *impeachment* de Dilma, diferentes pessoas e grupos foram se conhecendo, se articulando e criando alianças políticas.

Aliança entre ultraliberais e conservadores

Entre as alianças importantes que resultaram na Nova Direita brasileira e moldaram suas características, destaca-se a união entre liberais e conservadores. Tal aliança se deu no contexto em que diferentes grupos de oposição ao PT foram percebendo uns aos outros e adotando estratégias de união, tendo em vista combater o inimigo comum, e nesse sentido, conforme argumentado, os atos pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma foram fundamentais. Mas, se a oposição dos ultraliberais aos governos petistas estava dada desde os anos Lula, tendo como base principalmente o

³ Não quero dizer aqui que as manifestações de junho de 2013 foram articuladas pela direita, mas sim que a partir do marco temporal delas, a direita passou a ocupar as ruas em atos públicas.

fato que, a partir de 2006, a política econômica dos governos petistas havia se afastado dos pressupostos e práticas da ortodoxia econômica, o caso dos conservadores morais não é tão óbvio e demarcado. A ala mais ortodoxa desse grupo compartilha a crença de que o mundo vive uma “hegemonia esquerdista” liderada pelas universidades, pelas diversas mídias e pelos governos mundiais, os quais impõem uma agenda voltada à destruição da família e dos valores ocidentais. Nesse sentido, os discursos e grupos em prol dos direitos humanos e minorias, como mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, comporiam essa agenda de extermínio das tradições⁴.

De fato, a superação das opressões na sociedade, como o machismo, o racismo e a LGBTQIA+fobia, faz parte do programa político e do ideário da esquerda. E o PT, nesse sentido, possui coletivos desses segmentos. No entanto, a relação do partido com religiosos tidos como conservadores foi sempre ambígua e multifacetada, e é esse grupo que dá base ao conservadorismo com maior penetração na sociedade brasileira. Ainda que Pierucci e Mariano (1991) mostrem que, desde a eleição de 1989, em que Lula e Collor disputaram a Presidência do país no segundo turno, havia uma articulação de evangélicos contra o PT, cabe recordar que o partido foi fundado a partir de uma influência importante de setores católicos e, enquanto governo, obteve o apoio de líderes importantes do meio evangélico, inclusive do pastor pentecostal Marco Feliciano, que, posteriormente, se tornou uma das vozes antipetistas mais atuantes no meio religioso. Em termos partidários, conforme mostrei em artigo anterior

4 Um dos defensores dessa tese no Brasil é o escritor Olavo de Carvalho, que afirma que os marxistas, seguindo Gramsci, tentam a dominação do mundo a partir da cultura. Para uma análise do uso de Gramsci pela direita brasileira, ver Puglia (2018, p. 54) e para entender sua constituição teórica, ver Chaloub; Perlatto (2016).

(VALLE, 2019), tanto o PRB – atual Republicanos, partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus – quanto o PSC, em determinado período compuseram a base de apoio dos governos petistas. E em termos da base social evangélica, é preciso lembrar, conforme sinalizei em outros trabalhos (VALLE, 2013, 2019, 2020), que os evangélicos correspondem ao grupo religioso com maior percentual de famílias de baixa renda – ou seja, que foram beneficiadas economicamente nos governos petistas, inclusive sendo alvo de políticas públicas específicas, como o Bolsa Família.

Quando analisamos os primeiros anos da década de 2010, vemos que houve mudanças significativas no que tange a pautas importantes para a esquerda, principalmente o que se costuma chamar – muitas vezes erroneamente – de pautas de costumes ou identitárias, relacionadas às mulheres, LGBTQIA+ e negros. Fazendo um levantamento sobre algumas dessas mudanças, em termos gerais, podemos destacar: em 2011, a instauração da Comissão Nacional da Verdade para apurar violações de direitos humanos nas ditaduras do século XX, e o reconhecimento pelo STF da união civil homoafetiva; em 2012, a lei de cotas sociais (Lei nº 12.711/2012) e o reconhecimento do direito ao aborto para mulheres gestantes de fetos com anencefalia; em 2013, a PEC das Domésticas, estendendo os direitos trabalhistas para essa categoria profissional; e em 2014, a chamada Lei da Palmada, que vetava castigos físicos e cruéis no tratamento das crianças. Houve também embates na tentativa de instaurar materiais didáticos e paradidáticos nas escolas visando o combate à homofobia, o que foi imediatamente chamado de “kit gay” pelos setores conservadores.

Além dessas iniciativas institucionais, tanto por parte dos governos petistas quanto do STF, houve também uma

expansão de movimentos sociais feministas, LGBTQIA+, e de pretos e pardos. Alguns desses grupos também agiam a partir de estética e comunicação disruptivas, na linguagem própria de contrapúblicos. Nesse sentido, atos e protestos feministas e LGBTQIA+, como a *Marcha das Vadias* e a *Parada do Orgulho Gay*, envolviam a exposição de corpos e algumas performances artísticas, como “beijaços” coletivos e o uso de figuras religiosas em contextos que provocavam o choque entre setores tradicionalistas, resultando na produção de farto material audiovisual que circulou nas redes e despertou ressentimento nos conservadores. Nas redes sociais, muitos eventos desse tipo foram discutidos amplamente, gerando reações que aumentaram a polarização entre grupos de esquerda e direita⁵. Nos núcleos conservadores, houve um fortalecimento dos discursos de que haveria uma “hegemonia esquerdista” no mundo, cujo principal agente no Brasil seria o Partido dos Trabalhadores.

Essa dinâmica de polarização em torno de pautas morais ganhou corpo e participação de figuras religiosas que, por sua vez, levavam os assuntos para seus fiéis. Um exemplo foi o próprio Marco Feliciano, que realizou cursos com o escritor Olavo de Carvalho⁶ e passou a ser um militante antipetista fervoroso. Assim, diferentes pastores de igrejas importantes levaram as discussões morais para os cultos e colocaram a esquerda como adversária dos valores cristãos. Entre eles, podemos destacar José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Brasil (CNADB) e do Ministério Belém; Silas Malafaia, da AD Vitória em Cristo; Marco Feliciano, da AD Catedral do Avivamento; Manuel Ferreira, da Assembleia de Deus Ma-

⁵ Para uma análise sobre esses embates, ver Rocha; Solano (2019, p. 61-73).

⁶ Ver Bragon (2019).

dureira; Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd); R. R. Soares, da Igreja Internacional da Graça; Claudio Duarte, da Igreja Batista Brasileira; Valdemiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus; e Sonia e Estevam Hernandes, da Igreja Renascer em Cristo.

Com setores conservadores vindo a esquerda e os governos do PT como inimigos e participando mais ativamente dos circuitos de oposição ao governo, sua união com os ultraliberais, que já estavam política e socialmente ativos, foi se consolidando. Um primeiro ensaio dessa Nova Direita no plano institucional foi em 2014, quando o PSC lançou a candidatura à Presidência do pastor Everaldo, que aliava pautas religiosas e a defesa ferrenha de um programa econômico liberal. Apesar de um início promissor, com 4% dos votos em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha e tecnicamente empatado em terceiro lugar⁷, a entrada de Marina Silva – também evangélica – no pleito eleitoral acabou derretendo o apoio de setores evangélicos ao PSC, fazendo com que Everaldo conseguisse apenas 0,74% dos votos válidos.

Foi a crise econômica que o país enfrentou a partir de 2015 que trouxe uma conjuntura cada vez mais favorável para a Nova Direita. Com a piora da situação econômica e o aumento do desemprego afetando a vida das pessoas, principalmente das mais pobres, os discursos antipetistas ganharam mais espaço e foram ouvidos pelos insatisfeitos. Realizando as pesquisas do mestrado e doutorado junto a evangélicos da Assembleia de Deus entre 2011 e 2017, pude presenciar, a partir de 2015, a mudança de um amplo setor de fiéis que votava em candidatos petistas para elei-

7 ARAUJO, A. Assembleia de Deus troca pastor Everaldo por Marina Silva. **O Dia**, Rio de Janeiro, 14 de set. de 2014. Cf: <http://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-09-14/assembleia-de-deus-troca-pastor-everaldo-por-marina-silva.html>. Acessado em 29 de ago. de 2018.

ções executivas e havia deixado de fazê-lo (VALLE, 2019, p. 264). Nos discursos colhidos desses fiéis, as pautas morais e religiosas, apesar de presentes, vinham num conjunto de críticas em que o aspecto socioeconômico era o elemento estruturador. Nesse cenário, os pastores que, por receio de incomodar os eleitores lulistas, foram mais discretos nas críticas ao PT em 2012 e 2014, passaram a realizar discursos explícita e enfaticamente antipetistas a partir de 2015. Ao mesmo tempo, a piora da situação econômica dava voz aos economistas críticos às gestões petistas, que no geral defendiam medidas mais liberais.

Em meio a essa conjuntura, que em nada era favorável à esquerda, a operação Lava Jato serviu tanto para estigmatizar o PT quanto para pavimentar o espaço para a Nova Direita. Isso, pois, apesar de atingir vários políticos e partidos, a operação atacou principalmente os governos petistas, fervendo o caldo social que culminaria no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Assim, aos olhos da opinião pública, a corrupção ficou colada, de maneira muito forte, ao Partido dos Trabalhadores – o que casava muito bem com as críticas morais que os setores religiosos faziam à esquerda. A Lava Jato desestruturou também o sistema partidário brasileiro, abrindo espaço para figuras políticas consideradas *outsiders*, que sofriam resistência tanto institucionalmente, nas cúpulas partidárias, quanto entre a população, que passou a ficar cada vez mais sedenta de novos líderes e frentes.

Todos esses eventos ao longo de uma década culminaram na formação de uma base social da Nova Direita na sociedade brasileira. Essa base, no cenário das eleições de 2018 – com Lula impedido de concorrer, os partidos políticos em frangalhos, uma direita mais acostumada às redes

sociais, o episódio da fachada etc. – conseguiu impulsionar a candidatura de Jair Bolsonaro para a viabilidade eleitoral e, posteriormente, para a vitória.

Bolsonarismo como movimento e organização: lógica por trás do caos

Apesar de ser fruto de uma conjuntura particular, de apresentar um comportamento que lembra a dinâmica de contrapúblicos que originou o movimento da Nova Direita, e de escolhas e práticas que fogem do protocolo dos políticos profissionais e contrariam a lógica dos incentivos institucionais e econômicos, Bolsonaro possui, sim, um método e uma lógica de ação. Em primeiro lugar, sabe que não possui estrutura partidária fiel e deve tanto sua eleição quanto seu poder político à manutenção de sua base social. Em termos ideológicos, o que baliza essa base é, principalmente, conforme assinalado, a união do ultraliberalismo e o conservadorismo. Essas ideologias, no entanto, se apresentam com maior aprofundamento em certos grupos sociais, entre eles:

– Camadas do alto empresariado que, tendo em vista ampliar os seus lucros, são contra leis trabalhistas, regulações ambientais e impostos;

– Pequenos comerciantes locais que se tornaram antipetistas com a crise econômica e agora se colocam contra as medidas de isolamento derivadas da pandemia;

– Ruralistas, madeireiros e mineradores, contrários a quaisquer leis ambientais, às demarcações de terras indígenas e quilombolas e às leis trabalhistas;

– Grupos de policiais, guardas e profissionais de segurança privada que se posicionam contra quaisquer políticas de promoção de direitos humanos, vendo neles a fonte da

criminalidade. Ironicamente, há também um grupo de profissionais de segurança, seja das forças policiais ou privadas, que atuam organizados em milícias, controlando práticas ilegais em determinados territórios, e que são próximos ao bolsonarismo;

– Frações de autônomos e “empreendedores” individuais. Esse grupo, composto por diferentes tipos de trabalhadores precarizados ou “uberizados”, não recebe – e, portanto, não vê como importante – direitos trabalhistas e tem como fonte de renda seu próprio trabalho, realizado, muitas vezes, individualmente. Nele, a ideologia do mérito derivado unicamente do esforço pessoal possui uma aderência importante.

Além dessas categorias profissionais e setores econômicos com interesses materiais identificáveis, postulo outros grupos cuja identificação se dá a partir propriamente de afinidades ideológicas. São eles:

– Setores evangélicos pentecostais. Como expus em trabalhos anteriores (VALLE, 2018, 2020), é comum entre evangélicos a interpretação de que o mundo vem passando por uma deterioração moral, necessitando de um pulso firme que, tendo a religião como base, imprima ordem. Tal deterioração moral seria manifestada na violência, no uso de drogas, na pobreza, nos desvios da sexualidade heteronormativa, nos conflitos familiares etc. Portanto, a esquerda e os movimentos feministas e LGBTQIA+ são vistos como parte dessa deterioração. Conforme argumenta o antropólogo Ronaldo Almeida (2017), a teologia da prosperidade, presente nas denominações neopentecostais e que, de forma mais difusa, ecoa em outros segmentos evangélicos e católicos, possui afinidades com o liberalismo e a ideologia do empreendedor individual;

– Um grupo que, na falta de nome melhor, chamaremos de “conservadores populares”. Entre estes, predomina propriamente o posicionamento contra feministas, LGBTQIA+ e, muitas vezes, negros. Há no grupo um sentimento de desagrado com a complexidade do mundo, seja ela manifestada no campo social, cultural, intelectual, urbano ou econômico. Essas pessoas veem no autoritarismo e na defesa de uma ordem social clara e simples, que remete a um passado seguro (porém, inexistente), uma proteção e uma salvaguarda diante da complexidade de um mundo que não entendem bem.

Esses setores se unem nos diferentes descontentamentos com a ordem legal e cultural estabelecida, gerando demandas que podem ser traduzidas por uma retórica antissistêmica. Bolsonaro responde a esses grupos, portanto, estabelecendo uma política de combate constante às instituições políticas, às leis e às transformações culturais do mundo. Assim, suas declarações, atitudes e atos de governo precisam quebrar protocolos, e envolvem criar fatos, medidas e declarações que aparentam confrontar normas e poderes estabelecidos. Quando não age dessa forma e é obrigado a fazer concessões e seguir protocolos, conforme destaca a antropóloga Isabela Kalil (2020), baseada em suas pesquisas com militantes de extrema direita, Bolsonaro encontra críticas em parte de sua base, que espera do presidente mais radicalismo e enfrentamento. É por meio do confronto, portanto, que o bolsonarismo mobiliza, responde às suas bases e ganha espaço e poder na sociedade.

Nesse método do confronto constante, que gera mobilização e faz com que seus seguidores sintam-se numa batalha contra um inimigo poderoso que necessita ser derrotado, Bolsonaro precisa estar sempre em movimento. Por tal motivo, inspirado no conceito homólogo gramsciano, tenho pro-

posto a categoria de “guerra de movimento” para entender suas ações. Assim, na guerra de movimento bolsonarista, a luta política é estabelecida de forma incansável e múltipla, sobrecarregando o debate político com declarações e ações que abordam várias pautas e atacam vários grupos distintos, utilizando-se maciçamente de redes sociais em perfis institucionais, nos dos filhos e no do próprio presidente; de declarações para apoiadores; de convocações de atos de rua; pronunciamentos públicos em cadeia nacional; em ações para confundir a imprensa e no uso da caneta presidencial para decisões políticas controversas.

Em cada um desses atos ou palavras, há um enfrentamento às instituições ou grupos considerados inimigos, ou ainda uma exaltação de características de sua base. Em cada narrativa criada, há o elemento de uma grande conspiração que necessita ser desmontada pelo capitão e suas forças patrióticas. Todas as estratégias são levadas a cabo em cadeia de movimentos, fazendo com que as ações e versões mudem rapidamente conforme os ventos do dia, gerando afirmações e atos muitas vezes contraditórios, mas que forcem uma conjuntura em permanente movimento e mobilização, de forma veloz o suficiente para estar sempre no ataque e vários passos à frente dos adversários políticos.

Devido a essas características, por vezes as ações do presidente podem parecer irracionais. No entanto, o que elas fazem é romper a lógica regular da política, dificultando sua compreensão e, por consequência, o enfrentamento ao governo. Dessa forma, o conflito e o caos tornam-se tanto o método de ação quanto o resultado esperado, que garante a existência de seu movimento político e sua competitividade eleitoral.

Relação de Bolsonaro com sua base conservadora

Se por um lado, o movimento e o conflito constantes geram o engajamento e fidelização de uma parcela de apoiadores, por outro, essa base também vive o custo e cansaço que o conflito evoca. Esses apoiadores, portanto, ao mesmo tempo que tendem a ficar mais fiéis ao longo do tempo, tendem a se reduzir – ou, ao menos, a se dividir cada vez mais entre apoiadores genéricos e esporádicos e aqueles altamente engajados. Entender melhor a base bolsonarista é um dos desafios para intelectuais e agentes políticos que buscam a superação das contradições da sociedade brasileira, e a ampliação ou, ao menos, a preservação do que resta de democracia no país. Ainda que sejam necessários mais estudos e o uso de diferentes metodologias para tal, já há trabalhos tratando o fenômeno.

Um grupo de pesquisadores do qual fiz parte, coordenado pelas cientistas sociais Esther Solano e Camila Rocha, publicou a pesquisa *Bolsonarismo em Crise*, composta por uma série de entrevistas em profundidade com conservadores moderados, pertencentes às faixas de renda C e D, realizadas entre os meses de maio e junho de 2020. A pesquisa identificou três grupos de conservadores: os bolsonaristas fiéis, os apoiadores críticos e os arrependidos. O fato da identificação de um grupo arrependido é, por si só, uma notícia relevante. Entre estes últimos, as críticas endereçadas ao governo Bolsonaro mencionavam as declarações polêmicas do presidente, vistas como um desrespeito com o cargo e a nação. Além disso, o posicionamento do governo perante a pandemia já era sinalizado como um grande problema e muitas vezes visto como um desrespeito com as vidas perdidas. Apareceram, ainda, críticas fortes à presença dos filhos no governo. Nas palavras de uma ex-eleitora

arrependida: “Eu estou muito decepcionada. Ele só parece preocupado com sua família, e o Brasil? Antes de pai, ele é presidente da República. O lema dele deveria ser “Brasil acima de tudo, minha família acima de todos!” (Mulher, 52 anos, arrependida).

Entre os apoiadores críticos, o incômodo tanto com os filhos quanto com as declarações do presidente também estava presente. Esse incômodo, no entanto, era relativizado. O discurso predominante era de que Bolsonaro seria diferente dos outros políticos, por ser verdadeiro e falar o que pensa – por isso, as declarações infelizes deveriam ser relativizadas. Também diziam que Bolsonaro havia começado o governo há pouco tempo, depois de anos de governos que haviam “destruído o Brasil”. Avaliavam ainda que havia uma perseguição a Bolsonaro por parte da mídia no geral, para derrubar um presidente que seria contra os seus interesses. A tônica desse segmento é que seria preciso dar um “crédito” para o governo começar a mostrar a que veio. Ao mesmo tempo, esses entrevistados também afirmavam que poderiam retirar o apoio ao presidente e que, em 2022, poderiam votar em outro candidato que fosse conservador. O depoimento a seguir traz esses aspectos: “Colocamos o Bolsonaro porque ele é linha dura, bate de frente, só que ninguém nunca passou por uma pandemia dessa. O cara chegou numa posição de poder, ele tem que saber como lidar? Não! O cara tá tentando e não deixam ele governar também” (Homem, 31 anos, apoiador crítico).

Finalmente, entre os bolsonaristas fiéis, os discursos colhidos iam na direção que Bolsonaro era verdadeiro, estava tentando solucionar os problemas brasileiros e acabar com a corrupção, mas que era perseguido pela imprensa e detratores. Alguns admitiam falhas pontuais e criticavam a

conduta dos filhos do presidente no governo – ponto que se assemelha ao grupo dos arrependidos e críticos. Abaixo seguem alguns trechos de entrevistas com bolsonaristas fiéis:

Acho que nesse tempo que ele está no cargo não deu tempo ainda de por as propostas dele. Acho que a economia estava vindo bem. Os cargos foram técnicos, ele tem propostas boas e estava no caminho certo. Infelizmente, acho que essa pandemia veio e atrasou não só o Brasil como vários outros países do mundo (Homem, 27, bolsonarista fiel).

O Bolsonaro é muito a cara do tio brasileiro, que vai numa reunião de família e expressa a opinião dele, vai falar palavrão, vai mandar tomar no cu, vai mandar calar a boca, e o Brasil estava precisando de um cara assim! Que vai falar: foda-se, eu sou o presidente disso aqui e vai ser do meu jeito porque esse bando de merda que veio atrás aí, Lula, condenado na segunda instância, é ídolo de um monte de gente! Então, pô, deixa o cara governar, deixa o cara falar palavrão! Ele é um fanfarrão, é sim, mas esse monte de gente que veio antes, que falou bonitinho, que falou certinho, não fez porra nenhuma, só roubou! (Homem, 32, bolsonarista fiel).

A partir dessas falas, podemos ver que entre pessoas comuns de classes baixas, que não são militantes engajados no universo da política institucional e dos contrapúblicos de esquerda e direita, há diferenças significativas. Entender esse eleitorado é importante, pois ele representa a maioria dos que votaram em Bolsonaro em 2018 e, portanto, são aqueles que podem decidir os futuros pleitos. Da breve análise aqui realizada, podemos depreender que o discurso propriamente militante aparece em parte entre o grupo que denominamos bolsonaristas fiéis, mas ainda assim, é

um discurso distinto dos círculos mais atuantes, que invocam a ideologia do conservadorismo e do ultraliberalismo de forma mais estruturada. Podemos dizer que, por parte dos progressistas, o diálogo com esse grupo de bolsonaristas fiéis, ainda que não impossível, é mais difícil, já que partem de interpretações distantes sobre a realidade brasileira. Há, no entanto, entre os bolsonaristas arrependidos e críticos, pontos de entrada para o diálogo que podem ser aproveitados. No entanto, as críticas que esses grupos fazem ao governo Bolsonaro não necessariamente os afastam do alcance de outros candidatos de esquerda. Sem um trabalho que aproxime ideologicamente as camadas populares dos progressistas, outros líderes de direita podem surgir com apoio popular para o centro da cena política nacional.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, A. Assembleia de Deus troca pastor Everaldo por Marina Silva. **O Dia**, Rio de Janeiro, 14 de set. de 2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-09-14/assembleia-de-deus-troca-pastor-everaldo-por-marina-silva.html>.

ALMEIDA, R. de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718>.

BRAGON, R. Feliciano elogia Olavo, ataca militares do governo e diz não ser mais idiota político. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/feliciano-elogia-olavo-ataca-militares-do-governo-e-diz-nao-ser-mais-idiota-politico.shtml>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. A Nova Direita Brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, n. 72, Ano XIX, Janeiro/Fevereiro/Março, 2016.

FRASER, N. **Rethinking the Public Sphere**: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: FRASER, Nancy. *Justice Interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. New York/London: Routledge, 1997.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações so-

bre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014.

KALIL, I.; SANTINI, R. M. **Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política**. Relatório de pesquisa, 01 de abr. de 2020. São Paulo/Rio de Janeiro: FESPSP/UFRJ. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. In: **Novos Estudos**, n. 34, São Paulo: CEBRAP, 1992.

PUGLIA, L. S. Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. In: **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/Teoriae-Cultura/article/view/12432>.

ROCHA, C.; MEDEIROS, J. Vão todos tomar no...': a política de choque e a esfera pública. In: **Horizontes ao Sul**, 27 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/vao-todos-tomar-no-a-politica-do-choque-e-a-esfera-publica-2020>.

ROCHA, C.; SOLANO, E. **Conservadores vs. Movimentos Feminista, Negro e LGBT**: um diálogo impossível?. In: SOLANO, Esther (Org.). **Brasil em Colapso**. São Paulo: UNIFESP, 2019.

ROCHA, C.; SOLANO, E. **Bolsonarismo em crise?** Relatório de Pesquisa. Fundação Friedrich Ebert, 2020. Disponível em: https://brasil.fes.de/fileadmin/user_upload/Bolsonarismo_em_Crise_-_Camila_rocha_e_Esther_Solano.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado em Ciência Política – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. In: **Novos Estudos**, n. 97, São Paulo: CEBRAP, 2013. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THIMSEN, F. **Did the Trumpian Counterpublic Dissent against the Dominant Model of Campaign Finance?**. Javnost - The Public, 2017.

VALLE, V. **Religião, lulismo e voto**: a atuação política de uma Assembleia de Deus e seus fiéis em São Paulo (2014-2016). Tese de Doutorado em Ciência Política – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VALLE, V. **Pentecostalismo e lulismo na periferia de São Paulo**: estudo

de caso sobre uma Assembleia de Deus na eleição municipal de 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VALLE, V. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC. In: **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

VALLE, V. **Entre a religião e o Lulismo**: um estudo com pentecostais em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Recriar, 2019.

VALLE, V. **Lulismo entre evangélicos em São Paulo**: aproximações e limites. In: SANTOS, F. L. B.; PERRUSO, M. A.; OLIVEIRA, M. S. (Org.). O pânico como política: o Brasil no imaginário do Lulismo em crise. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2020.

WARNER, Michael. **Publics and Counterpublics**. New York: Zone Books, 2002.

Nova direita, bolsonarismo e a urgência da luta social contra o atual movimento reacionário no Brasil

Flávio Henrique Calheiros Casimiro

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor efetivo de História Econômica e Economia Política do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

O presente texto representa a sistematização do debate proporcionado na ocasião do 3º *Seminário Nacional Democracia, Direitos Humanos e Segurança na Ação Sindical*, promovido pela Central Única dos Trabalhadores – CUT e pelo *Solidarity Center*, em dezembro de 2020. Por se tratar da materialização de uma conferência, o objetivo aqui é lançar questões e reflexões sobre a constituição das direitas contemporâneas no Brasil. Sendo assim, não temos a pretensão de apontar respostas mais elaboradas e definitivas para os problemas e as angústias que estamos enfrentando

neste início caótico de desgoverno de Jair Messias Bolsonaro. Todavia, a busca foi a de apontar e discutir alguns dos elementos que constituem o processo histórico da ascensão da extrema direita bolsonarista.

O ano de 2020 definitivamente marcará a história da humanidade. Logo no seu início, nos deparamos com uma das maiores pandemias que se tem registro. De forma mais intensa ou mais controlada, a doença se alastrou pelos cinco continentes com uma velocidade impressionante, como um efeito colateral da interconexão do mundo globalizado. Além das mortes e do medo, ela trouxe consigo a necessidade de novos comportamentos e, acima de tudo, reflexões sobre o papel dos Estados na condução de políticas públicas de saúde.

No Brasil, essa tragédia mundial adquire contornos mais dramáticos e revoltantes. Diante de um profundo debate sobre o papel do Estado que se abre com a pandemia – com uma necessidade de grande investimento de recursos públicos para a estruturação dos sistemas de saúde e enfrentamento da doença, assim como políticas sociais consistentes para a garantia da renda e da dignidade da população –, os brasileiros acompanham perplexos o absoluto desgoverno de Bolsonaro, marcado pelo negacionismo com um deliberado escamoteamento sistemático da realidade, que esconde, por sua vez, intencionalidades políticas e ideológicas.

Se não bastasse o drama diante da crise sanitária sem precedentes, o quadro distópico que acompanhamos nesses dois anos de governo de Jair Bolsonaro nos apresenta uma verdadeira tragédia nas mais distintas dimensões da vida social, econômica e política no Brasil. Para iniciar, podemos destacar a verdadeira destruição em operação na educação pública gratuita do país. Isso se faz por meio de cortes or-

çamentários severos, inviabilizando o funcionamento das instituições; do corte profundo de verbas destinadas à pesquisa científica, causando um verdadeiro desmonte na ciência brasileira; da perseguição e intimidação de professores a partir das premissas do chamado movimento Escola Sem Partido; dos ataques aos mecanismos de gestão democrática das universidades federais; da nomeação de reitores derrotados nas consultas públicas feitas às comunidades universitárias, porém alinhados ao governo Bolsonaro (na velha lógica antidemocrática de indicação política: “aos amigos do rei tudo, aos inimigos...”).

Outra dimensão da tragédia anunciada chamada Bolsonaro é, sem dúvida, a postura de seu governo em relação ao meio ambiente. A trágica liberação de um pacote de 51 novos agrotóxicos em 2019 – totalizando 290 no ano, na listagem publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) – é um exemplo que demonstra bem a que veio. Em se tratando de distopia, foi no primeiro ano do mandato de Bolsonaro que São Paulo viu o dia virar noite, por volta das 16 horas do dia 19 de agosto de 2019, ocasionado por partículas de poluição, agravada pelo aumento assustador das queimadas no Brasil. No ano seguinte, o país registrou novo crescimento das queimadas, quando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) contabilizou 222.798 focos de incêndio, 12% a mais do que os 197.632 registrados em 2019, de acordo com matéria do portal UOL¹.

O deliberado desmonte dos organismos de fiscalização e proteção de áreas de preservação da floresta amazônica resultou num aumento de 30% do desmatamento em 2020,

1 MADEIRO, C. Brasil fecha 2020 com maior número de focos de queimadas em uma década. **UOL**, São Paulo, 01 de jan. de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/01/01/brasil-fecha-2020-com-o-maior-numero-de-focos-de-queimadas-em-uma-decada.htm>.

se comparado ao ano anterior, o que representa uma área de 8.058 km², cerca de cinco vezes maior que a cidade de São Paulo. Mas, para o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a pandemia do coronavírus – que até 22 de abril de 2020 havia matado 21.048 pessoas no Brasil –, estava sendo “uma ‘oportunidade’ para ‘ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas [ambientais] (...) de baciada”, segundo revelou matéria do *El País Brasil*². E mesmo diante de toda repercussão negativa e repúdio de diversos setores nacionais e internacionais diante da fala do ministro e dos atos do governo, a realidade é que a estratégia de devastar, queimar e abrir novas fronteiras para o agronegócio continuou seguindo de vento em popa.

Esse desgoverno representa uma grande ameaça aos trabalhadores, caracterizada por sucessivos processos de expropriações sociais com o aprofundamento das reformas estruturais de Estado em marcha. Elas representam a destruição de garantias e direitos historicamente conquistados por meio de muitas lutas dos trabalhadores, reduzindo sistematicamente o papel social do Estado em prol do empresariamento dessas funções, a partir dos interesses do capital. Trata-se da formação massiva e sistemática de trabalhadores sem direitos ou com sua redução a um ponto próximo ao insustentável, como resultante de expropriações avassaladoras.

Todos esses acontecimentos e políticas, dentre tantas outras atrocidades cometidas durante esses dois primeiros anos de desgoverno, são promovidas e amalgamadas por

2 ALESSI, G. Salles vê “oportunidade” com coronavírus de “passar boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. **El País Brasil**, São Paulo, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>.

uma posição extremamente truculenta, autoritária e carregada de discursos de ódio. Essa faceta *chauvinista* do bolsonarismo, característica dos fascismos, que busca a exaltação de uma suposta construção de uma “pátria unificada” e acima de todos, é o subterfúgio para massacrar tudo e todos aqueles que não se “enquadram” nesse projeto de extrema direita moralista: reacionário, antiliberal, antiprogressista, anticomunista e anticientífico.

Nesta conjuntura, uma questão que persegue todos aqueles que se debruçam sobre essa temática, assim como todos que se indignam com a realidade distópica que estamos vivendo no Brasil atual, é: como chegamos a isso? Como compreender a ascensão de um projeto de extrema direita com características fascistas no Brasil atual? Assim, é possível afirmar a existência de uma nova direita? E como o projeto da extrema direita bolsonarista se enquadra nessa nova expressão das direitas brasileiras? Essas questões e inquietações norteiam a reflexão em tela.

O bolsonarismo como uma das expressões no interior da Nova Direita

Como assinalado, diante do cenário obscuro de ascensão de um projeto de extrema direita ao poder, que tem deixado perplexos setores progressistas diante de discursos autoritários com características fascistas, muitas análises e estudos têm sido produzidos na tentativa de trazer alguma explicação para esse movimento reacionário no Brasil. Por conseguinte, a atual conjuntura e o próprio uso do termo Nova Direita nos remete à necessidade de uma caracterização mais elaborada, no sentido de evitar abordagens reducionistas ou que desconsiderem a sua análise enquanto um processo histórico mais complexo.

Para aprofundar o debate, elencamos algumas abordagens mais recorrentes que buscam explicar essa espécie de “refluxo” conservador. A primeira tentativa de explicação da atual conjuntura que elencamos, com o objetivo de estabelecer uma delimitação conceitual para o termo Nova Direita, parte de um enfoque sobre o seu caráter discursivo. Nessa perspectiva, o característico discurso de ódio que vem ganhando proporção e reverberação nos últimos anos seria uma marca de distinção desse novo movimento de caráter reacionário no Brasil, se comparado às direitas mais tradicionais.

É um fato inquestionável que acompanhamos o fortalecimento de um movimento reacionário extremamente truculento, caracterizado pelo discurso de ódio, racismo, intolerância, autoritarismo, LGBTQIA+fobia e pelo ataque sistemático à política e ao conhecimento científico. Discursos que até há pouco tempo pareciam improváveis de serem proferidos – e que causavam certo constrangimento mesmo para conservadores – passaram a ser proferidos de forma desavergonhada por pessoas de diferentes segmentos sociais e, principalmente, passaram a fazer parte de discursos de autoridades e lideranças políticas.

Para nossa análise, entretanto, a ampliação desse discurso de ódio não é suficiente para a caracterização de uma Nova Direita, porque ele não representa uma novidade do ponto de vista teórico-político, estando muito presente no característico conservadorismo histórico brasileiro. As retóricas pautadas em “ameaças” à “família” e aos “bons costumes”, o “perigo vermelho”, dentre outras, já motivaram discursos extremamente excludentes, violentos e discriminatórios ao longo da história republicana no Brasil. Nada mais emblemático que a *Marcha da família com Deus pela liberdade*, realizada em 1964 por apoiadores do golpe civil-

-militar, que vem sendo reeditada nos últimos anos. O fato é que essas manifestações adquiriram reverberação nos últimos anos diante da conjuntura e, principalmente, em função das novas tecnologias de comunicação, que passam uma certa sensação de proteção e invisibilidade, permitindo e/ou estimulando determinados discursos sem maiores constrangimentos sociais e legais.

Outra tentativa de definição busca estabelecer uma relação de causalidade entre a Nova Direita e o desenvolvimento das tecnologias da comunicação, principalmente com as redes sociais (*Facebook, Twitter, Instagram*, entre outras) e os aplicativos móveis de comunicação, como o *Whatsapp* e similares. A transformação de toda vida social diante da criação dessas inovações na comunicação é algo absolutamente inquestionável. Novos padrões de comportamentos, novas formas de interação e relações sociais do trabalho e tantas outras transformações são resultantes das novas tecnologias que, por sua vez, também se transformam constantemente em um processo dialético.

Nesse sentido, a estratégia de grande parte dessa construção de um projeto da extrema direita esteve centrada no esvaziamento do debate político e de sua profundidade, em função da reprodução automática e irrefletida de determinados discursos em uma espécie de “memetização” do espaço político. É um movimento estratégico, que reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais, “viralizando” informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*fake news*), em um vertiginoso e contínuo processo deliberado e muito bem estruturado de renovação. Não se trata, obviamente, de uma crítica às inovações tecnológicas no campo das co-

municações, mas a constatação da importância de refletir criticamente quanto ao uso político de tais recursos.

Essa nova estratégia de atuação política, que se mostrou efetiva e fundamental nos últimos processos eleitorais – não somente no Brasil, como também para a própria vitória de Donald Trump para a Presidência dos EUA –, representou uma marca da campanha vitoriosa de Jair Bolsonaro e seus grupos aliados em 2018. O importante é ter consciência de que, apesar dessa estratégia de ação política ser extremamente difusa, ela não pode ser compreendida como meramente espontânea e/ou aleatória.

Se, por um lado, há uma imensa quantidade de materiais, *memes*³, vídeos, frases de efeito, pequenos textos, notícias falsas, descontextualizações de episódios etc. – que são capilarmente reproduzidos, compartilhados e pulverizados por diferentes recursos tecnológicos utilizados por grande parte da sociedade brasileira –, por outro, existem estruturas muito bem organizadas e financiadas para criar os mecanismos necessários para sua difusão, assim como aparelhos produtores de tais discursos e recursos variados de atuação política e ideológica.

Muitas dessas matérias convertidas em *memes* e “viralizadas” nas supracitadas redes sociais e aplicativos móveis, por sua vez, são conteúdos produzidos e/ou replicados por *blogs* representantes de setores da direita, assim como em aparelhos de atuação política e ideológica mais complexos e diversificados em suas estratégias de ação. A atuação promovida por essas organizações atinge uma repercussão para além de qualquer controle e estimativa.

3 Nota dos editores: a expressão meme é usada para descrever um conceito de imagem, vídeo ou animação (GIFs) e/ou pequenos textos de humor, que se espalham pelas redes sociais.

Tais discursos caracterizam-se pela ação desestruturadora, desarticuladora e esvaziadora do significado dos movimentos sociais e trabalhistas e de outros grupos e minorias socialmente desfavorecidas e marginalizadas; pela crítica às políticas sociais, como se essas fossem causadoras da crise (“bolsa vagabundo”); pelos discursos autoritários, truculentos (“bandido bom é bandido morto”, “Direitos Humanos, direitos dos manos”), outros, muitas vezes carregados de posicionamentos marcadamente preconceituosos, camuflados por uma suposta e conveniente “irreverência” (“não sou racista ou não sou homofóbico, isso foi apenas uma brincadeira”; “esse mundo ficou chato, não se pode mais brincar”); e também pela estratégia simbólica de produção de significados em uma espécie de “única” alternativa “verdadeiramente antissistêmica”, pautada na refutação da política “tradicional” e, obviamente, nas construções antipetistas.

Como demonstrado, as inovações na comunicação representam mecanismos estratégicos amplamente acionados pelas direitas, inclusive a mais reacionária ligada ao bolsonarismo, mas isso não define uma nova expressão da direita e, tampouco, do movimento reacionário. Se partirmos do pressuposto de que o que define e caracteriza esse movimento da chamada Nova Direita seria a revolução das tecnologias de comunicação, cairíamos em um problema, onde a cada inovação tecnológica pretérita ou futura, que revolucionou ou vier a revolucionar o campo de atuação política e ideológica, e teríamos de considerar como uma nova expressão das direitas.

Além disso, temos abordagens que propõem um recorte político para a caracterização da atual conjuntura, valendo-se da noção de Nova Direita. Tais concepções partem do entendimento de que a ascensão das direitas deve ser ob-

servada como uma espécie de reação ou refluxo conservador diante dos governos de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT). Com base nessa abordagem, as ditas “políticas de conciliação de classes” promovidas pelos governos petistas – principalmente nos mandatos de Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff – teriam possibilitado a ascensão social de segmentos das classes subalternas, criando descontentamentos. Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o Minha Casa-Minha Vida, as cotas sociais e raciais nas universidades e serviços públicos, a ampliação de direitos às trabalhadoras domésticas, entre outras medidas que, de fato, representaram um importante processo de melhoria de vida dos setores populares, teriam sido interpretados como um custo alto a ser pago pela classe média.

No entanto, o programa de reformas estruturais com o qual o PT se amparou e obteve forte apoio popular foi abandonado. A conciliação de classes revelou-se na forma de políticas compensatórias que, se por um lado possibilitaram a melhoria de vida para setores populares, também atenderam com muita generosidade a grande burguesia e os interesses do capital, principalmente do megacapital multinacional, com a expressiva transferência de recursos, ativos e políticas que beneficiaram diretamente grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Por certo tempo, os governos do PT obtiveram apoio e forte aprovação de importantes frações da burguesia brasileira, tendo como símbolo dessa “boa” relação o apoio público e midiático por parte do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, e dirigente de inúmeras organizações representativas do empresariado e da direita.

As diferentes expressões das direitas brasileiras não podem ser compreendidas e reduzidas a meras reações ao

PT. Tal compreensão, por sua vez, negligencia as próprias iniciativas e a organização desses segmentos burgueses. Parte desses mesmos grupos que compunham a turba pró-*impeachment* conviveu tranquilamente com essas políticas e até mesmo chegou a apoiar os governos do PT. O esgotamento das políticas econômicas anticíclicas diante da crise prolongada e a incapacidade dos governos petistas em atender os interesses da burguesia, no que concerne ao aprofundamento das contrarreformas, na intensidade e velocidade que esses grupos almejavam, talvez explique melhor o descontentamento das classes médias com o governo do PT.

Ancoradas nessa abordagem de que o avanço da direita seria uma reação aos governos de esquerda, outras análises relacionam essa expansão a uma suposta consequência das manifestações conhecidas como Jornadas de Junho de 2013. Sob essa ótica, os protestos de caráter progressista – que tinham como bandeira o “passe livre”, visto como forma de reação aos aumentos das tarifas de ônibus em várias regiões do Brasil, mas que também propunham um debate mais amplo sobre a melhoria da qualidade de serviços públicos para garantir os preceitos constitucionais e dar dignidade à classe trabalhadora – teriam, por sua vez, aberto um campo perigoso de ataque aos governos do PT.

Sob esta concepção, esses novos discursos e arranjos das direitas teriam se constituído a partir da apropriação e reconfiguração daquelas mobilizações, onde paulatinamente a pauta progressista foi sendo substituída por movimentos “anticorrupção”, “antipolítica”, dando mais força e projeção ao chamado “lavajatismo” e, enfim, criando o solo social para o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A partir daí, a escalada do movimento reacionário adquiriu mais musculatura e apoio popular, até culminar com a

eleição da figura de Jair Messias Bolsonaro para presidente da República do Brasil. Mais uma vez, temos uma interpretação que atribui a ascensão reacionária como reação ao PT e desconsidera o movimento e as estruturas organizativas das direitas.

Por conseguinte, partimos do pressuposto de que o desenvolvimento da Nova Direita, que congrega diferentes matrizes do pensamento liberal e conservador – e que assumiu um significado muito próprio no Brasil –, constitui-se como um processo histórico que precisa ser observado, pelo menos, a partir das últimas três décadas. Trata-se de um processo histórico de construção de um movimento que abarca diferentes projetos de hegemonia, sendo que o bolsonarismo representa uma dessas facetas.

Nosso pressuposto, portanto, é o de que a definição de algo novo e transformador no conjunto das estratégias de atuação que caracterizam a chamada Nova Direita seria o seu *modus operandi* em uma sociedade civil cada vez mais complexificada por estruturas organizativas das classes dominantes ou, na letra do filósofo sardo Antônio Gramsci, “ocidentalizada”. Essa redefinição das bases de atuação das direitas pós-redemocratização, entretanto, também não dá conta de explicar sozinha a guinada recente para um projeto de extrema direita, mas demonstra que setores das direitas brasileiras já estavam se organizando política e ideologicamente – fortalecendo seus quadros e estruturas organizativas, pressionando e atuando no interior da ossatura material do Estado – muito antes das experiências dos governos petistas.

Partimos do entendimento de que não são os discursos, as inovações tecnológicas na comunicação, a suposta reação aos governos de esquerda, com uma abertura no bloco de

poder com as manifestações iniciadas em 2013, ou os atores (tendo em vista que muitos dos personagens de destaque na ascensão desse novo movimento reacionário estão em atuação na política brasileira há muitas décadas ou são pertencentes a famílias poderosas) que definem conceitualmente a Nova Direita. Todos esses elementos elencados, por sua vez, compõem o repertório e as estratégias da ascensão das direitas no Brasil contemporâneo; entretanto, isoladamente, não são suficientes para a sua caracterização.

Ressalta-se, por conseguinte, que a referida Nova Direita não se configura como um bloco homogêneo e tampouco se define pelo bolsonarismo e o projeto de extrema direita que assumiu o poder no Brasil. O projeto reacionário da extrema direita bolsonarista é uma expressão no conjunto heterogêneo que constitui o que chamamos de Nova Direita. Nesse sentido, a análise da atualização da hegemonia burguesa no Brasil, tendo como nexos articuladores um projeto da extrema direita, precisa considerar a compatibilização histórica de uma complexa trama de elementos e condicionantes. Evidentemente não é nossa pretensão dar conta de todo esse processo neste pequeno ensaio com a devida profundidade que isso demandaria.

Tal exercício, todavia, exigiria análises mais aprofundadas que articulem diferentes aspectos importantes e definidores dessa conjuntura, tais como: a própria crise econômica enfrentada a partir de 2008; o esgotamento das políticas econômicas anticíclicas e as medidas compensatórias adotadas pelo PT que, como já citado anteriormente, aliavam uma ampliação do escopo das políticas focadas no âmbito social, com pesadas conversões de recursos para a grande burguesia; o avanço sistemático e deliberadamente propagado do sentimento antipolítica, anticorrupção e antipetismo; a estratégia

fracassada da direita tradicional, encabeçada pelo PSDB que, alicerçada no “lavajatismo” e aliada à grande mídia, apostou na retirada antecipada do PT para assumir o poder, mas acabou derrubada numa espécie de “fogo amigo”, vítima de seus próprios escândalos de corrupção.

Além disso, outros elementos são fundamentais para entender essa ascensão reacionária, como o avanço significativo das religiões evangélicas pentecostais e neopentecostais, que penetram com muita capilaridade em todas as regiões do país, principalmente nas grandes periferias, prestando serviços que o Estado negligencia, ocupando um espaço que, em certa medida, era ocupado por movimentos sociais, estabelecendo sua ética pautada principalmente na teologia da prosperidade. Aliado a isso, há o avanço e o aparelhamento de grandes áreas periféricas urbanas, principalmente no Rio de Janeiro, controladas por milícias fortemente organizadas e articuladas às forças policiais (principalmente civis e militares) e à institucionalidade estatal, inclusive compondo quadros da sociedade política. Desse tecido social emerge a estruturação de um arranjo de bancadas conservadoras, articulando os segmentos agroindustriais, militares belicistas e religiosos, principalmente evangélicos, na chamada banca da “BBB” (Boi, Bala e Bíblia).

Todos esses elementos compõem um cenário importante, no qual a extrema direita soube muito bem se aproveitar para avançar sobre o terreno social, inclusive sobre o campo da própria direita tradicional, sendo sua grande estratégia a **funcionalização do medo**. Esse mecanismo discursivo eficiente foi, sem dúvidas, massiva e sistematicamente acionado por esse segmento reacionário para sair de uma condição praticamente inexpressiva no próprio conjunto das direitas e para assumir o protagonismo na reta final da dis-

puta eleitoral de 2018.

Assim, a extrema direita constrói um discurso socialmente poderoso em torno do medo em diferentes aspectos da vida social, dentre estes destacam-se: o medo do desemprego diante da crise supostamente gerada pelo PT; o medo da violência crescente, culpabilizando, além dos governos petistas, os próprios Direitos Humanos; o medo do comunismo e do chamado “marxismo cultural” que, de acordo com esse discurso, dominaria toda produção cultural e intelectual do país; e o medo de uma suposta degeneração e desagregação da “família tradicional” e dos “bons costumes” pautados na religiosidade cristã.

Foi com base no medo que esses grupos reacionários construíram narrativas absurdas como a suposta “mama-deira de piroca”, usada para denegrir a imagem do candidato Fernando Haddad (PT) nas eleições de 2018. Outro exemplo é a informação falsa da existência de um suposto “kit gay”, muito explorado pelo então candidato Jair Bolsonaro e seus filhos, que seria implantado nas escolas públicas. A própria construção deturpada da ideologia de gênero, para criar pânico nos pais diante da educação escolar de seus filhos, é mais um exemplo. São recursos estratégicos acionados pela direita mais reacionária como forma de explorar o medo e desviar o foco das pautas mais importantes, como os nossos graves problemas sociais.

A estruturação do projeto político da extrema direita bolsonarista contempla um arranjo amplo, móvel, que inclui setores populares da classe média e estratos da grande burguesia industrial, financeira e agroindustrial. Além disso, outros segmentos são fundamentais para a organização e legitimação desse projeto, como é o caso do avanço expressivo de organizações religiosas com discurso forte-

mente moralizante e reacionário, assim como o papel das Forças Armadas, das polícias militares e do setor privado de segurança, que vê na lógica armamentista do programa de Bolsonaro – mais do que uma garantia de segurança pessoal – uma grande oportunidade de ampliar seus negócios. Esses dois grupos supracitados, cujos discursos se retroalimentam, são essenciais para o bolsonarismo e sua estratégia de funcionalização do medo.

A urgência da luta social para derrotar a extrema direita bolsonarista

Ressaltamos, por conseguinte, a urgência da luta social para derrotar esse projeto destrutivo da extrema direita bolsonarista, que já demonstrou muito bem a que veio com sua capacidade avassaladora de passar por cima de instituições democráticas para fazer valer seus interesses e compromissos com determinados setores da classe dominante brasileira. É preciso fortalecer as bases sociais da classe trabalhadora para essa luta. Isso constitui um trabalho extremamente complexo diante do paulatino processo de expropriações secundárias às quais os trabalhadores estão sendo submetidos. Essa ampliação massiva e progressiva de trabalhadores precarizados, sem quaisquer garantias e direitos, só favorece sua atomização e a lógica concorrencial destrutiva intraclasse.

Como esperar de um trabalhador informal ou autônomo que, muitas vezes, nunca desfrutou de quaisquer direitos ou garantias sociais, a postura de defesa aguerrida dos direitos trabalhistas? O discurso individualista e concorrencial do suposto “trabalho flexível” (leia-se precarizado) tem sido incorporado por milhares deles, que são induzidos a se reconhecerem muito mais como “microempreendedores

individuais” do que trabalhadores que são. É nesse sentido que os movimentos sociais, a academia, a própria ação sindical e outras estruturas de base trabalhadora e coletiva possuem um papel fundamental e uma tarefa extremamente complexa de incorporação dessas frações precarizadas da classe trabalhadora ao conjunto da luta. Os desafios são imensos, mas não foram mais fáceis nas lutas e conquistas do passado.

Essa luta contra o projeto de extrema direita bolsonarista adquire um componente humanitário novo na atual condição de crise sanitária mundial da Covid-19, que é a luta pela garantia da vida. De acordo com estudo realizado pela Faculdade de Saúde Pública da USP e a *Conectas Direitos Humanos* (respeitada organização de justiça da América Latina), que analisou 3.049 normas federais produzidas em 2020, existe uma deliberada “estratégia institucional de propagação do vírus promovida pelo governo brasileiro, sob a liderança da Presidência da República”, segundo matéria de El País Brasil⁴. A pesquisa ainda revela que:

os resultados afastam a persistente interpretação de que haveria **incompetência e negligência** de parte do governo federal na gestão da pandemia. Bem ao contrário, a sistematização de dados (...) revela o empenho e a **eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus** no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo (grifos nossos)⁵ (EL PAÍS BRASIL, 2021).

4 BRUM, E. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do Coronavírus. **El País Brasil**, São Paulo, 21 de jan. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-reve-la-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>.

5 Idem.

Ou seja, não se trata de mera incompetência. O estudo demonstrou que há intencionalidade, planejamento e ação sistemática nas normas do governo e nas manifestações de Bolsonaro. Trata-se de uma decisão política a disseminação do vírus. O número assustador de mortes no Brasil pelo coronavírus, que já ultrapassam a marca de 215 mil (considerando os dados oficiais até 22 de janeiro de 2021), é consequência de uma estratégia política. Negar o problema parece ter sido mais barato do que enfrentá-lo (tanto economicamente como politicamente). A pesquisa da USP também afirma que “a maioria das mortes seriam evitáveis por meio de uma estratégia de contenção da doença, o que constitui uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros”⁶.

Diante da única alternativa comprovada cientificamente de enfrentamento da doença, que é a imunização da população por meio da vacinação, “Bolsonaro anuncia que não vai se vacinar e atua para criar pânico na população, referindo-se a terríveis efeitos colaterais”, de acordo com a mesma matéria de *El País Brasil*. Para além da desinformação, o presidente ainda vetou parte da Lei Complementar nº 177, de 12 de janeiro de 2020, aprovada por ampla maioria no Senado (71 votos a favor contra apenas um voto contra) e na Câmara dos Deputados (385 x 18 votos). A matéria informa que, segundo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os “vetos presidenciais subtraem 9,1 bilhões de reais dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação neste ano, impedindo que o Brasil desenvolva uma vacina contra a Covid-19, apesar de ter infraestrutura e recursos humanos suficientes”.

Esses atos de desinformação e decisões políticas já es-

⁶ Ibidem.

tão custando e ainda vão custar outras milhares de vidas humanas. O que precisa ser evidenciado é que, se a saúde pública, como bem demonstrado, configura-se como uma dimensão política que envolve escolhas e decisões, torna-se patente que, nessas circunstâncias, a grande responsabilidade pelo número de mortes é, conseqüentemente, parte dessa escolha e das decisões governamentais. É fato também que a História não vai se furtar ao seu dever de mostrar, nesse momento tão doloroso no mundo todo, aqueles que, quando estavam na posição e tiveram a oportunidade de salvar vidas, optaram pela negação e a morte. É urgente derrotar esse projeto!

Referências bibliográficas

ALESSI, G. Salles vê “oportunidade” com coronavírus de “passar boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. **El País Brasil**, São Paulo, 22 de maio de 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>. Acesso em 18 de jan. de 2021.

BRASIL. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas. Coordenação-geral de agrotóxicos e afins. Ato n. 48, de 19 de junho de 2019, publicado no **Diário Oficial da União** de 19 de julho de 2019. Relação de registro de defensivos agrícolas liberados pelo governo. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/252526450/dou-secao-1-22-07-2019-pg-6>.

BRUM, E. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do Coronavírus. **El País Brasil**, São Paulo, 21 de jan. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>.

CASIMIRO, F. H. C. **A Tragédia e a Farsa: ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MADEIRO, C. Brasil fecha 2020 com maior número de focos de queimadas em uma década. **UOL**, São Paulo, 01 de jan. de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/01/01/brasil-fecha-2020-com-o-maior-numero-de-focos-de-queimadas-em-uma-decada.htm>.

Direita-direitas no Brasil de hoje: reflexões a partir de uma situação

Sebastião C. Velasco e Cruz

Professor Titular do Departamento de Ciência Política da Unicamp e do Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro/IUPERJ (1976), Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1984)

Reminiscência

Direitas no Brasil. Como tratar de tema tão vasto no espaço limitado que tenho à minha disposição? Depois de pensar um tanto sobre o problema, resolvi abordá-lo a partir de minha experiência pessoal. Começo, então, relatando um episódio que aconteceu comigo muitos anos atrás.

Foi em 1998 – alguns dos que me leem provavelmente ainda não tinham nascido ou eram ainda crianças pequenas demais para tomar consciência dos fatos que vou narrar. Naquele momento, o mundo estava se debatendo em uma crise financeira grave, que se iniciou em meados do ano anterior com o ataque especulativo ao *baht* tailandês; estendeu-se logo a seguir a outros países asiáticos, entre os quais a Coréia do Sul, tida até então como modelo de crescimento forte e equilibrado; arrastou a Rússia no ano seguinte,

levando-a à moratória, e veio bater no Brasil, minando os alicerces do plano de estabilização em vigor, que ruiu em fevereiro de 1999 com a desvalorização do Real. Denunciada à época como um “estelionato eleitoral”, essa decisão implicou na demissão do presidente do Banco Central e se traduziu em perda significativa de prestígio para o governo Fernando Henrique Cardoso.

Estelionato eleitoral – clamava-se – porque o carro-chefe da campanha de Fernando Henrique Cardoso por sua reeleição em outubro de 1998 era exatamente a integridade do Plano Real.

O clima de tensão criado pela crise financeira internacional incutia um sentido de urgência aguda nas hostes governistas e dava cores dramáticas à eleição presidencial.

Em grande medida por isso, o pleito de 1998 foi regulado por lei das mais restritivas, que impedia a difusão de imagens externas nos programas eleitorais gratuitos – cláusula que esterilizou (bloqueou) os vídeos de enorme impacto potencial da Caravana de Lula pelo Nordeste – e vedava debates na TV e no rádio entre políticos, que não os próprios candidatos, durante o período eleitoral.

Foi nessas circunstâncias que recebi o convite para participar do Programa *Conversa Afiada*, do saudoso Paulo Henrique Amorim, então na TV Bandeirantes. Este convite veio com a indicação clara da regra do jogo. A ideia era que eu polemizasse com outro acadêmico politicamente posicionado (José Augusto Guilhon de Albuquerque), que defenderia o governo FHC, sendo o meu papel o de dar voz ao campo oposto, o PT de Lula. Haveria, portanto, algo de teatral no programa: cada um de nós estaria representando um político dos nossos respectivos partidos, na impossibilidade deste

participar diretamente do debate.

Passada a vinheta, depois de um rápido vídeo sobre conflitos sociais provocados pela crise financeira em vários países, o apresentador abriu o programa com uma pergunta de impacto: “Teremos em outubro uma eleição em meio a uma crise internacional muito séria. Nessas circunstâncias, a ameaça da esquerda preocupa o senhor?”.

Não sei como a ideia me veio à mente, mas quando a palavra me foi passada, disse, alto e bom som, que não, o que me preocupava não era a esquerda, mas a direita.

Paulo Henrique se surpreendeu com a resposta e pediu para eu me explicar. E falei então da direita no Brasil, e de como sempre partiram dela os atentados mais destrutivos à democracia.

Devo ter causado boa impressão porque dias depois recebi um telefonema da equipe de jornalismo da emissora, convidando-me para uma entrevista sobre os grupos de extrema direita no Brasil, suas organizações e formas de agir. Declinei com gentileza do convite e esclareci que não tinha nem conhecia nenhuma pesquisa recente sobre o assunto. O que fiz ali foi apenas uma reflexão geral.

Na verdade, quando me saí com aquela tirada, estava pensando em duas coisas. A primeira, mais óbvia, era o próprio governo Fernando Henrique Cardoso, àquela época empenhado em promover a privatização do setor de telecomunicações brasileiro – tema que foi, certamente, um dos mais importantes no debate.

A outra, mais sutil e difusa, surgiu de repente, sob a forma de lembrança: a imagem de uma mulher loura, já não tão jovem, de *short* e camiseta, esbravejando na entrada do clube que eu frequentava contra o indiciamento dos poli-

ciais – eram 85, ao todo – envolvidos no massacre do Carandiru, em 1992.

Direita, direitas

Faço referência a esse fato anedótico porque ele me permite agarrar o problema da direita no Brasil em suas duas pontas. Em uma delas vamos encontrar a direita bem-vestida e bem engomada, que pulula nos bairros chiques de todas as grandes cidades do país; tem presença dominante nas corporações estatais mais importantes e projeta sua voz através do controle que exerce sobre os meios de comunicação.

Com essas indicações telegráficas, aludo à composição social de tal direita. Quanto à sua orientação ideológica, ela é indeterminada em relação a um conjunto de temas ditos “de sociedade” (minorias, meio ambiente, modos de vida...), mas fortemente ancorada em um núcleo de ideias econômicas: culto da iniciativa privada, fé nas virtudes do mercado, antiestatismo – com o pacote de políticas que delas derivam: privatização, desregulamentação e ataque sistemático aos direitos dos trabalhadores. Dado que partilha o senso comum definido pela combinação desses elementos, neoliberal é o adjetivo que melhor qualifica a referida direita.

Quando planejávamos o livro *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, falávamos dela como “direita orgânica”¹. No plano político partidário esta direita foi representada principalmente pela aliança demotucana. Depois da meteórica experiência Collor de Mello, essa aliança operou como eixo estruturante do campo da direita e nes-

1 VELASCO E CRUZ, S. C.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

sa condição polarizou a política brasileira durante décadas – o outro campo, como sabemos, foi polarizado pelo PT.

A direita com que deparamos na outra ponta tem uma cara diferente. Ela pode aderir mais ou menos convictamente ao credo do mercado, mas o que a caracteriza é a intolerância diante de fatos e comportamentos que violam padrões da moralidade tradicional e ameaçam, no seu entender, a ordem do mundo virtuoso que habita seu imaginário. De forte pendor autoritário, essa direita cultua a família e a propriedade. Ela se opõe à ideia de direitos reprodutivos da mulher, rejeita as relações homoafetivas e denuncia os direitos humanos como forma disfarçada de defender os bandidos.

Essa direita tem raízes na história brasileira – basta lembrar o movimento integralista de Plínio Salgado, que galvanizou parcela importante da intelectualidade e da juventude de classe média nos idos de 1930 – e nunca deixou de marcar sua presença, no plano da sociedade, em todo o território nacional. Mas, nas décadas que se seguiram à restauração do governo civil, que culminou com a Constituição Cidadã de 1988, ela se expressou com dificuldade no sistema político-partidário. Embora tenha encontrado outros porta-vozes, seu representante mais notório em nível nacional foi o PDS de Paulo Maluf – sintomaticamente uma ausência na eleição presidencial de 1998.

A razão da aludida dificuldade se explica facilmente. Encerrado em meio a grave crise econômica e amplas mobilizações de massa pela democracia, a sombra do regime militar pesou sobre os políticos de direita com ele identificados como um enorme fardo. É compreensível, assim, que esses políticos tenham buscado se dissociar dessa herança maldita, o que alguns fizeram com maior sucesso (os diri-

gentes da Frente Liberal, e aqueles que foram se abrigar no PMDB) do que outros – os “filhotes da ditadura”, no repente inspirado de Leonel Brizola.

Tudo bem, poderá pensar o leitor com os seus *botons*: duas caras da direita. Mas falar de Fernando Henrique Cardoso e seus pares tucanos como direita não será um exagero? Convém fazer, aqui, uma pausa para considerar, ainda que rapidamente, essa possível objeção.

A primeira coisa a observar é a natureza abstrata do termo em causa. Ao contrário dos vocábulos tradicionalmente usados como marcadores de posições político-ideológicas (“liberais” e “conservadores”, “republicanos” e “monarquistas”, “ximangos” e “maragatos”, “saquaremas” e “luzias”), o par esquerda-direita não remete a grupos particulares caracterizados por determinações substantivas, mas a categorias relacionais (como os pontos cardeais), que indicam a localização dos agentes, com suas pautas de conduta, no espaço político. Sendo assim, sempre haverá alguém à direita (ou à esquerda) de um outro, como ilustrado no livreto famoso de Lenin, *Esquerdismo. A Doença Infantil do Comunismo*.

Sua natureza lógica não impediu que as duas noções adquirissem significado histórico mais definido. Pelo contrário, tempos depois de sua entrada no vocabulário político – o que ocorreu no curso dos debates parlamentares durante a Revolução Francesa – os termos esquerda e direita passaram a ser usados também como identificadores pelos próprios sujeitos políticos. Mas ao serem usados assim, os dois termos ganham significados móveis, variando de acordo com os contextos.

O caso dos tucanos é ilustrativo. Integrantes destacados da oposição democrática que promoveu a campanha pelas Di-

retas em 1984 e comandou a transição democrática a partir da eleição de Tancredo Neves, a corrente que viria a fundar o PSDB, em junho de 1988, exerceu papel de protagonista no processo de elaboração constitucional quando formou um bloco com o PT e demais partidos de esquerda sob a liderança do senador Mário Covas, presidente da poderosa Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte.

Promulgada a Constituição Cidadã, em 5 de outubro de 1988, no ano seguinte os tucanos se reposicionaram em alguma medida quando deram à plataforma eleitoral de Mário Covas à Presidência da República o mote “Um Choque de Capitalismo”. Mesmo assim, superando forte resistência interna, Covas subiu no palanque de Lula no segundo turno da eleição de 1989.

Antes disso, os tucanos haviam feito voto útil para evitar a vitória de Maluf na disputa pela Prefeitura de São Paulo, contribuindo de forma sensível para a eleição de Luiza Erundina. De forma um tanto simplista, poderíamos dizer que naquele momento os tucanos constituíam a ala “direita da esquerda” no Brasil.

Não foi mais assim depois da ascensão de FHC à Presidência da República. O deslocamento, a rigor, operou-se antes e foi indicado explicitamente pelo candidato ao esclarecer que a aliança que ele fazia com o PFL não era eleitoral, mas de governo. Mas, durante a campanha, e por alguns meses, a ambiguidade ainda persistia. Ela foi eliminada em março de 1995, quando FHC voltou de viagem internacional onde ouviu conselhos de Margaret Thatcher, a santa madrinha do neoliberalismo, e seguiu os passos dela cobrando dos petroleiros em greve uma rendição incondicional, a fim de anular sua resistência à emenda constitucional que poria fim ao monopólio nacional na exploração do petróleo.

Foi o ato inaugural do governo FHC. A partir daí, a transição dos tucanos à direita estava consumada. E eles logo se consolidam como força hegemônica nesse campo, como a ala esquerda da direita no Brasil.

Passagem de século... e de milênio

Sabemos o que aconteceu depois de 1998. Fernando Henrique Cardoso se elegeu no primeiro turno sem ter participado de nenhum debate. Logo a seguir, foi acusado de estelionato eleitoral, por ter promovido a desvalorização do Real, e fez um segundo mandato medíocre, cujo marco mais significativo foi a crise no fornecimento de energia elétrica, o “apagão” de 2001, que preparou o terreno para a vitória consagrada de Lula em outubro de 2002.

Foi 2002 uma eleição curiosa, em que a direita parecia ter desaparecido do mapa, com todos os principais candidatos – além de Lula, José Serra, Anthony Garotinho, Ciro Gomes – prometendo mudança com continuidade: crescimento maior e distribuição de renda melhor, sem sacrifício da estabilidade monetária duramente conquistada. O debate eleitoral envolveu várias questões, inclusive a novidade das cotas raciais. Mas as diferenças entre os programas dos candidatos não eram gritantes: todos eles convergiam para o centro, cortejando o voto do eleitor médio e oferecendo o que ele pedia.

É de notar que nessa fase José Serra esforçava-se para valorizar seu passado de filho de imigrantes humildes, ex-presidente da UNE e ex-exilado político, tomando distância estudada do governo Fernando Henrique Cardoso, de cujo Ministério integrara, muitas vezes em discreta dessintonia.

Lula assumiu em clima de festa e o período de “lua de

mel” durou bastante. Ele sofreu um primeiro contratempo com a divulgação de um vídeo, em fevereiro de 2004, em que o assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz, recebia dinheiro de propina do bicheiro Carlinhos Cachoeira, que anos mais tarde entraria em desgraça e levaria consigo um paladino da moralidade pública, o senador Demóstenes Torres, de Goiás. Demissão de José Dirceu, clamou em editorial o *Estado*, embora os fatos em causa tivessem ocorrido anos antes, quando o dito Waldomiro estava a serviço do governo do estado do Rio de Janeiro. Mas, por falta de substância, o caso não foi adiante.

O retorno do recalcado veio com o escândalo do “mensalão” em meados de 2005. Publicada a entrevista de página inteira em que Roberto Jefferson acusava o PT de pagar mensalidades a deputados federais para garantir a aprovação de seus projetos, incriminando pessoalmente o ministro da Casa Civil, José Dirceu, o PT – na pessoa de seus dirigentes e como personalidade jurídica – foi submetido a um verdadeiro massacre midiático. O episódio terminou com a apresentação de denúncia ao STF pela Procuradoria Geral da República e a cassação envergonhada de José Dirceu, vítima designada da operação, sem que esta lograsse alcançar o objetivo visado: no início do ano seguinte, as pesquisas apontavam claro aumento nos índices de aprovação de Lula, que derrotou o tucano Geraldo Alckmin na eleição de outubro de 2006 por margem folgada.

Apesar disso, a importância do “mensalão” não pode ser minimizada. Trazendo de volta a direita ao centro do palco, ele preparou o terreno para a guerra total ao PT deslançada em julho de 2012 com o julgamento da Ação Penal 470. E serviu como “ensaio geral” para a batalha decisiva que se travaria anos depois, munindo os participantes de

um repertório pronto e modos de ação já testados.

Em parte, ao menos. A ofensiva da mídia em 2012 repete 2005, com a diferença de que agora o protagonismo no espetáculo servido diariamente ao distinto público transfere-se de deputados boquirrotos às figuras majestáticas dos juízes do STF – portadores de saber esotérico e investidos de poder para decidir a seu critério sobre a inocência ou a culpa dos acusados. Em parte somente, pois faltava o ingrediente que entraria no bolo em junho de 2013: as mobilizações de massa.

Não é este o lugar para discutir o sentido político das “jornadas de junho”, como a elas gostam de se referir muitos observadores-participantes bem-intencionados. Mas não há controvérsia possível a respeito de um fato: em dado momento, a mídia corporativa encampou o movimento e transformou as manifestações contra o aumento nas passagens de ônibus em São Paulo em forte ataque nacional ao PT e ao governo de Dilma Rousseff.

A sequência está bem fresca na memória de todos. Denúncias contra a diretoria da Petrobras e os primeiros sinais de vida da Lava Jato; a eleição extremamente polarizada de 2014; a inconformidade dos derrotados com o resultado adverso e logo a seguir as mobilizações gigantescas pelo *impeachment* de Dilma. Em outro plano, a articulação a céu aberto de seu vice-presidente, Michel Temer, e de políticos de seu círculo com empresários e outros setores golpistas, resultando no compromisso em torno do programa exposto no documento “Uma Ponte para o Futuro”, que FHC chamou de pinguela, mas que na verdade era um programa de supressão de direitos e de liquidação nacional; o espetáculo grotesco da votação do *impeachment* na Câmara e, meses depois, a deposição da presidente Dilma Rousseff no julga-

mento de cartas marcadas conduzido no Senado.

Não precisamos nos deter nesses episódios. Mas devemos salientar dois aspectos que os perpassam e lhes dão unidade. O primeiro é o aparecimento, nesse período, de grupos organizados de extrema direita. Eles já vinham em processo de formação há algum tempo; entraram em cena, discretamente, nas manifestações de junho de 2013, mas é a partir de 1º de novembro de 2014, no primeiro ato na avenida Paulista pela deposição de Dilma, que esses grupos ganham a luz do dia. Sintomaticamente, ao falar aos manifestantes de cima de um carro de som, Eduardo Bolsonaro foi fotografado com um revólver na cintura. Era um prenúncio. Nas mobilizações que se seguiram, a apologia às armas, a aclamação dos policiais armados e o clamor pela intervenção militar tornaram-se as marcas distintivas de uma ala do movimento pelo *impeachment*.

Seus integrantes dividiam o espaço de ruas e avenidas com membros de outros grupos organizados e com representantes ilustres da direita bem-posta e bem-nascida. Lembro-me nitidamente da impressão dissonante causada pela visão do jurista Miguel Reale Júnior – autor, com a impagável Janaína Pascoal, do pedido de *impeachment* – brandando de cima de um caminhão pela renúncia da presidente... Grupos diversos, tipos humanos desconhecidos... No entanto, estavam todos ali, unidos em um único propósito, sendo que o reagente químico que operou essa combinação improvável foi o tema da anticorrupção.

2015/16... 2004/5 ... 1964... 1954... Não é de hoje que esse tema foi usado pela direita para atacar inimigos políticos e desestabilizar governos incômodos. Sobre o assunto, a leitura do artigo brilhante do jovem Hélio Jaguaribe sobre o moralismo e a alienação da classe média continua sen-

do muito esclarecedor² (SCHWARTZMAN, 1979, p. 31-38). Mas agora as campanhas moralizantes ganham ingredientes novos. Um deles, de importância vital no caso brasileiro, é a autonomia extraordinária alcançada pelo Ministério Público, com sua estrutura fortemente descentralizada e a visão salvacionista de muitos de seus integrantes sobre o papel da instituição na sociedade. Tendo conquistado durante e depois da Constituinte prerrogativas sem equivalentes em plano internacional, ao longo do tempo o equilíbrio de poder no seio do Ministério Público Federal foi se deslocando para a direita, enquanto se consolidavam os laços entre seus membros mais famosos e a mídia corporativa. A contrapartida desse movimento foi o declínio da defesa dos interesses difusos da sociedade (caros à esquerda do MP) e a elevação do combate à corrupção na escala de prioridades do organismo³.

O outro elemento é a metamorfose operada no tema da corrupção. Entendido tradicionalmente como questão de política doméstica, de interesse exclusivo dos Estados concernidos – as instituições internacionais não tomavam conhecimento dele e os governos centrais chegavam mesmo a incentivar a ação corruptora de suas empresas –, no pós-Guerra Fria o combate à corrupção converteu-se em foco de um regime internacional – uma rede complexa de acordos, convenções e tratados internacionais –, com o comprometimento de um número cada vez maior de países.

2 JAGUARIBE, H. **O Moralismo e a Alienação das Classes Médias** (1954), in: SCHWARTZMAN, S. (org.) *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: Editora da UNB, 1979.

3 Trato mais detidamente desse aspecto no ensaio **Ordem ou Desordem? Onde estamos? Para onde vamos? Escolhas que não podemos evitar**, publicado originalmente na *Carta Maior*, em março de 2017, e reeditado em VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Contracorrente. Ensaios de teoria, análise e crítica política*. São Paulo: Editora UNESP, 2019, p. 237-250.

Envolvendo primariamente os governos nacionais, que se comprometem a internalizar em seus respectivos ordenamentos jurídicos as normas internacionalmente acordadas, esse regime inclui ainda – com papel de destaque – organizações internacionais como o Banco Mundial, por exemplo, e um sem-número de entidades da sociedade civil com atuação internacional ou focadas em seus respectivos países.

No desenvolvimento de suas atividades rotineiras, essas organizações e agências estabelecem entre si padrões institucionalizados de cooperação, formais ou informais, constituindo redes de densidade variável, que atravessam os Estados nacionais e operam muitas vezes com grande autonomia em relação aos governos de seus países.

Decisivos em sua montagem, os Estados Unidos estão no centro desse regime. Esse fato reflete o seu poder estrutural – tamanho do mercado interno e pujança do sistema financeiro, que se traduzem em inigualável capacidade coativa –, e também o emprego estratégico de seus recursos tecnológicos, políticos, jurídicos e administrativos para condicionar o comportamento de seus parceiros e subordiná-los aos objetivos de suas políticas.

Na conjuntura criada pela ofensiva contra o governo Dilma e o PT, a conjunção desses elementos expressou-se institucionalmente na Operação Lava Jato. Ação conduzida por um destacamento do MPF em parceria com a Polícia Federal, sob a coordenação de um juiz de primeira instância com fortes conexões internacionais e bom histórico de serviços prestados, a Lava Jato começou como uma investigação pontual em Curitiba (PR), mas, impulsionada pelo clamor da mídia, estendeu seu raio de ação a uma vasta gama de casos espalhados por todo o território nacional. Fazendo uso de métodos heterodoxos para a formação de

culpa – entre os quais o mais notório foi a extorsão de delações premiadas por meio de prisões preventivas abusivas – a Operação Lava Jato converteu-se em um poder paralelo no sistema judiciário brasileiro. Nesse impulso, convertido em símbolo da moralidade, o juiz medíocre que a conduzia saiu do anonimato para a condição de personalidade internacional, passando a ser visto como forte candidato à Presidência da República.

Com a mescla característica de indignação cega e clarividência hipócrita, a campanha moralizante deu corpo ao lava-jatismo, uma tendência nova no campo da direita, que serviu como elo entre as demais. Foi sob o seu manto que o *impeachment* de Dilma Rousseff se consumou, e coube à Operação a tarefa de afastar Lula da eleição presidencial de 2018.

Direita X Direita. E nós?

A história, com frequência, prega peça em aprendizes de feiticeiro. Foi assim em 2018. A destituição de Dilma e a campanha para marginalizar o PT foram concebidas e dirigidas pelo estado maior do grande capital e conduzidas pela mídia corporativa em associação íntima com a direita lava-jatista. Mas quem colheu os frutos da manobra insidiosa foi a extrema direita tosca e belicosa, que atende pelo nome de bolsonarismo. Ela tinha sido convocada para atuar como coadjuvante nas manifestações de rua pela derrubada do governo, na vã ilusão de que depois voltaria ao seu lugar, nos subterrâneos da política. Mas o gênio não volta facilmente para a garrafa. Uma vez liberado, ele saiu do *script* e fez o seu jogo, alimentando-se do clima de intolerância criado por seus pretensos patrões, multiplicando impropriedades (como a defesa da tortura) e batendo em quem não devia, com apoio ativo do grande ausente das últimas décadas: os militares.

Contrariando a expectativa da liderança política grã-burguesa, Bolsonaro cativou o eleitorado conservador em todo o Brasil com apelos que falavam à multiplicidade de suas sensibilidades: propriedade e mercado, moral e bons costumes, armas para os cidadãos de bem, Deus e Pátria. Tudo isso envolto em discurso que fazia o elogio desinibido dos governos militares e prometia extirpar a esquerda da vida política nacional.

Em contexto de crise econômica e social, face à força eleitoral de Lula, que mesmo preso e amordaçado conseguia assegurar a passagem ao segundo turno de seu substituto na disputa presidencial, Bolsonaro drenou o campo da direita já no primeiro turno, quando obteve 46% dos votos válidos – cinco vezes mais do que o somatório dos votos recebidos pelos candidatos da direita neoliberal (Geraldo Alckmin, João Almoêdo, Henrique Meirelles e Alvaro Dias). Esse feito notável deve-se muito ao apoio que recebeu do lavajatismo e da contribuição pessoal de Sérgio Moro, que pouco depois seria recompensado por Bolsonaro com o Ministério da Justiça.

Passados dois anos – em meio à pandemia da Covid-19, o desemprego grassando, a economia em frangalhos – a situação no campo da direita é outra. Sérgio Moro foi defenestrado e saiu do governo atirando. Mas sua munição, logo se viu, era fraca. Incapaz de ampliar suas acusações a Bolsonaro e apoiá-las em provas sem se autoincriminar, atacado virulentamente pelos cães de guarda bolsonaristas, rejeitado pela opinião democrática, ele sai do Brasil para ganhar dinheiro como sócio de firma de advocacia americana especializada em acertar as pontas de empresas que ele destruiu em sua faina de paladino da moralidade.

A direita neoliberal – que se apresenta como centro-

-direita, dona da responsabilidade fiscal, da racionalidade econômica e da modernidade – prepara-se para corrigir o mal-entendido histórico e reclamar o assento na cabeceira, que acredita ser seu por direito divino. Enquanto isso, o capitão e seus asseclas se mexem para confirmar em 2022 a ascendência no campo da direita – e nas relações gerais de poder – que lograram alcançar pouco tempo atrás.

O problema para nós – para a esquerda – é como construir a unidade e como agir em 2021 de forma a afastar o dilema de termos de escolher no ano seguinte uma das pontas da direita a fim de evitar o mal maior.

Referências bibliográficas

JAGUARIBE, H. O. **Moralismo e a Alienação das Classes Médias** (1954), in: SCHWARTZMAN, S. (org.), *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: Editora da UNB, 1979.

VELASCO E CRUZ, S. C.; KAYSEL, A; CODAS, G. (orgs.). **Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VELASCO E CRUZ, S. C. **Ordem ou Desordem?: Onde estamos? Para onde vamos? Escolhas que não podemos evitar**. Ensaio publicado originalmente em **Carta Maior**, mar. de 2017, e reeditado em **Contracorrente**. Ensaios de teoria, análise e crítica política. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

A nova direita no Brasil: ideologia e agenda política

Vera Alves Cepêda

Mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em Ciência Política pelo IESP/ UERJ, docente no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, atuando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGPol) e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)

Nos últimos anos, fomos pegos por um furacão de grandes proporções que abalou a estabilidade política alcançada a duras penas no Brasil. Sérios alicerces institucionais foram abalados desde a construção do golpe e o *impeachment* de Dilma Rousseff até a eleição e ações governamentais desastrosas de Jair Bolsonaro. Em paralelo à destruição do Estado Democrático de Direito, um novo susto: o surgimento de um segmento social com clara inclinação autoritária, marcada pelo dogmatismo religioso, pela inclinação fascista e supremacista, por narrativas terraplanistas e alinhado aos apetites gigantes do ultraliberalismo. A esse

momento a literatura tem dado o nome de Nova Direita.

A questão é que, para ser combatido, esse furacão precisa ser compreendido em suas características, energia e força. E compreender a Nova Direita brasileira não é tarefa simples. Este pequeno artigo pretende contribuir com essa discussão, levantando aspectos dessa complexa arquitetura política, social, econômica e valorativa que se forjou no Brasil, em boa medida acompanhando fenômeno semelhante em outros lugares do mundo, mas também com significados próprios. O raciocínio parte do significado do termo *Direita* e o conecta à análise do antipetismo como eixo estruturante da Nova Direita brasileira. Tomo como hipótese que antipetismo extrapola os limites de ação do Partido dos Trabalhadores e de seus governos, funcionando como síntese genérica dos valores do campo progressista (esquerda) na política brasileira. Sem atentar para este significado oculto – que o antipetismo é uma reação a toda a esquerda (do reformismo democrático às propostas revolucionárias) –, torna-se mais difícil compreender a profundidade da crise política que atravessamos.

O que denominamos *Direita*?

A formação de um pensamento de direita e de esquerda está ligado ao mundo moderno e originalmente à Revolução Francesa. A condição moderna dá-se porque é nesse período histórico que a política se assenta na soberania popular, baseada em indivíduos portadores de direitos (civis e políticos). Essa soberania permite às sociedades fundar e refundar o Estado, inventar e reinventar as regras da vida social a partir da potência da vontade humana. A referência à Revolução Francesa surge da clássica definição dos “lugares espaciais” da direita e da esquerda no plenário da Assembleia Nacional, expressando uma escolha ideológica que marcará toda a vida

política posterior. À esquerda sentavam-se os representantes que aceitavam os valores dessa Revolução, como os direitos naturais do homem (a igualdade e a liberdade), a função republicana da política (o bem comum e a fraternidade como metas) e o rompimento com as instituições do passado (feudal, estamental e despótico). À direita sentavam-se os que recusavam essa visão política, preferindo o retorno aos valores do passado (as hierarquias sociais, a autocracia, o costume e a tradição como guias da ação humana e do Estado) e, exatamente por combater a transformação social em curso, essa lógica política ganhou o nome de conservadorismo, fundando a primeira versão da direita moderna.

Convém lembrar que o conservadorismo nascente reagiu ao liberalismo (base da Revolução Inglesa e do federalismo norte-americano) e com maior vigor ao fogo revolucionário francês. Sua lógica – conservar – ligava-se à defesa da tradição, ao acionamento do passado e da “ordem natural” do mundo e das coisas para legitimar a desigualdade e a hierarquização do poder. Sempre penso nos conservadores, e na direita em geral, como aqueles que não se ofendem com a desigualdade do mundo e que vivem muito bem (ou no extremo defendem) com a velha fórmula “alguns nascem para mandar e outros para obedecer”, atualizável como “alguns nascem para a riqueza e outros para a miséria” ou “alguns nascem para viver e outros para o destino de morrer”¹.

No outro ângulo, a *Esquerda* formava-se na lógica do progresso, cujo significado mais profundo é a recusa da ordem natural das coisas, promovendo um impulso de mudança, de transformação que pretende no futuro alcançar a evolução e atingir um estágio qualitativamente superior da

1 “E eu com isso? Não sou coveiro” - fala de Jair Bolsonaro, no cargo de presidente da República, no início da crise da Covid-19 no Brasil.

ordem material e humana. Seu enraizamento no ambiente da Revolução Francesa bebe da tese de Rousseau² de que a natureza fez os homens livres e iguais, mas “para onde eu olhe eu os encontro agrilhoados” – tese que afirma que a desigualdade não é inata ao homem, sendo, ao contrário, um produto social e histórico que nos cabe, na condição de humanidade, modificar³.

Essa distinção de lógicas permanece atual, pois são maneiras de dar respostas aos problemas centrais da civilização: quem é o homem, qual o significado da vida em sociedade e qual a tarefa da política. Elas são o núcleo duro da direita e esquerda como *campos políticos* antagônicos.

Adoto o conceito de *campo político* para nos ajudar a captar o constante reposicionamento entre essas duas metaideologias, que modificaram seus contornos, alianças e programas ao longo do tempo. Se o marco fundador da direita conservadora foi 1789, em 1917 ela se transforma com o surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse momento, a direita encontra um novo inimigo – uma experiência política real e com projeto de futuro claramente delineado (o que não encontramos em 1789), ao mesmo tempo em que se ramifica em inéditos subgrupos: seu campo é ampliado pelo surgimento do fascismo, do nazismo e, muito importante para o debate atual, pelo aparecimento da vertente neoliberal – orientada pelas teorias da escola austríaca e seus mestres Von Mises e Hayek. Ao final da II Guerra Mundial ocorre outro alinhamento, desta vez a partir de uma ramificação no campo da esquerda, com o surgimento do *Welfare State* (o modelo social-demo-

2 Rousseau, Marx e Keynes são campeões do ódio da direita, bem como qualquer governo que pretenda construir solidariedade social.

3 Argumentos desenvolvidos por Rousseau em **Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens** e em **O contrato social**.

crata do Estado de Bem-Estar). Os grupos conservadores e neoliberais (porque fascismo e nazismo haviam sido derrotados enquanto regimes reais) precisavam responder tanto aos projetos mais radicais, como o comunismo, quanto aos projetos mais reformistas e democráticos. O inimigo central permaneceu sendo o comunismo, em especial pelo efeito da Guerra Fria, e lateralmente a social-democracia. Com a crise mundial dos anos 1970 e o fim da URSS em 1989, a direita manteve a mentalidade anticomunista como chave combativa (e preventiva) e avançou no questionamento dos direitos sociais, eixo fundamental do projeto do Estado Providência. A direita questiona agora não apenas a revolução, mas também a inclusão social, radicalizadas em formas mais perversas de ultraliberalismo e do extremismo bárbaro do anarcocapitalismo⁴.

Apontar essas mudanças serve para demonstrar a tese defendida por Norberto Bobbio em *Direita e Esquerda* (1995), que trata da alteridade como constitutivas entre direita e esquerda, que oscilarão, sempre, entre defesa ou recusa da igualdade e defesa ou recusa da liberdade. A cada movimento histórico de importância – como presença social, protagonismo eleitoral, força hegemônica e chegada ao núcleo do Estado – ocorre um reposicionamento dos atores e agendas no campo político. O surgimento da URSS forçou a modificação do projeto, agenda e padrão de ação da direita no começo do século XX; o surgimento do compromisso da social-democracia europeia idem; e assim sucessivamente. Da mesma maneira, o golpe de 1964 impactou no desenho do campo progressista brasileiro, tal qual a chegada de Lula (do PT e do campo progressista) à Presidência da República em 2003 ou da eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

4 Cf. Hope (2014), Karsten & Beckman (2013) e Rothbard (2016).

Os *campos políticos* – direita e esquerda – são flexíveis e responsivos às mudanças históricas e de conjuntura. Dessa atualização surgem expressões como nova ou velha (direita ou esquerda) que contêm, simultaneamente, os valores fundamentais e as novas configurações.

Além das alterações cronológicas, os referidos campos ganham feições próprias em seus contextos nacionais. Observando o *boom* das direitas no mundo nas últimas décadas, não é possível afirmar que o bolsonarismo seja a mesma coisa que o trumpismo, ou que corresponda às mesmas demandas defendidas na Hungria de Viktor Órban, na Polônia do Partido Lei e Justiça, ou na configuração da direita na Itália, na França, na Espanha, na Alemanha etc. Em breve texto, Lowy (2015) apontou alguns elementos de distinção entre as direitas mundiais: xenofobia, aversão às minorias, questões raciais, questões étnicas, conflitos religiosos, tensões ideológicas e projetos econômicos. A trajetória nacional condiciona o desenho da direita e a faz diferente de outras expressões mundiais.

Sintetizando o raciocínio desenvolvido até aqui: a) a direita perfaz um campo político flexível e ajustável ao longo do tempo e diferente em contextos nacionais específicos; b) modifica-se sempre em consonância com seus valores intrínsecos e opondo-se à ação da esquerda; c) sua unidade fundamental está assentada na visão de mundo que professa: prefere a competição à solidariedade (que define como utópica), a exclusão à inclusão, o autoritarismo à democracia e aceita (se não defende) a desigualdade entre os indivíduos pautada no argumento da ordem natural; d) forja alianças segundo cada momento do tempo, surpreendendo-nos, como é o atual caso brasileiro, na junção entre conservadorismo religioso e os interesses ultraliberais (um falando a linguagem

do dogma e outro, a da maximização de lucros). A direita é *regressista* – deseja voltar ao passado ou negar as mudanças presentes. A esquerda é *progressista* (pois pretende mudar as condições do presente, em geral na orientação crítica da desigualdade e da injustiça). São duas maneiras diferentes de ver o homem, a sociedade, a política e o futuro. Estes projetos atualizam-se temporalmente, mas não perdem suas fronteiras identitárias.

Por último, no período recente creio que duas hipóteses podem nos dar pistas sobre o avanço preocupante da direita e da extrema direita no mundo. A primeira, de Boaventura de Souza Santos (2005), indica estarmos vivendo uma transformação grave das condições de cidadania. Segundo Santos, o movimento inicial da formação do Estado Nação democrático de direito abriu um momento *contratualista*, cujo foco seria a *expansão*: a) dos direitos e do número de indivíduos com acesso a eles; b) da participação política via democracia; c) da inclusão social sob a égide protetiva do Estado. Esta fase corresponderia à marcha dos direitos enunciada por Marshall (1967). A partir da segunda metade do século XX, essa dinâmica teria sofrido uma reversão, etapa *pós-contratualista*, onde a tendência seria de *redução* dos direitos, iniciando o conflito definidor de quem permanece incluído na arena da cidadania e dos direitos e quem será expurgado dela. A ideia de retirada de direitos é cara aos ultraliberais, que justificam a mercantilização da vida através dos argumentos de direitos sociais como privilégios, gasto e de custo social impagável.

A segunda hipótese prende-se à constatação inegável do aumento da contradição estrutural no capitalismo, maximizando, de um lado, a produtividade, a inovação, a acumulação e, de outro, reduzindo e precarizando o trabalho e agigantando, como nunca visto antes, a miséria. Nesse ambiente

hipercompetitivo e apetitivo (marcado pelo egoísmo e pelo gosto pelo ganho sem freios), não há espaço para direitos, para raciocínios de alcance social ou de qualquer tipo de solidariedade. Somadas as duas hipóteses, temos o solo de onde brotam a necropolítica, o ódio como política, a explosão do conflito e o enfraquecimento das redes de pacificação possibilitadas pelos compromissos democráticos⁵. Essa confluência caminha em direção do enfraquecimento das instituições e de todos os mecanismos de construção de acordos sociais.

Emergência e motivações da Nova Direita no Brasil

Adentrando ao caso brasileiro, o marco de surgimento da Nova Direita foi o resultado eleitoral de 2002 e a chegada de Lula ao cargo de presidente em 2003: a esquerda ganha proeminência (vira governo e pode fazer política de Estado segundo o projeto e visão de mundo que organiza em seu bloco) e o campo da direita articula-se para neutralizar e enfrentar essa situação. A ação vigorosa dos *think tanks* e de suas redes, as Jornadas de Junho de 2013, o uso político da Lava Jato, o golpe/*impeachment* e a articulação midiática são respostas a esse fato gerador.

O antipetismo, que ganha foro de “oposição” após 2003, é o elemento que agrega e cimenta as forças dispersas e heterogêneas alinhadas enquanto uma Nova Direita. Mas ao que exatamente esse campo *reage*? Penso serem dois os pontos de destaque.

O primeiro refere-se a uma longa tradição política brasileira de ausência de governos progressistas no poder. O campo progressista foi fraco ou inexistente no período colo-

⁵ Cf. Solano (2018), Ranciére (2014), Mbembe (2018). Levitky; Ziblatt (2018).

nial (situação óbvia pela condição de Colônia), na Independência e no Império, no liberalismo oligárquico da Primeira República e na Era Vargas (1930-1945). Irrompe a cena política brasileira – enquanto um movimento político de massas e com força popular e voto –, somente com a implantação do projeto nacional desenvolvimentista dos anos 1950 e início dos anos 1960. Na sequência, o vigor do trabalhismo e do nacional desenvolvimentismo foi abortado pela violência e pela devolução do poder à direita autoritária com o golpe de 1964. Com a redemocratização, o cenário muda novamente. A partir das eleições presidenciais de 1989, com voto direto, um projeto político progressista com força social e poder eleitoral vai ganhando gradativamente musculatura, tensionando de maneira clara a tendência bipolar entre candidaturas de direita/centro-direita *versus* candidaturas do campo da esquerda/centro-esquerda. Basta olharmos os resultados das candidaturas articuladas pelo Partido dos Trabalhadores para entendermos esse acirramento político e crescimento de uma força política de esquerda na vida pública brasileira:

Tabela: Proporção de votos nas eleições presidenciais 1989-2018

Eleição		Campo Esquerda/ centro-esquerda		Campo Direita/ centro-direita	
Ano	Turno	Candidato	%	Candidato	%
1989	2º	Lula	46,97	Collor	53,03
1994	1º	Lula	27,07	FHC	54,24
1998	1º	Lula	31,71	FHC	53,06
2002	2º	Lula	61,27	José Serra	38,72
2006	2º	Lula	60,83	Alckmin	39,17
2010	2º	Dilma	56,05	José Serra	43,95
2014	2º	Dilma	51,64	Aécio Neves	48,36
2018	2º	Haddad	44,87	Bolsonaro	55,13

Fonte: TSE.

Em 2002, a esquerda chega ao coração do poder. Como

governo, dispõe de legitimidade eleitoral, possibilidade de utilização de políticas públicas e recursos para implementar um projeto sancionado democraticamente nas urnas e garantido pelo desenho institucional. Apoiar-se ainda nas significativas diretrizes da Constituição de 1988, explicitadas em seu preâmbulo: a defesa dos direitos sociais e individuais (nesta ordem no texto), a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Possui ainda forte enraizamento na sociedade civil organizada e nos movimentos sociais.

O segundo ponto é que, independentemente das controvérsias sobre a capacidade transformadora dos governos do período 2003-2016, são inequívocos os laços que os prendem à herança desenvolvimentista de linhagem democrática (cepalina, furtadiana), orientados por um projeto político de transformação social. Muitos foram os estudos que apontaram esse período como novo desenvolvimentista e cumpre lembrar os principais traços dessa importantíssima linhagem política brasileira:

- a compreensão do papel do Estado como *indutor* de mudanças sociais;

- a defesa de um projeto nacional de *desenvolvimento* (que não é, de forma alguma, sinônimo de crescimento econômico), *democrático* (porque instituições políticas de direito e de participação social são metas intrínsecas ao desenvolvimento) e de *soberania nacional* (barreiras contra ingerência externa e a preservação da autonomia e legitimidade internas);

- a recusa da lógica do mercado como mola da vida social e do progresso.

A esse conjunto de focos, presentes desde a emergência dessa corrente nos anos 1950, a experiência recente acrescentou a dimensão da desigualdade social como problema estrutural de subdesenvolvimento ao lado das variáveis econômicas, a ser enfrentada com vigor pela ação corretiva do Estado. Esta novidade, chave do acréscimo de *novo* ao termo *desenvolvimentismo* corresponde à criação de um amplo leque de políticas públicas, de ordem jurídica, de proteção social e de promoção social.

Nas estratégias legais, ressalto a tipificação de crimes de discriminação (racial, gênero, étnica, de orientação sexual), a criação de uma série de arenas e mecanismos de apuração e punição e o empoderamento das diferenças sociais.

As políticas de proteção social acentuaram o caráter de direito das demandas de bem-estar social, como educação, saúde e meio ambiente. Bom lembrarmos que direitos são diferentes de mercadoria. Utilizam fundos públicos em focos de conflito e mal-estar que comprometem a existência coletiva de nação, cobrindo pelo compromisso político demandas que os setores mais vulneráveis não poderiam cobrir com seus salários ou rendas privadas. Parte dessa política de proteção foi acrescida por estratégias de redistribuição (Bolsa Família, Luz para Todos, Minha Casa-Minha Vida etc.) e por políticas de promoção social com foco em mobilidade social de longo prazo, como a de expansão do ensino superior (Reuni, Sisu, PNAES, cotas, Prouni).

A par das políticas sociais, os governos 2003-2016 incrementaram – de maneira mais coerente em alguns pontos e menos em outros – políticas de investimento, infraestrutura e desenvolvimento regional, agindo no antigo e persistente problema do ‘desempenho econômico’ enunciado já pelo velho desenvolvimentismo. No cenário internacional, estes

governos investiram na transformação do país em potência média, privilegiando as relações Sul-Sul, as estratégias do Mercosul e do BRICS.

Penso que estes itens, que enunciei sucintamente, são fundamentais para entender a formação da agenda da Nova Direita brasileira e de suas alianças. Ela reage à existência de um governo de centro-esquerda no poder, marcado pelo reformismo social e recuperador do projeto desenvolvimentista nacionalista (agora mais complexo por sua faceta de mudança social). Em oposição, a Nova Direita associou setores religiosos radicais, os apetites do mercado, os interesses externos e mobilizou a força do preconceito (em especial de gênero e raça) renitentes na cultura política brasileira. Assim, ela é um campo heterogêneo, cuja solidez variará em função das escolhas feitas por Bolsonaro e seu grupo – que chegou ao poder em 2018 e pode dispor dos recursos públicos para implementar seu programa. Nesse processo, a natureza diversa dos interesses aglutinados nesse campo, difíceis de serem contemplados na totalidade, funciona como calcanhar de Aquiles.

Olhando por este prisma, a Nova Direita orienta sua ação no combate ao petismo. Mas este tema está envelhecendo, uma vez que o PT não está mais no comando do governo federal, tendo sido dele afastado diretamente desde 2016 e indiretamente dificultado de governar desde o primeiro movimento da construção do golpe, ministrado pela denúncia de Aécio Neves sobre o resultado eleitoral de 2014. A existência de um novo projeto comandando a política brasileira, independentemente de sua baixa clareza e metas ocultas, inevitavelmente esvazia a retórica do antipetismo, abrindo outras frentes de conflitos internos ao próprio campo da direita. Notam-se fraturas internas marcadas pela dificul-

dade de implementar interesses “estruturais” – aliás, a dificuldade começa na contradição e hierarquia entre a pauta anti-institucional e antidemocrática, a pauta ideológica-moral, o desmanche dos direitos e o entreguismo econômico. Para piorar, a Nova Direita foi formada por um amplo contingente de oportunistas que, fora dos espaços de poder majoritário a partir de 2003, pegaram carona na expansão da ideologia da direita fomentada e fermentada por partidos, institutos, organizações sociais, igrejas, jornais, literatura e empresas da mídia. A lealdade dos *free riders* têm sido fortemente solapada desde o início do governo Bolsonaro.

Mas esta fragmentação, até esperada quando tratamos de campos políticos, significa que a Nova Direita tornou-se menos perigosa? Não. Seu risco está em operar, dar visibilidade, promover significado público e organizar a sociedade segundo um projeto de ruptura social, de insolidarismo e acentuação da gramática do conflito.

Destaco como pontos que precisam ser levados em consideração e aprofundados na análise sobre o conjunto de riscos políticos derivados da ação da Nova Direita brasileira:

- o extremismo religioso: promotor de uma visão fechada de mundo (antipluralista), avessa à condição secular da política, desejoso de um ordenamento ético com base na teologia e não nos direitos ou na lei, redutor das identidades e dos direitos “do outro e não dos seus”, visão de grupo em oposição à ideia de República e de nação, diminuição das virtudes do diálogo democrático, orientação patriarcal e tradicionalista;

- o extremismo de mercado: potencializador de uma visão de interesse como unicamente individual, privado e calcado na acumulação, valorizador do egoísmo e da competição como motores do progresso e base da vida social,

desprezo pelo tema da miséria humana e desigualdades, potencializador da violência do Mercado dogmático ao tomar o *laissez-faire* como lei da vida social, fragilizador das capacidades do Estado (regulação, coordenação), antinacionalista, privatista, depauperador do meio ambiente e dos recursos finitos da natureza, lógica de curto prazo;

- a valorização da opinião e do senso comum como fundamento da explicação da realidade e orientador das escolhas políticas. Trata-se de um movimento de aniquilamento da esfera da racionalidade e da argumentação (centrais no Iluminismo) e da valorização das ideias individuais, de grupo e seitas, descoladas de qualquer obrigação de legitimação factual, histórica ou lógica. O terraplanismo, o negacionismo, o revisionismo ideológico da história e a aceitação das *fake news* como suficientes para justificação moral e política são parte desse processo;

- a destruição de metainstituições estruturantes e garantidoras do contratualismo e do Estado de Direito Moderno: da *ciência* e das instituições acadêmicas – em especial pela recusa de sua autonomia crítica e reflexiva sobre os custos de longo prazo dos movimentos do Mercado e do Estado, da **democracia** – pela introdução de dinâmicas implosivas na arena política (o surgimento das democracias iliberais ou do crescimento do autoritarismo pela via democrático-eleitoral⁶), dos meios de **informação** submetidos aos ditames da veracidade e da contestação pública, a transformação do **âmbito jurídico** em instrumentos de exceção e de controle político, bem como o desprezo pela Constituição e regras fundamentais do direito;

- a perda da visão coletiva e de futuro contidos na ideia de *nação*, com redução da vida social e política à dinâmica

⁶ Cf. Zakaria (1998), Levitky & Ziblatt (2018).

privada – família, organização religiosa e lógica empresarial. A Nova Direita brasileira não é nacionalista – é entreguista e aceita com gosto um papel político subalterno – e apropria-se dos símbolos nacionais como meio de exclusão dos setores e ideias contrárias ao seu projeto, criando força através da criação de um inimigo interno, entre eles a esquerda comunista (que não sabe definir em termos concretos), a centro-esquerda (também sem contornos claros), a ideologia de gênero, os defensores da equidade racial, dos direitos indígenas, os disfuncionais da periferia, o ‘bandido’ em abstrato;

- a valorização da força, do conflito e da destruição como base da ação política. A *violência* é uma das chaves da Nova Direita: violência verbal, imagética, física, de opressão sobre o outro. A **destruição** é outra: destruição de instituições, de acordos sociais e políticos, de direitos, de valores consolidados na arena pública;

- a visão privatista e patrimonialista do Estado, tomado como meio privilegiado para garantia de interesses particulares;

- a entronização do crescimento econômico como completamente desvinculado da questão social e nacional. A vertente ultraliberal defende a eliminação de qualquer relação dos atores privados com a responsabilidade social. Curiosamente, os setores empresariais se beneficiam (e muito) da atuação pública – políticas monetárias, creditícias, de inovação e marcos regulatórios que lhes sejam favoráveis como a reforma trabalhista, a renúncia fiscal, a negociação de dívidas etc. De outro lado, na vertente ultraliberal, apresentam-se publicamente como opositores do Estado e defensores de uma falsa meritocracia que indica como privilégios as políticas sociais. Para este grupo, o uso de recursos

públicos para crescimento econômico é investimento e para a manutenção da renda da população e do estímulo via mercado interno é gasto.

Em síntese, a Nova Direita não é apenas um projeto partidário, eleitoral ou de governo. Ao contrário, é um projeto político capaz de erodir toda a arquitetura da civilização democrática. Somente tornando visíveis os valores, a lógica e os custos de longo prazo deste projeto, será possível recuperar a potência da política moderna e diminuir o movimento de sedução retórica, que tem levado parte da população a apoiar uma proposta que em curto prazo nos destruirá como nação e como sociedade.

Referências bibliográficas

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Unesp, 1995.

HOPPE, H. H. **Democracia, o Deus que falhou.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2014.

KARSTEN, F; BECKMAN, K. **Além da democracia.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2013.

LEVITKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 124, p. 652-664, out/dez 2015.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, B. S. **Reinventar la democracia, reinventar el Estado.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOLANO, E. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ROTHBARD, M. **Por uma nova liberdade: o manifesto libertário.** São Paulo: LMV Editora, 2016.

RUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem da desigualdade sobre os homens**. 1 ed. 1755. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999. Disponível em <http://www.ppgfil.unir.br/uploads/03739396/Rousseau,%20Discurso.pdf>.

RUSSEAU, J. J. **O contrato social**. 1 ed. 1762. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

ZAKARIA, F. El surgimiento de las democracias no liberales. **Política Exterior**, vol. 12, n. 62, marzo-abril de 1998.

Parte 2

A conjuntura política e o papel das Forças Armadas

As Forças Armadas, o golpismo e Bolsonaro

Valter Pomar

Professor do Bacharelado de Relações Internacionais da UFABC e integrante do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT)

O texto a seguir é uma versão revisada da exposição feita em atividade promovida pela Central Única dos Trabalhadores acerca do papel das Forças Armadas no golpe de 2016 e nos acontecimentos posteriores, até e inclusive o governo Bolsonaro. Grande parte da exposição e, portanto, deste texto, reproduz afirmações contidas em uma nota emitida pela direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda, acerca das declarações do general Pujol, nota cujo redator principal foi o jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar. Posteriormente à redação deste texto, intensificou-se o debate acerca do envolvimento da cúpula das Forças Armadas no golpe iniciado em 2016. A esse respeito, recomendo ler os artigos *De quem é a culpa?*¹ e *Imuni-*

1 Artigo (2021) disponível em: <https://www.pagina13.org.br/tarso-genro-de-quem-e-a-culpa/>

*dade, impunidade e imprudência*².

Quero começar perguntando: imaginem que estivéssemos debatendo o papel dos educadores na defesa das fronteiras nacionais. Ou o papel dos médicos no fornecimento de energia elétrica no Amapá. Imagino que nesse caso haveria um certo estranhamento, pois seria perceptível o, digamos, “desvio de função”.

Mas quando se trata do papel dos militares na política, há uma certa naturalização.

Para não dar exemplos antigos, relato apenas que, nas últimas semanas, ouvi um cidadão bem de esquerda afirmar que não seria marxista negar o papel das Forças Armadas na política, pois afinal Karl Marx afirmava que o Estado é um instrumento da classe dominante, assim como Max Weber apontava que a essência do Estado é o monopólio da violência, Clausewitz, que a guerra é a política conduzida por outros meios e por aí vai, sem falar que Chávez defendia a aliança cívico-militar na Venezuela, logo, deveríamos aceitá-la aqui também.

E, na sequência, ouvi um ex-governador dizer que é preciso chegar a um acordo com os militares, acordo que deve partir do fato de que eles “nunca” farão uma autocrítica em relação ao Golpe de 1964.

Enfim há, digamos, uma certa “confusão” quando se debate o assunto na esquerda. Não apenas existem diferentes posições teóricas, mas também diferentes interpretações históricas, políticas e programáticas.

Um exemplo disso foi a reação de setores da esquerda às recentes declarações do comandante do Exército, general

² Artigo (2021) disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com/2021/02/imunidade-impunidade-e-imprudencia.html>

Edson Pujol, de que as Forças Armadas são “instituições de Estado” e não “de governo”; de que as Forças Armadas não têm partido; de que as Forças Armadas não pretendem “fazer parte da política governamental ou do Congresso Nacional”, e ainda, de que “a política” não deve entrar nos quartéis³. Uma parte da esquerda simpatizou com essas declarações a ponto de querer cumprimentar o general.

Vamos começar pelo começo: a ideia de que uma determinada política pública, uma determinada instituição pública, é ou deveria ser “de Estado”, esta ideia tem livre trânsito em amplos setores da esquerda. O pressuposto é que o Estado seria neutro e, portanto, uma política de Estado seria neutra, estaria acima da política, acima da luta de classes.

Assim, o SUS e a Educação Pública seriam políticas públicas, permanentes, com um conjunto de tarefas que devem ter continuidade, independentemente de quem é o governo eleito. E o bom senso nos diz que deveria ser assim mesmo. Mas quando descemos das nuvens da “teoria-de-como-as-coisas-deveriam-ser-para-que-elas-fossem-ótimas”, para as profundezas do inferno, onde “as coisas-são-como-e-las-são”, o que é que percebemos?

Percebemos que os governos interferem brutalmente em algumas políticas de Estado com o intuito de atacá-las, enquanto fazem de tudo para preservar o *status quo* de outras políticas de Estado.

E por que é assim? Por que a classe dominante tem dois pesos e duas medidas? Será que é porque a classe dominante é incoerente? Penso que o motivo é outro e é bem

³ Nota dos editores: Declarações feitas em eventos realizados em 12 e 13 de nov. de 2020. Cf. <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/11/4888619-comandante-avisa-que-exercito-nao-e-instituicao-de-governo.html>.

óbvio: o Estado é da classe dominante, foi criado por ela e para ela, ao longo de séculos de conflitos e lutas. E a classe dominante sabe muito melhor do que nós distinguir quais das instituições e políticas de Estado têm a ver com os interesses de manutenção desta dominação. Sabe, portanto, quais instituições e políticas devem ser protegidas tanto dos conflitos entre os diferentes setores da classe dominante, assim como devem ser protegidas das interferências indevidas, indevidas bem entre aspas, da classe trabalhadora.

É o caso do Itamaraty, do sistema judiciário, das forças de segurança pública e das Forças Armadas. Nestes casos, falar de “política de Estado” é a senha para dizer: não deixem a plebe interferir na condução dessas políticas.

Argumentar que não deve existir interferência popular nestas instituições é algo fácil de fazer numa monarquia absolutista ou numa ditadura militar. Mas argumentar isso numa democracia, onde supostamente prevalece a soberania popular, exige alguns cuidados. E é exatamente neste ponto que a categoria “política de Estado” tem seu papel.

Afirmam coisas do tipo: as Forças Armadas seriam uma política de Estado e por isso não deveriam sofrer interferência de nenhum governo. Não porque estas instituições são decisivas para a dominação de classe, não porque é preciso manter o povo do lado de fora, nada disso seria politicamente correto ou de acordo com a boa consciência liberal. Assim, afirma-se: “são políticas de Estado”. Ou como disse o ministro Tarso Genro, na época do golpe: a Polícia Federal é uma instituição de Estado e, portanto, não deve sofrer a interferência do governo. E aí vem a pergunta: se o governo não pode controlar, quem pode? A própria corporação? Deus?

Cabe também outra pergunta: e o que acontece se o

pressuposto estiver errado? O que acontece se o Estado não for neutro? Nesse caso, quando a esquerda assume como sua a ideia de que determinadas políticas são “de Estado”, ela na prática está assumindo que uma parte do Estado tem o direito de controlar a outra parte, tem o direito de controlar a sociedade. E é isso que conduz a aceitar, ou pelo menos naturalizar, excrescências como o Artigo 142 da Constituição, conduz a aceitar que crimes militares sejam julgados por uma Justiça Militar, conduz a aceitar uma “razão de Estado” que justifica e protege os crimes cometidos por agentes do Estado e assim por diante. A tolerância da esquerda frente às atrocidades e frente à própria existência da Polícia Militar – que é a força policial mais letal do mundo inteiro – é prova cabal dessa visão distorcida acerca do que é o Estado.

Vocês devem conhecer a frase famosa segundo a qual, se a essência fosse igual a aparência, não haveria ciência. Pois então: frente ao governo Bolsonaro, as já citadas declarações do comandante do Exército soam para algumas pessoas como se fossem afirmações progressistas e democráticas. Afinal, elas estariam querendo dizer que as Forças Armadas não vão se colocar a serviço do governo Bolsonaro. E como o governo Bolsonaro é o que é, alguns bateram palmas para Pujol.

Proponho um exercício: se o governo Bolsonaro fosse uma ditadura militar, Pujol diria isto? Óbvio que não. Ou bem ele daria um golpe dentro do golpe ou bem seria demitido, como aconteceu com o general Sílvio Frota, demitido por Geisel.

Ademais, pergunto: haveria governo Bolsonaro sem que as Forças Armadas tivessem conspirado e operado abertamente pelo *impeachment*, pela condenação e prisão de Lula, pela interdição da candidatura presidencial de

Lula, pela eleição do “Mito”?

Óbvio que também não. O apoio dos militares não foi causa suficiente, mas foi uma razão necessária do governo Bolsonaro. Sem falar nos milhares de militares que estão espalhados por toda a máquina de governo.

Portanto, quando Pujol diz que as Forças Armadas são “instituições de Estado” e não “de governo”; que as Forças Armadas não têm partido; que as Forças Armadas não pretendem “fazer parte da política governamental ou do Congresso Nacional”; que “a política” não deve entrar nos quartéis... quando fala tudo isso, Pujol está dizendo que o governo Bolsonaro não manda nos militares, mas sim que os militares é que tutelam o governo Bolsonaro.

Por isso é doloroso saber que importantes dirigentes da esquerda brasileira pretendiam sair em defesa de Pujol contra Bolsonaro, sem perceber que na prática isto seria defender o princípio da tutela militar sobre a soberania popular.

Na briga entre Pujol e Bolsonaro, devemos ser a favor da briga. Não só no terreno da prática, mas também no terreno da teoria, digamos assim.

A noção de que o Estado é neutro, a noção de que determinadas políticas são políticas de Estado e, portanto, não podem sofrer interferência popular, tem que ser substituída por outra noção: a de que o Estado não é neutro, a de que precisamos de outro Estado, a de que todas as políticas (permanentes ou não) devem ser controladas pelo povo.

Aceita esta outra noção, fica claro qual o papel que as Forças Armadas exerceram na política ao longo do Brasil República: desde a proclamação da República por Deodoro até as declarações de Pujol, as Forças Armadas não serviram para defender a nação contra os inimigos externos;

serviram para defender os interesses da classe dominante, seja contra frações desta própria classe, seja contra seus inimigos internos.

Claro que houve contradições no interior das Forças Armadas. Para que uma Igreja funcione, é preciso que a maior parte dos seus líderes acredite em Deus. Para que as Forças Armadas cumpram seu papel, é preciso que a maior parte de seus generais e coronéis acredite na sua “missão constitucional”. Isto, mais as diferenças na composição social entre alto oficialato e praças, mais os conflitos no interior da classe dominante, mais os conflitos entre teoria e prática, tudo isto produz contradições.

No caso brasileiro, estas contradições foram particularmente intensas nos anos 1920 e 1930. As contradições no interior da classe dominante, e desta com os setores populares, refletiram intensamente nas Forças Armadas, dando origem ao tenentismo e levando uma parte dos tenentes em direção ao comunismo. Assim como criando uma tensão entre uma tendência “intervencionista na política” e outra tendência “profissional”, ambas existentes nas Forças Armadas. Notem que, no Brasil, geralmente os profissionais e a direita política se unem contra a esquerda; enquanto raramente os profissionais se unem com a esquerda, contra a direita política. Talvez isto tenha ocorrido no contragolpe do marechal Henrique Lott contra Café Filho em 11 de novembro de 1955.

Mas, à medida que a classe dominante cerra fileiras, diminuem as dissidências na cúpula das Forças Armadas. Foi o que ocorreu em 1964. Os militares golpistas tornaram-se hegemônicos internamente, e liquidaram a esquerda militar ou à bala, como aconteceu com o tenente-coronel Alfeu Monteiro, ou com perseguições e punições.

A ditadura militar representou o ápice da participação das Forças Armadas na política. As atrocidades que cometeu, o sangue que derramou e as medidas institucionais que adotou deixaram sequelas e cicatrizes profundas na sociedade brasileira. Entre as medidas, cito duas, muito importantes para o debate atual: 1) o expurgo em massa da esquerda militar; 2) o aprofundamento da militarização da segurança pública através das PMs.

A ditadura militar chegou ao fim por diversos motivos. Ela foi derrotada. Mas não foi derrubada. Os militares se retiraram “em ordem”, garantindo a proteção para os seus, por exemplo com a chamada Lei da Anistia. Que não foi um pacto. Prevaleceu uma posição, que não apenas livrou de punição os agentes do Estado que cometeram crimes, como os livrou de julgamento e da necessidade de reconhecer os crimes que cometeram. Portanto, puderam continuar cometendo, de maneira secreta, reservada, indireta (através das PMs) e criminosa (através dos esquadrões da morte, avôs das milícias).

Por óbvio, o fim da ditadura militar, em 1985, não representou o fim da atividade política dos militares. Eles influenciaram o governo Sarney, reprimiram brutalmente a greve da Companhia Siderúrgica Nacional de 1988 – o que resultou no assassinato de três operários pelo Exército – e fizeram forte pressão sobre a Assembleia Nacional Constituinte (na verdade, um Congresso Constituinte) para que as polícias militares não fossem extintas e para que fosse incluído o Artigo 142, segundo o qual as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

As Forças Armadas atravessaram os governos Collor, Itamar e Fernando Henrique sem que a ex-esquerda tucana e sem que o petismo enfrentassem para valer a chamada

questão militar.

Todo mundo sabia que o problema existia, mas todo mundo agia como se não houvesse um ogro na sala de jantar. Duas provas de que havia um ogro: Bolsonaro, que iniciou sua trajetória política em 1990; e o massacre do Carandiru, em 2 de outubro de 1992, baseado na política dos “direitos humanos para humanos direitos”.

Qual era a aposta dos que fingiam não ver o ogro? Penso que havia uma dupla aposta. Primeiro, a de que a mudança na situação mundial, com o fim da URSS, levaria os Estados Unidos a recuarem da posição de respaldar a interferência militar na política; e sem esse respaldo, o golpismo minguardia. Segundo, que a mudança geracional, acompanhada de uma política de valorização financeira e técnica das Forças Armadas, levaria a instituição a se profissionalizar e se afastar da interferência política.

As duas apostas foram plenamente testadas durante os governos Lula e Dilma. E quem apostou deu com os burros n’água. Primeiro, porque a situação mundial se alterou e os EUA logo voltaram ao modo golpista e intervencionista que o caracteriza. Aliás, depois da crise de 2008 houve mais do que isso: ressuscitou-se a lógica da chamada Guerra Fria. Segundo, porque não é tão fácil comprar consciências de direita. Do mesmo jeito que as políticas sociais não são suficientes para conscientizar amplas camadas do povo, investimentos nas Forças Armadas não são suficientes para converter o oficialato – e especialmente os generais – à democracia popular.

Existe uma lenda segundo a qual a guinada dos militares em direção ao golpe foi causada pela Comissão Nacional da Verdade, a CNV, criada por lei em 2011 e instituída em

2012 no governo Dilma Rousseff. Ou seja, o atual golpismo teria sido culpa da esquerda, que teria “esticado a corda” na relação com os militares. Essa lenda tem a mesma dose de verdade daquela segundo a qual o Golpe de 1964 foi necessário para impedir a instalação de uma república sindicalista no Brasil. A melhor prova de que se trata de uma lenda é recordar do episódio da demissão do ministro da Defesa de Lula em 2004. Eis a carta deste ministro:

Brasília, 22 de outubro de 2004,

Estimado senhor Presidente,

Após uma reflexão mais prolongada a respeito das ocorrências desta semana, julgo necessária uma atribuição mais efetiva de responsabilidades com relação à nota emitida pelo Exército no último domingo.

Embora a nota não tenha sido objeto de consulta ao Ministério da Defesa, e até mesmo por isso, uma vez que o Exército Brasileiro não deve emitir qualquer nota com conteúdo político sem consultar o Ministério, assumo a responsabilidade que me cabe, como dirigente superior das Forças Armadas, e apresento a minha renúncia ao cargo de Ministro da Defesa, que tive a honra de exercer sob a liderança de Vossa Excelência.

Tenho sido seu Ministro da Defesa com os propósitos básicos de contribuir para a reinserção plena e definitiva das Forças Armadas do Brasil no seio da sociedade política brasileira, de ser o enlace entre elas e o Governo, representando-as junto a Vossa Excelência e à sua equipe, e de melhorar a sua eficiência e a sua capacidade de ação.

Muito avançamos neste período. A título de exemplo, no que diz respeito aos interesses das Forças Armadas, logramos reverter a dramática situação orçamentária em que se encontravam as nossas Forças e reiniciamos os programas para o seu reaparelhamento. O reajuste parcial da remuneração dos militares também deu início à

necessária correção dos seus vencimentos desatualizados.

O Governo cumpriu plenamente com os seus propósitos acima delineados e tratou permanentemente as Forças Armadas com respeito que elas merecem e obteve delas pronta resposta sempre que necessário, com o ardor, o desprendimento e o profissionalismo que caracterizam os seus integrantes.

Foi, portanto, com surpresa e consternação, que vi publicada no domingo, dia 17, a nota escrita em nome do Exército Brasileiro que, usando linguagem totalmente inadequada, buscava justificar os lamentáveis episódios do passado e dava a impressão de que o Exército, ou, mais apropriadamente, os que redigiram a nota e autorizaram a sua publicação, vivem ainda o clima dos anos setenta, que todos queremos superar. A nota divulgada no domingo 17 representa a persistência de um pensamento autoritário, ligado aos remanescentes da velha e anacrônica doutrina da segurança nacional, incompatível com a vigência plena da democracia e com o desenvolvimento do Brasil no Século XXI. Já é hora de que os representantes desse pensamento ultrapassado saiam de cena.

É incrível que a nota original se refira, no Século XXI, a “movimento subversivo” e a “movimento comunista internacional”. É inaceitável que a nota use incorretamente o nome do Ministério da Defesa em uma tentativa de negar ou justificar mortes como a de Vladimir Herzog. É também inaceitável, a meu ver, que se apresente o Exército como uma instituição que não precise efetuar “qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu naquele período histórico”.

Não posso ignorar que aquela nota foi publicada sem consulta à autoridade política do Governo. Assumo a minha responsabilidade. Agi neste episódio desde o primeiro momento. Informei Vossa Excelência, sugeri ações, convoquei, no próprio domingo 17, o Comandante do Exército, entreguei-lhe um ofício que pedia a apuração das responsabilidades e a correção da nota publicada. Segui a orien-

tação de Vossa Excelência e não divulguei posições e pontos de vista individuais. Vossa Excelência sabe que em momento algum fui omissos ou deixei de cumprir com as minhas responsabilidades no exercício das minhas funções.

Reitero, senhor Presidente, que foi uma honra trabalhar sob a sua direção direta nestes quase dois anos. Reafirmo também a minha total lealdade a Vossa Excelência e a minha admiração pelo notável trabalho que vem realizando em prol do progresso do nosso país e da união de todos os brasileiros.

Respeitosamente,

José Viegas Filho

Neste episódio, o governo Lula capitulou. E capitulou sem luta. Em vez de exonerar o comandante do Exército, um defensor da ditadura militar e detrator de Vladimir Herzog, Lula preferiu demitir o ministro da Defesa, um civil comprometido com a democracia. O que veio depois foi consequência disso.

Por exemplo, a rebelião das Forças Armadas contra o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), em 2009. Rebelião, ou motim, do qual participou o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, que outra lenda continua considerando um democrata, apesar desse cidadão ter conseguido a proeza de alterar o texto constitucional depois de ele ter sido aprovado.

Outro exemplo: a sabotagem cometida pelos comandantes militares contra as investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), negando-se a fornecer a documentação requisitada, e os ataques públicos de generais aos trabalhos que ela desenvolveu e ao seu relatório final.

Tudo isso abriu caminho para o que veio a ocorrer em

2018, sob o governo golpista de Michel Temer, quando o então comandante do Exército, general Villas Bôas, tornou-se o principal fiador da candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República. De modo totalmente ilegal, e contando com a anuência do Alto Comando do Exército, Villas Bôas pressionou abertamente o Supremo Tribunal Federal para que não concedesse *habeas corpus* a Lula, ilegalmente preso por obra da Operação Lava Jato.

O general Hamilton Mourão, por sua vez, defendeu uma eventual intervenção militar e revelou que o Alto Comando havia se preparado para tal. Nenhum chefe militar foi punido e Mourão tornou-se candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro.

Posteriormente, o general Sérgio Etchegoyen, ministro do Gabinete de Segurança Institucional de Temer, e outros militares pressionaram e tutelaram a ministra Rosa Weber e o Tribunal Superior Eleitoral para que não houvesse investigação do disparo em massa de notícias falsas no *Twitter* financiado por empresários apoiadores de Bolsonaro, crime eleitoral gravíssimo.

Uma vez instalado o governo atual, vários oficiais-generais das três Armas foram nomeados ministros por Bolsonaro, e com o passar do tempo, milhares – nunca é demais enfatizar: milhares – de militares da ativa e da reserva foram chamados a exercer cargos na administração federal, em proporção semelhante à registrada na ditadura militar.

A declaração do general Pujol de que tais nomeações são “decisão exclusiva da administração do Executivo” resulta não apenas inócua, como é cínica e hipócrita.

As Forças Armadas fizeram política, igualmente, ao pressionar o próprio governo Bolsonaro e o Congresso Nacio-

nal a aprovar uma reforma que aumentou expressivamente a remuneração dos oficiais e lhes concedeu um regime especial de Previdência, que lhes garante benefícios e regalias negados ao funcionalismo público civil e aos trabalhadores da iniciativa privada.

Assim, a profissão de fé do general Pujol no tocante a manter as Forças Armadas como instituições distantes do governo e da atividade política, choca-se com a realidade factual e deve ser interpretada, como já dissemos antes, como a afirmação de que o Exército tutela Bolsonaro e não o contrário.

Claro que Pujol também busca preservar sua força do desgaste enfrentado pelo governo Bolsonaro. Mas o relevante é que ele não se opõe às reformas ultraliberais em curso, que sacrificam a população trabalhadora, nem se opõe à obra de destruição do Estado brasileiro e das riquezas nacionais promovida pelo governo Bolsonaro. Tampouco se opõe à submissão do Brasil aos Estados Unidos, que nas condições atuais do mundo é mais ou menos como se o governo Vargas tivesse ficado do lado da Alemanha durante a Segunda Guerra.

Sendo assim, é deveras impressionante que alguns setores da esquerda tenham discutido a sério declarar apoio ao general Pujol em virtude de suas declarações.

Cabe sempre lembrar que alguns anos atrás algumas lideranças de esquerda – bem impressionadas por comentários do general Villas Bôas em entrevista concedida à revista *Veja*, supostamente favoráveis às liberdades democráticas – pretendiam escrever ao então comandante do Exército para saudá-lo por suas afirmações. Acabaram sendo demovidas da ideia, o que lhes salvou de um vexame frente ao papel

que Villas Bôas desempenhou no tríplice golpe, sem esquecer de pressões anteriores que exerceu sobre o governo do Distrito Federal para que não fosse erguido o Memorial em homenagem ao presidente Jango.

A verdade é que a doutrina vigente na prática, entre os militares, continua sendo a da “Segurança Nacional” da ditadura militar, caracterizada, entre outras coisas, por identificar e eliminar “inimigos internos”, que são, na maior parte das vezes, movimentos e organizações populares, partidos de esquerda, intelectuais e lideranças ligadas às classes trabalhadoras.

Basta lembrarmos que ainda se comemora o golpe de 1964 nos quartéis, ou mesmo da infiltração recente de agentes do Exército em mobilizações populares com fins de vigilância, provocação e prisão de militantes.

Portanto, é a lógica doutrinária presente entre os militares que vê como inimigo, como uma ameaça, o povo organizado e em luta por direitos sociais, trabalhistas, por ampliação das liberdades e por reformas estruturais.

Os governos Lula e Dilma implementaram importantes programas de reaparelhamento e fortalecimento das Forças Armadas, de recomposição de soldos e dos orçamentos ligados à área, na ilusão de que seria o suficiente para que tais instituições cumprissem um papel “profissional” e interessado na soberania nacional.

Mas isso é insuficiente: não basta impulsionar ganhos materiais, precisamos ter uma linha política capaz de incidir e disputar seus rumos. Uma linha política que parta do pressuposto de que as Forças Armadas realmente existentes são autoritárias, antinacionais, sintonizadas com os interesses das classes dominantes e hegemônicas pelos

EUA. Portanto, a nossa linha deve ser a de alterar e modificar profundamente o caráter dessas instituições.

Foi com esse espírito que, no recente debate travado pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores acerca de um Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil, propusemos:

- revogar o Artigo 142 da Constituição Federal, frequentemente utilizado para alegações de teor intervencionista e antidemocrático;

- extinguir as chamadas operações de “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO);

- revogar as normas inconstitucionais que garantem julgamento pela Justiça Militar de militares que cometerem crimes contra civis em operações como as de GLO e similares, como a Lei 13.491/2017, sancionada pelo golpista Michel Temer;

- cumprimento integral das recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de 2014, em especial:

- I) reconhecimento pelas Forças Armadas de sua responsabilidade institucional pelos crimes cometidos durante a ditadura militar;

- II) revisão da Lei da Anistia, de modo a garantir a punição dos agentes da ditadura militar que cometeram crimes de tortura, assassinato e outros;

- III) abertura dos arquivos militares;

- IV) revogação da Lei de Segurança Nacional;

- V) desmilitarização das polícias militares;

- VI) “Reformulação dos concursos de ingresso e dos

processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento sobre os preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos”;

VII) “Modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais para promoção da democracia e dos direitos humanos” (Capítulo 18, p. 964-967 e 971).

Se quisermos que as Forças Armadas realmente cumpram um papel positivo no desenvolvimento nacional, soberano, democrático e popular, elas precisam ser completamente reformadas.

As de hoje, como estão, continuam a respaldar golpes, tutelam um governo neofascista, sustentam um programa neoliberal e entreguista, colocam em risco a integração regional com a projeção de conflitos militares com países vizinhos, ameaçam liberdades democráticas e terminantemente negam-se a reconhecer o seu passado ditatorial e a modificarem seu papel “moderador”, tutelar do sistema político.

Aos que têm medo de falar destes assuntos, recomendo que tenham mesmo medo. Ter medo não é covardia. Covardia é deixar de fazer o que precisa ser feito.

Referências bibliográficas

CHAVES, Rogério (coord.); MERCADANTE, Aloizio *et al.* **Plano de reconstrução e transformação do Brasil**: outro mundo é preciso outro Brasil é necessário. Partido dos Trabalhadores (PT); Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2020.

POMAR, Valter. Tarso Genro: De quem é a “culpa?”. **Página 13**, Destaque, Nacional, 19 de jan. de 2021. Disponível em <https://www.pagina13.org.br/tarso-genro-de-quem-e-a-culpa/>.

POMAR, Valter. Imunidade, impunidade e Imprudência. **Blog Valter Pomar**, 19 de fev. de 2021. Disponível em <http://valterpomar.blogspot.com/2021/02/imunidade-impunidade-e-imprudencia.html>.

As forças armadas e as lutas populares no Brasil: breve introdução

Ana Penido

Pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social¹, bolsista Capes de pós-doutorado no Programa Interinstitucional de Pós-Graduação San Tiago Dantas e membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)²

Este texto tem por objetivo discutir a relação das forças armadas (ffaa)³ com as lutas populares no Brasil. Considera-se que o tema ffaa é pouco conhecido pelas organizações populares que, quando muito, acompanharam o assunto através dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Com a grande presença militar no governo Bolsonaro, o assunto ganhou visibilidade. Como texto introdutório, não pretende

1 (<https://www.thetricontinental.org/pt-pt/>)

2 (<https://gedes-unesp.org/>)

3 Nota dos editores: a pedido da autora, foram mantidas em letras minúsculas a sigla ffaa e ‘forças armadas’.

esgotar nem aprofundar os pontos levantados, mas oferecer pistas para a sociedade organizada adentrar nesse campo de estudos. Para isso, o texto foi organizado em quatro partes. A primeira apresenta as ffaa sob a perspectiva da política de defesa e da geopolítica; a segunda pincela elementos do pensamento militar brasileiro; a terceira aborda a relação entre as forças armadas e a luta popular; e a quarta focaliza as ffaa no governo Bolsonaro. As quatro partes estão organizadas em tópicos para facilitar o estudo conjunto com a base sindical. Em virtude do exímio espaço, utilizaremos citações apenas em notas de rodapé para sugerir bibliografia sobre o tema tratado.

Parte 1 – Geopolítica e forças armadas

1. Assim como falamos em uma divisão internacional do trabalho, ou na divisão sexual do trabalho, para caracterizar as relações assimétricas que se desenvolvem na área da produção e de gênero, existe uma divisão internacional do trabalho na área de defesa. Essa divisão organiza os países em ao menos três blocos: os impérios, os alinhados e a brecha. Aqui não trataremos da brecha, mas mesmo países críticos ao imperialismo podem se alinhar ao imperialismo, pelo colonialismo do pensamento. Um exemplo clássico de brecha foi a guerra popular e anticolonial⁴ do povo vietnamita.

2. Na divisão internacional do trabalho de defesa, as ffaa dos países centrais atuam no cenário geopolítico principal mundial, configurado atualmente pela disputa entre EUA e China. Às forças armadas dos países alinhados caberia a atuação principal no cenário secundário, que é o ambiente doméstico dos Estados nacionais. Nesse cenário, sua função

⁴ SAINT-PIERRE, H. **A Política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: Unesp, 2000.

é controlar a ordem social, como o foi durante a Guerra Fria, reprimindo o inimigo interno, agora chamado de forças adversas, mas que sempre é a sociedade contestatória. Paralelamente, cumpriria missões secundárias na área de segurança internacional, como as representadas pelas chamadas missões de paz; e atividades típicas de forças policiais, como o controle de fronteiras e o combate ao narcotráfico.

3. Os países imperialistas, particularmente os EUA, mantêm os países alinhados dependentes na área de defesa, não apenas de equipamentos importados em virtude do nosso desenvolvimento científico insuficiente – o que reforça essa dependência. Esta dependência se manifesta também mais profundamente na formulação do pensamento estratégico, fruto da guerra cultural levada a cabo pelos estadunidenses. Mesmo perdendo todas as últimas guerras (Vietnã, Afeganistão, Iraque, Síria...), os EUA venderam uma “receita de sucesso” na política de defesa, qual seja: armamentos em maior quantidade e tecnologias cada vez mais avançadas vencem guerras.

4. Se o campo popular propõe-se a alterar a posição subordinada do Brasil no mundo, deve dedicar-se ao estudo da política de defesa, pois ela é a garantia de um governo soberano para decidir com autonomia sobre políticas públicas. Diante de qualquer medida, mesmo as reformistas, o ambiente internacional reage e as potências imperialistas interferem domesticamente, como a influência internacional que instrumentalizou a Lava Jato para derrubar a presidenta Dilma Rousseff. Portanto, a política de defesa é tão fundamental quanto a política de saúde, de saneamento, de educa-

ção e outras, embora seja menos perceptível⁵. Como política pública, ela deve estar submetida aos controles da democracia participativa e deve estar integrada ao projeto nacional eleito. Nesse sentido, não é uma política permanente, ou de Estado, e sim subordinada à soberania popular⁶.

5. Os militares são funcionários públicos dedicados a essa política; não são os únicos, mas os específicos⁷. Por outro lado, esta não é uma profissão comum por, pelo menos, três aspectos: 1) eles estão armados; 2) pertencem a uma instituição regida pela hierarquia e disciplina, em que as decisões tomadas na cúpula são implementadas por toda a estrutura, daí a relevância do comando; 3) constituem uma corporação com interesses próprios, compartilhando de um mesmo “espírito de corpo”. Isso implica um nível de corporativismo muito maior que outras profissões, pois o ambiente de trabalho e familiar são profundamente misturados, em especial no caso dos oficiais, o que leva a níveis extraordinários de coerção e coesão social entre os pares.

Parte 2 - Pensamento militar em geral

O pensamento militar brasileiro foi formado tendo como pilar valores exógenos. É o que se depreende do fato de nossos soldados terem sido educados por meio de missões francesas e da convivência com os EUA, e algumas linhas

5 Isso não significa que deva ter o mesmo orçamento, ou que este deva ser fixado em 2% do PIB. A esse respeito ver <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2020/08/Contribui%C3%A7%C3%A3o-do-GEDES-ao-debate-sobre-os-documentos-de-defesa.pdf>.

6 Cf. <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/soberania-popular-em-tres-tempos/>

7 É fundamental para o fortalecimento do Ministério da Defesa a criação de uma carreira civil de analista de defesa.

mestras se mantêm ao longo do tempo⁸.

Algumas delas estão presentes também no governo Bolsonaro, por isso a ampla unidade ideológica entre o Partido Militar⁹ e o governo.

1. Economia: comportamentos nacionalistas (herdeiros do tenentismo¹⁰) como *O Petróleo é Nosso* são memória. As ffaa são hoje profundamente neoliberais, adotando uma visão da administração gerencialista similar àquela propagada pela Fundação Getúlio Vargas. Em geral, rejeita-se a ideia de Estado empresário e adota-se a visão de um Estado fiscal/ajustador de demandas dos interesses privados. Em termos de valores, carregam as ideias do individualismo, a ética do sucesso e a noção de que os grandes se expandem. Portanto, não há dissidências quanto à adoção de uma agenda privatista, como no caso da Embraer. Estado inchado é aceito apenas na área de defesa e segurança pública, além de outras áreas ocupadas também por militares, como a das escolas cívico-militares.

2. Memória. As forças armadas sempre priorizaram a batalha das ideias. Consideram errada a forma como passaram para a História após terem “salvado a nação do comunismo” e levado ordem e progresso ao país. Se necessário, inventam tradições, como a Batalha de Guararapes ou

8 SAINT-PIERRE, H. Racionalidade e Estratégias. **Premissas**, NEE-UNICAMP - Campinas, SP, v. 3, p. 24-51, 1993.

9 Aqui usamos o termo Partido Militar para pensá-lo como um partido tradicional, com seus quadros e sua base, sua forma organizativa interna, tendências, interesses corporativos, intenção de disputar a opinião pública e a hegemonia da arena política, indicação de quadros das próprias fileiras para diferentes cargos e opinando sobre assuntos diversos. Discutimos o tema em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-partido-militar-no-governo-bolsonaro-em-numeros/>.

10 Cf. <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/364/os-militares-e-o-desenvolvimento-economico-do-brasil/>.

a Intentona Comunista. Em geral, lembrar a ditadura não é uma pauta prioritária para os mais jovens, mas, por outro lado, não aceitam a responsabilização da instituição. Atualmente não dariam um golpe (e nem precisam) e se orgulham de ter voltado ao poder através de eleições.

3. Os militares acreditam em características que seriam tradicionais do povo brasileiro, como o individualismo, a capacidade de improvisação/adaptabilidade, o pacifismo, a cordialidade, a emotividade¹¹. Por isso, rejeitam o que consideram pautas identitárias como divisionismo (combate ao racismo, machismo, homofobia...). Questões complexas como drogas e violência entre adolescentes recebem respostas maquiadas nas escolas cívico-militares, que funcionam como instrumentos de regulação da sociedade civil. Nesse ponto, coincidem ideologicamente com os segmentos neopentecostais que sustentam Bolsonaro.

4. Em política adotam um liberalismo conservador. A essência da democracia seria desenhada pela sequência “amor-justiça-paz-liberdade-progresso-ordem” do positivismo. Democracia, sob essa leitura, não tem relação com participação social ou institucionalização do conflito.

5. O militar se percebe como sendo superior aos civis. A corporação se considera a essência da nação, tendo como “destino manifesto” a “missão” de salvá-la. Alguns acreditam ser parte de uma “revolução” moralizante e modernizadora do país para corrigir o rumo e ajustar o que julgam desvios, sempre segundo seus próprios parâmetros, mesma lógica que orienta o partido da Lava Jato. Não são naciona-

11 LENTZ, R. O pensamento político dos militares brasileiros. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 34, n. 70, p. 39-71, 2019. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1059>.

listas, mas sim patriotas¹², com apego aos símbolos.

6. O pensamento das ffaa se pauta a partir da lógica de amigo e inimigo. Como não existem guerras, preparam-se para combater as disfuncionalidades do sistema, como os movimentos contestatórios. O anticomunismo está profundamente arraigado na sua formação. Ele é o inimigo na sua doutrina, apontado como um conjunto de valores, ideias e crenças antagônicas à ordem ocidental, devido a sua concepção de luta entre as classes sociais, ateísmo, materialismo histórico e visão negativa das instituições políticas, em especial do Estado. Esse anticomunismo se transmuta em antipetismo, antiesquerdismo e antionguismos variados e, assim, o inimigo interno surge de uma ressignificação conforme o interesse da corporação, que coincide com o das elites econômicas. Foi por esta razão que a possibilidade de emprego interno das forças armadas permaneceu nas Constituições¹³. Consolidou-se no alto número de operações de Garantia da Lei e da Ordem incrementado nos governos progressistas. Reforçou-se a autonomia militar e manteve-se a confusão entre as atribuições internas e externas das ffaa. Atualmente, há projetos de lei ainda piores tramitando, como o PL antiterrorista, e é fácil plantar a ideia de “nossa bandeira jamais será vermelha” contra a China.

Parte 3 – Pensamento militar e lutas sociais

1. Sindicatos lutam e negociam. Em geral, são forças

12 DOMINGOS, M. Sobre o Patriotismo Castrense. In: Dossiê os militares e a política. **Revista Perseu**, São Paulo, n. 18, 2019. Disponível em: <http://revista-perseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/314>.

13 MATHIAS, S. K.; GUZZI, A. C. Autonomia na Lei: as forças armadas nas Constituições Nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 41-57, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbc-soc/v25n73/v25n73a03.pdf>.

da mudança, sejam elas superficiais ou estruturais. As ffaa são, por excelência, forças conservativas, como indica boa parte da cultura política brasileira autoritária desde antes da ditadura, remontando à escravidão. Mesmo nos governos progressistas, implementaram-se poucos mecanismos de participação social direta, assim como em algumas retóricas da esquerda, ouvem-se formulações elitistas como “o povo não sabe votar”.

2. Contra as lutas sociais, os Estados apelam para a violência e para a militarização em resposta aos conflitos, empregando as ffaa (e outras forças de segurança) contra a população para proteger os privilégios da elite que controla o Estado. O emprego da violência contra o povo deslegitima o governo. O conflito é inerente à sociedade, não é bom ou ruim. Ruim é lançar mão da violência como única forma de resolver as disputas sociais. Os conflitos sociais são objeto de políticas públicas amplas e não de segurança, muito menos de defesa nacional.

3. No pensamento militar, os protestos surgem como perturbações da ordem e os direitos humanos são percebidos como um entrave para o bom cumprimento do trabalho. Existe entre as forças de segurança a autoimagem de defensores dos mais frágeis, mas quando os mesmos grupos adotam uma postura ativa na política, passam a ser percebidos como perturbadores da ordem.

4. Por militarização do Estado entende-se: 1) a participação física ou a ocupação de cargos da administração pública civil pelos militares, como o que sempre ocorreu nas secretarias de segurança estaduais e atualmente com os mais de sete mil militares no governo; 2) a realização, por meio das políticas governamentais, das doutrinas defendidas ou formuladas pelos militares (exemplo: esconder dados

do Ministério da Saúde, submetendo-se à cultura do sigilo; e as escolas cívico-militares); 3) a transferência de valores castrenses para a administração pública (ex: projeto Calha Norte revisitado para a região amazônica); 4) policiamento ostensivo e vigilância permanente – cultura da vigilância.

5. As forças armadas são instituições operacionais para a guerra. A guerra é uma continuação da política. Suas motivações nascem e se resolvem na lógica política, mas sua gramática é distinta. Militares não são treinados na flexibilidade do cálculo político ou na negociação com manifestantes; preparam-se para matar ou morrer no confronto.

Tanto as polícias quanto as ffaa empregam a força, mas com objetivos, doutrinas, armamentos e instrução absolutamente distintos. As polícias devem proteger os cidadãos, enquanto as forças armadas devem defender o país.

Quando a ideia de inimigo interno aparece associada com a de guerra ao terror (retomada pelos estadunidenses nas últimas décadas), conforma-se uma grande ameaça à democracia e abre-se a possibilidade para uma criminalização ainda mais intensa das lutas populares. O objetivo das lutas é conquistar o apoio das grandes massas, diferente do terrorismo, cuja tática é difundir o medo no seio da população. A primeira exige ações políticas, a segunda, de polícia e inteligência.

6. Documentos antigos, como a Lei de Segurança Nacional, e mais recentes, como o Manual de Garantia da Lei e da Ordem, de 2013, deixam brechas para a criminalização das lutas sociais. Sindicatos podem ser consideradas forças oponentes/adversas e por isso devem ser monitorados, pois são percebidos como ameaças. Segundo o Manual, ameaças são “atos ou tentativas potencialmente capazes de compro-

meter a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio, praticados por Forças Oponentes previamente identificadas ou pela população em geral”. Ações consideradas pelos direitos humanos como pertinentes ao direito de protesto, como o fechamento de vias, são consideradas ameaças, conforme descrito no Manual da GLO.

7. Para alguns segmentos militares, os movimentos populares, dotados de ideias exógenas (chinesas ou venezuelanas) praticam **guerra híbrida** contra o governo, usando como instrumento os protestos sociais. Entretanto, manifestações favoráveis ao governo são consideradas patriotas e democráticas, mesmo se armadas, a exemplo dos “300 de Brasília”.

8. Por fim, uma das principais bandeiras sindicais é a isonomia entre os trabalhadores das carreiras públicas. A recente reforma da Previdência demonstrou como segmentos militares são tratados de maneira diferente de segmentos civis. Caberia ao sindicato apresentar para o conjunto da classe trabalhadora os diversos privilégios que as carreiras militares têm diante das demais e lutar pela isonomia em tempos de paz.

Parte 4 - Bolsonaro e forças armadas¹⁴

1. Sempre houve um Partido Militar no sentido gramsciano do termo, como polo aglutinador das ideias e reivindicações militares que as organiza e as une em torno de uma guerra de posições e de movimento. A instituição militar é corporativista. O partido se aproveitou disso e capturou

¹⁴ Sugerimos a leitura de quatro textos publicados pelo Instituto Tricontinental a respeito, que contaram com nossa coautoria e aprofundam o tema, aqui tão brevemente tratado. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-partido-militar-e-as-ffaa-no-governo-bolsonaro-parte-iii/>.

a instituição. Portanto, os militares não estão no governo enquanto indivíduos ou como a instituição, mas como um partido. O mesmo vale para a sua atuação no Legislativo e no Judiciário. Parte da imprensa e os próprios comandantes das instituições declaram que governo é uma coisa e ffaa outra, mas esse discurso é insustentável, pois cada militar da ativa que assume cargo no governo foi autorizado e leva consigo o espírito de corpo. Também não é correto ver o ministro da Defesa como porta-voz das forças armadas diante do governo. Sua tarefa é o inverso: o ministro da Defesa é a voz de comando do governo sobre as ffaa. A contradição dos militares com o governo não é de projeto ou ideologia, mas sim pelo temor de comprometer a instituição, de expô-la, e de que muitos dos mitos criados ao seu redor, como o da eficiência, podem vir a ser revelados na sua improcedência para a sociedade, o que pode levar à perda do seu ilegítimo prestígio.

2. Bolsonaro é criatura do Partido Militar e mantém com ele uma relação de simbiose; afinal, ele sempre foi sindicalista dos militares, proibidos de ação sindical pela Constituição. Ele ofereceu os votos para eleição e fez todo tipo de concessão para a corporação, cobrando apenas o reconhecimento (sincero ou não) da sua liderança. Por sua vez, o Partido Militar oferece seus quadros e seu programa político para Bolsonaro. Isso porque provavelmente o partido possui um projeto de poder de médio prazo, que vai além de “não deixar a esquerda ganhar”.

3. Existem diversos motivos para que o Partido Militar ganhe filiados: “boquinhas” para benefício particular ou de apadrinhados; acompanhar a massa militar; antipetismo na sociedade; e a turma dos porões da ditadura que permanece na ativa. No governo, não existe, como a imprensa quer fazer

crer, ala ideológica e ala militar. As diferenças são de forma e não de conteúdo, muitas delas “plantadas”, utilizando técnicas de operações psicológicas (ou de comunicação social).

4. O atual nível de militarização do governo, tanto em quantidade dos postos ocupados quanto em profundidade de cadeia hierárquica, levanta dúvidas sobre a “tranquilidade sucessória”. O Partido Militar não voltou em peso para o governo para ficar pouco tempo. Essa afirmativa traz impactos gerais na estratégia das diversas organizações do campo popular para a próxima década, que não serão abordadas nesse texto.

5. Enquanto o Partido Militar hegemoniza o governo, cabe às forças armadas o controle interno da ordem por meio da segurança integral e preventiva (inteligência e espionagem). Assim, as ffaa servem para domesticar as forças sociais para serem funcionais a interesses internacionais.

Em resumo:

1) os militares formam uma corporação separada da sociedade e com autonomia dentro do Estado;

2) um compromisso constitutivo os liga tanto a interesses estrangeiros quanto a elites nacionais comprometidas com esses interesses;

3) seu preparo principal e sua história estão referidos à repressão social, tomando os movimentos populares-sindicais como ameaças;

4) os valores e interesses dessa corporação são considerados superiores aos da sociedade;

5) o Partido Militar capturou a instituição em virtude do seu corporativismo, comprometendo-a com o governo

Bolsonaro, com quem tem afinidades ideológicas, e tornando-se um risco para a democracia e a soberania do país.

Referências bibliográficas

DOMINGOS, M. Sobre o Patriotismo Castrense. In: Dossiê os militares e a Política. **Revista Perseu**, São Paulo, n. 18, 2019. Disponível em: <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/314>.

LENTZ, R. O pensamento político dos militares brasileiros. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 70, 2019. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1059>.

MATHIAS, S. K.; GUZZI, A. C. Autonomia na Lei: as forças armadas nas Constituições Nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, São Paulo, v. 25, n. 73, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a03.pdf>.

Os militares e o desenvolvimento econômico do Brasil. **Centro de Documentação e Memória da Unesp**, 08 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/364/os-militares-e-o-desenvolvimento-economico-do-brasil/>.

PENIDO, A.; CAROLINO, O. Soberania Popular em três tempos. **Tricontinental**, Brasil, 02 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/soberania-popular-em-tres-tempos/>.

PENIDO, A.; KALIL, S. O partido militar no governo Bolsonaro em números. **Tricontinental**, Brasil, 28 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-partido-militar-no-governo-bolsonaro-em-numeros/>.

SAINT-PIERRE, H. Racionalidade e Estratégias: Premissas. Campinas, São Paulo: **Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) – Unicamp**, 1993.

SAINT-PIERRE, H. **A Política Armada**: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

O papel das Forças Armadas brasileiras nas lutas sociais e políticas¹

Marcelo Buzetto

Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP, com Pós-Doutorado em Ciências Sociais UNESP-Marília. Membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS-PUC/SP) e do Grupo de Pesquisa Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano (UNESP-Marília). Autor de A Questão Palestina: guerra, política e relações internacionais, publicado pela Editora Expressão Popular (2016). Assessor da Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos – CUT

A submissão das Forças Armadas aos interesses estadunidenses: história e ideologia

As Forças Armadas da América Latina, em sua ampla maioria, continuam sendo utilizadas como um instrumento fundamental para assegurar a realização dos interesses estratégicos do grande capital industrial e financeiro estadunidense. O grau de submissão das Forças Armadas latino-americanas à política externa estadunidense é algo muito impressionante, pois as cúpulas dirigentes tem renunciado conscientemente a qualquer projeto nacional de desenvolvimento econômico, político, social, cultural. Essa posição de submissão é uma construção histórica que vem se desenvolvendo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

¹ Artigo originalmente publicado na revista **Lutas Sociais**, n. 44 (janeiro/2021), editada pelo Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP).

Em 1947, com o surgimento da Central de Inteligência Americana (CIA), cria-se um departamento específico para acompanhar/monitorar as lutas políticas e sociais na América Latina. A participação da CIA na derrubada de governos democráticos, populares, nacionalistas, progressistas ou anti-imperialistas não é uma novidade na história, portanto, não é – ou não deveria ser – nenhuma surpresa que o governo dos EUA continue se comportando da mesma maneira que na época da conhecida Guerra Fria. Os EUA empurraram a América Latina para a Guerra Fria, não permitiram a sobrevivência de governos que tivessem uma posição assentada no princípio da política externa independente. Governos que tentaram implementar políticas sociais para reduzir as enormes desigualdades estruturais e históricas, como a reforma agrária, ou regulamentar o envio das remessas de lucro das empresas transnacionais para o exterior, ou ainda nacionalizar setores estratégicos da economia, como a indústria do petróleo e gás, foram sabotados, combatidos e derrubados com explícita participação de sucessivos governos dos EUA e suas agências, sejam eles democratas ou republicanos.

Historicamente, desde o início do século XIX, os EUA incorporaram ao DNA de sua política externa, a guerra de conquista, a defesa de seus interesses estratégicos a qualquer custo, por quaisquer meios, ou seja, foi se tornando um país imperialista, e suas ações na América Latina contemporânea seguem aos princípios estabelecidos por um complexo industrial-militar que ganhou força, influência e poder durante a luta contra o movimento comunista internacional e a ascensão da URSS.

No Brasil, essa ideologia pró-imperialista no interior das Forças Armadas vai conquistando importantes espaços após 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra

(ESG). Após a participação brasileira na Campanha da Itália, sob o comando de oficiais estadunidenses, um conjunto de militares retorna ao país e cria um grupo “modernizante-conservador”, “inspirados na experiência ideológica e militar comum durante a campanha na Itália”, e “pela participação em cursos de instrução e treinamento nos Estados Unidos”. Alguns desses oficiais do exército brasileiro eram filiados ou apoiadores da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Democrata Cristão (PDC), partidos que representavam posições políticas de extrema direita, de direita e de centro-direita. Esse grupo deu origem a um “reduto político e ideológico”, a ESG (DREIFUSS, 1981, p.78).

É interessante observar oficiais das Forças Armadas brasileiras, da ativa ou da reserva, em diferentes momentos do período de 2003 a 2016, governos Lula e Dilma, e com maior agressividade entre 2016 e 2019, em palestras e cursos para militares e civis, falarem da influência de uma “ideologia” contrária aos interesses nacionais, “estranha aos valores fundamentais da nação brasileira” ou algo parecido, em referência ao que chamam de “comunismo”, “socialismo” ou “bolivarianismo”. Se estudarmos com atenção e objetividade os Manuais da ESG, será inevitável chegarmos à conclusão que tal instituição foi responsável pelo mais intenso e prolongado programa de formação política e ideológica nas Forças Armadas brasileiras, com nítida influência na formação de quadros dirigentes também para as instituições militares sul-americanas. A *Ideologia de Segurança Nacional*, presente na doutrina difundida pela ESG entre 1949 e 1964, nada mais foi do que um conjunto de ideias, conceitos, noções, valores e princípios que buscavam interpretar a realidade numa determinada perspectiva, subordinada diretamente aos interesses do governo dos EUA na política internacional. Algumas adaptações foram feitas, é óbvio, para

tentar dar um caráter nacional a esse pensamento estratégico, mas na essência e nos fundamentos doutrinários, tal ação educacional/cultural serviu, sem dúvida, aos interesses estadunidenses.

A visão de mundo apresentada pela ESG sempre adotou uma perspectiva profundamente ideológica, visando justificar a existência dos governos antidemocráticos no Cone Sul, que se multiplicaram após o golpe militar-empresarial no Brasil, em 31 de março de 1964. A ideologia difundida pela ESG não somente empurrava o Brasil para um alinhamento automático com os EUA na Guerra Fria, mas buscava explicar a realidade brasileira construindo uma visão muito própria da nossa história, afirmando, por exemplo, que a “índole brasileira, tolerante e afetiva, é fator favorável à paz social”, e que “a integração racial é facilitada pela ausência de preconceito racial, herança benéfica do caldeamento racial português” (ESG, 1976, p. 242-243).

Tais afirmações poderiam ter saído da boca do atual vice-presidente brasileiro, general Hamilton Mourão, que sempre repete algo semelhante sobre tais assuntos. Mas tais ideias foram retiradas do Manual Básico da ESG, de 1976, no capítulo “Elementos Doutrinários”. Em outra parte, o Manual Básico, ao explicar o funcionamento do sistema capitalista, afirma que “a instituição da herança ensina a continuidade do Capitalismo”, insinuando o erro que seria taxar as grandes heranças, pois “enquanto a propriedade privada é importante para que se acumule e conserve riqueza, a herança representa um incentivo adicional nesse sentido” (IDEM, p. 150-151).

No mesmo livro ainda é possível encontrar pérolas sobre as “operações de guerra psicológica”. Segundo o Manual, Ação Psicológica é a “que congrega um conjunto de recursos

e técnicas para gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos e coletividades, favoráveis à obtenção de um resultado desejado”, e a Guerra Psicológica “é o emprego planejado da propaganda e da exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos Objetivos Nacionais” (IBIDEM, p. 106-107). Esses Manuais fizeram a cabeça da geração de oficiais das Forças Armadas que agora desfrutam de poder, influência e privilégios, graças à ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República. No Manual Básico da ESG de 1983 novamente a ideia da desejada “Paz Social”, reafirmando que, no Brasil, “a integração étnica é facilitada pela ausência de preconceitos” (ESG, 1983, p. 56). Também chama a atenção na referida obra esguiana a definição de “processo subversivo”, que seria a

Sequência de atos, normalmente com conotações ideológicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifesta no âmbito interno do país – atentando contra a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes – seja, entre outras formas, por ação direta contra o Governo, seja pelo controle progressivo da população e pela destruição dos valores da nacionalidade (IDEM, p. 219).

Essa reflexão está inserida no debate sobre as “responsabilidades do Estado na Defesa Interna”. Diante de ações consideradas como “processo subversivo”, o Manual é taxativo. Recomenda “Evitar, Impedir, Eliminar”. **Evitar** “significa uma ação para que não se crie e amplie no País o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo”. **Impedir** “significa uma ação para que não se forme ou atue no País o grupo subversivo”. **Eliminar** “significa uma

ação para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes do processo subversivo em andamento” (IBIDEM, p. 219). No caso brasileiro, podemos associar com tranquilidade essas observações e orientações políticas e ideológicas da ESG com as atitudes e comportamentos do atual presidente, do vice-presidente e da ampla maioria da cúpula das Forças Armadas, e tal instituição não fez – e provavelmente não fará, a curto prazo – uma autocrítica sobre sua produção teórica e suas ações do passado. A leitura que se faz da realidade tem uma influência direta nas ações cotidianas, e quando alguém faz parte de uma “instituição de Estado”, como se consideram as Forças Armadas, as ideias ganham materialidade através das decisões políticas, dos regulamentos, dos manuais, das ordens e decretos etc.

É possível que apareça algum questionamento afirmando que as citações acima são do período da ditadura militar-empresarial (1964-1985), e que as coisas mudaram após a chamada “democratização”. Mas a ESG publicou e compartilhou com alunos de seus cursos, em 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, os *Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra*. No capítulo sobre “Segurança Interna” há toda uma preocupação com processos que possam assegurar à “nação a tranquilidade no seu âmbito interno”, evitando ou controlando “inconformismos de minorias que buscam a imposição de seus pontos de vista, e radicalizam suas ações, pela violência e manipulação subversiva”. Segundo o livro da ESG, a fragilidade das instituições brasileiras pode criar oportunidades para essas minorias. Essas “contradições e vulnerabilidades” podem ser “exploradas por grupos minoritários nacionais, insurrecionais ou revolucionários, eventualmente apoiados por potências estrangeiras” (ESG, 1995, p. 131-132).

Para enfrentar essas situações, devem ser adotadas “medidas e ações de defesa interna”, tais como: **Atividade Preventiva**, **Atividade Repressiva** e **Atividade Operativa**. **Atividade Preventiva** é um conjunto de “medidas extraordinárias de caráter preventivo”, um elenco de “medidas de caráter antecipatório ou dissuasório”. O interessante é que o livro não dá detalhes sobre o que ou quais seriam essas medidas. A impressão é que tais expressões já fazem parte do vocabulário específico interno, portanto, não é necessário um maior detalhamento. Baseado na experiência histórica das lutas sociais e políticas contemporâneas, que atividades de monitoramento de indivíduos e/ou grupos/organizações consideradas uma ameaça, infiltração de agentes, vigilância e inteligência poderiam ser parte dessas iniciativas “preventivas”. Mas, se tais medidas não garantem os resultados desejados, como reduzir ou neutralizar a ameaça à “paz social”, então entram em cena medidas mais enérgicas. Assim,

Diante da impossibilidade de ser mantida a ordem interna ou de serem protegidos os interesses nacionais, a despeito das medidas adotadas anteriormente, e, estando delineados os agentes do processo, cabe ao governo adotar medidas mais enérgicas, visando a, em última análise, preservar os objetivos nacionais ameaçados (IDEM, p. 134-135).

Essas “medidas mais enérgicas” seriam “medidas de emergência, estado de emergência, estado de defesa, estado de sítio” (IBIDEM, p. 135). Dão forma ao que seria a **Atitude Repressiva**. Já o conjunto da terceira medida e ação de defesa interna é denominado **Atitude Operativa**. Caso as ações repressivas não surtirem o efeito esperado de neutralizar as iniciativas dos inimigos internos e uma série de conflitos sociais e políticos continuarem de maneira crescente

e em diferentes regiões do país, o desenvolvimento dessas contradições e antagonismos no interior da sociedade poderá elevar o nível de enfrentamento dos agentes do Estado e suas instituições, entre elas as Forças Armadas, contra grupos que ameaçam a Segurança Nacional, criando condições onde a luta armada e outras ações da chamada “guerra revolucionária” se tornem uma realidade. Num cenário como este se destacam as ações militares, pois seriam necessárias operações para conter “o mecanismo insurrecional, revolucionário ou terrorista” (ESG, 1995, p. 135).

A visão de mundo e de realidade presente nos diferentes materiais publicados pela ESG ao longo dos anos orienta a construção de uma Doutrina, um pensamento estratégico, uma ideologia. E essas ideias estão no poder. Essas ideias, no caso brasileiro, conquistaram parcelas importantes do aparato estatal, entre elas a Presidência da República e os parlamentos federal, estaduais e municipais. Uma preocupação bastante razoável no atual momento é que os adeptos dessas ideias identificam como uma ameaça – à paz social, à tranquilidade, aos interesses nacionais e à Segurança Nacional – os sem-terra, os quilombolas, os sem-teto, os povos originários/indígenas, os movimentos sindical e popular e qualquer organização de esquerda que realize mobilizações contundentes contra o governo federal e seus aliados estaduais e municipais. E para isso se utilizam dos decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), da Força Nacional de Segurança e de qualquer outro dispositivo necessário para atingir o objetivo estabelecido.

O governo Bolsonaro: expressão dos interesses da atual cúpula dirigente das Forças Armadas

Por todos os elementos apresentados acima, não consi-

deramos que é uma surpresa o comportamento do atual presidente brasileiro e seu vice, pois ambos são a representação real do que pensa a maioria da cúpula dirigente das Forças Armadas na atualidade. Até mesmo alguns setores do chamado campo político progressista chegaram a alimentar ilusões quanto à postura de Jair Bolsonaro enquanto presidente. Argumentavam que, em campanha eleitoral, Bolsonaro seria agressivo, violento e intolerante com opositores, mas na Presidência mudaria, seria obrigado a dialogar, a negociar com prefeitos, governadores, com o parlamento etc. E o que se viu foi, até agora, o mesmo Bolsonaro de trinta anos atrás, orientado por uma Doutrina, por princípios e fundamentos inquebrantáveis.

Várias correntes da esquerda brasileira não se cansam de cometer erros, na análise e na ação. E, com uma arrogância sem igual, continuam alimentando ilusões e desorientando suas bases sociais. E alguns setores progressistas não tardaram a afirmar que Bolsonaro não representa as Forças Armadas, que essa instituição não pode ser confundida com as aberrações verbais e os atos completamente irresponsáveis do atual presidente. O que observamos é que Bolsonaro e Mourão são instrumentos de um projeto de poder pensado e executado sob a supervisão e controle de um grupo de oficiais que hoje possuem uma relativa hegemonia no interior da corporação militar e seus agregados, especialmente no Exército, e fortes vínculos com setores do empresariado.

O crescimento do número de militares no governo de Jair Bolsonaro suscitou um debate sobre o papel das Forças Armadas. E novamente vieram as ilusões de distintos setores da socialdemocracia, do neodesenvolvimentismo/social-liberalismo e da centro-esquerda, afirmando que Bolsonaro não representa as Forças Armadas. Pura ilusão! Para a infelici-

dade de toda a nação, especialmente para a classe trabalhadora, Bolsonaro é a expressão mais realista e honesta do que se transformaram as Forças Armadas brasileiras. A cúpula das Forças Armadas tem, no governo atual, seu representante, o que causa indignação profunda a qualquer pessoa que defenda um projeto de desenvolvimento com soberania nacional, justiça social e baseado na paz e cooperação entre os povos. Bolsonaro é o elemento ideal para a realização dos interesses e privilégios de uma cúpula militar dirigente que rompeu os vínculos com a maioria da sociedade, uma cúpula militar que abandonou valores como a solidariedade ativa diante das camadas empobrecidas da população brasileira.

A cúpula militar dirigente está vinculada, ainda, ao golpe militar-empresarial de 31 de março de 1964, e todas as consequências que levaram grande parte da população a responsabilizar essa corporação pelos graves problemas econômicos estruturais que o país viveu dos anos 1980 até os dias atuais. Foi nos governos da ditadura militar-empresarial que o Brasil se tornou um dos mais desiguais países do mundo, com recordes em concentração de renda e concentração de terras nas mãos de uma minoria. Também foi nesse período, de 1964 a 1985, que tivemos o descontrole absoluto e o crescimento assustador do endividamento externo. Mas será que os jovens cadetes das escolas militares estão aprendendo isso?

Não é com alegria que reconhecemos a existência de uma íntima identidade entre o presidente e seu vice com a maioria da cúpula dirigente das Forças Armadas, uma cumplicidade que está levando a nação para um caminho de destruição econômica, social, política, cultural e ambiental nunca antes imaginado. Setores dessa cúpula dirigente vêm se beneficiando com privilégios, agrados, emprego para

familiares e amigos, e todo o tipo de relação promíscua entre Estado/governo e iniciativa privada, condição bastante apropriada para estimular e/ou fortalecer a tão falada corrupção.

Bolsonaro e Mourão se tornaram as figuras públicas de um projeto de poder em curso no interior das Forças Armadas desde a chamada “democratização”. Aqui nunca houve reconciliação entre Forças Armadas e povo, entre Forças Armadas e direitos democráticos, entre Forças Armadas e projeto nacional, popular e democrático de desenvolvimento.

No Brasil, desenvolve-se, a partir de 1889, com a Proclamação da República, uma “Sociedade Política Armada”, uma “sociedade militar” no interior da própria sociedade brasileira. Essa “sociedade militar” consolida seus interesses e sua estrutura organizativa, bem como seu poder no seio do Estado Burguês, entre 1964 e 1985. Esta “sociedade militar” sempre manteve “múltiplas interseções e inter-relações com as forças políticas de elite, de cunho empresarial, burocrático-estatal e cultural”, privilegiando “de fato as classes dominantes” (DREIFUSS, 1989, p. 28).

O corporativismo e as relações de confiança e cumplicidade estabelecidas entre os membros da “família militar”, aliadas ao princípio da hierarquia e disciplina, criam as condições favoráveis para que uma cúpula dirigente de oficiais consiga movimentar as tropas no complexo cenário das lutas políticas e sociais, posicionando o contingente militar sempre ao lado daqueles que, segundo os comandantes, defendem os “interesses nacionais”.

Mas esta “sociedade militar” será um espaço de intensas disputas políticas e ideológicas, especialmente entre 1922 e 1964, com destaque para os acontecimentos de 1930 (a chamada “Revolução de 30”), de 1935 (ação militar de setores da

Aliança Nacional Libertadora – ANL contra o governo Vargas, em Recife, Natal e Rio de Janeiro), tentativas de golpe de Estado em 1955/1956 e 1961, e a vitória do setor militar pró-imperialista em 31 de março de 1964. Entre os anos 1930 e 1964 se constituem dois blocos de força no interior das Forças Armadas brasileiras, os “nacionalistas” e os “entreguistas”. Segundo Lúcio Flávio de Almeida, talvez uma das melhores expressões desse “nacionalismo triunfante” dos anos 1950 e 1960 teria sido Henrique Teixeira Lott, que na condição de respeitado general, foi convidado para ser o ministro da Guerra no governo de Juscelino Kubitschek. Lott seria uma das expressões – não a única – mais legítimas desse setor nacionalista militar com inclinações progressistas no que se refere a temas como políticas sociais para combater desigualdades, defesa intransigente da soberania nacional e apoio a uma política externa independente, visando à cooperação com todos os povos e nações. Esse “ramo militar do aparato estatal” teve em Lott uma liderança da “burocracia militar nacionalista”, muito vinculado à ideia de um projeto de desenvolvimento capitalista industrial com soberania nacional e justiça social (ALMEIDA, 2006, p. 206-210).

Lott fazia o contraponto ao setor militar mais alinhado com as posições do governo dos EUA, representado pela ESG. Esse embate entre “nacionalistas” e “entreguistas” no interior das Forças Armadas chega ao seu momento crucial entre 1961/1964, e o desfecho desse conflito interno será a derrota das forças nacionalistas-populares, democráticas e anti-imperialistas, fato que se torna inequívoco no mês de abril de 1964. Foi uma vitória do imperialismo estadunidense, que obteve como prêmio, entre outras coisas, o alinhamento e a submissão das Forças Armadas brasileiras. A partir desse momento, a “Ideologia de Segurança Nacional”, tão propagandeada pela ESG, torna-se, efetivamente, hege-

mônica, reinando absolutamente, em especial nos cursos de formação de cadetes e oficiais, nas escolas e academias militares.

Essa formação política, ideológica e cultural com uma nítida influência do pensamento militar e estratégico estadunidense contribuiu para a existência, até hoje, no seio da instituição Forças Armadas, de um núcleo de oficiais conspiradores, golpistas e entreguistas, cujos interesses particulares estão muito acima dos autênticos interesses nacionais ou da própria Constituição e das leis vigentes. Segundo o historiador e general do exército brasileiro, Nelson Werneck Sodré,

Sempre me diverti, mais do que me irritou, por outro lado, os esfarrapados disfarces com que a reação se procura cobrir: o cinismo com que apresenta os seus interesses como nacionais, a sua forma de pensar e de agir como alta, pura e digna, a deformação de sentimentos, como o patriotismo, de que se alardeia monopolista. Há muitos e muitos anos, as classes dominantes, na maioria, rasgaram a bandeira nacional, como a bandeira democrática, se é que honraram a esta, em algum dia, entre nós. Mas continuam a dizer que os seus interesses são nacionais, que a sua tirania é democrática (SODRÉ, 1967, p. 373).

Nessa belíssima obra da historiografia nacional, *Memórias de um soldado*, Sodré nos apresenta uma precisa reflexão sobre as disputas entre as correntes que coexistiram dentro das Forças Armadas brasileiras, desde o período do movimento tenentista até os primeiros anos da ditadura militar-empresarial (1964/1985). Ao se referir a esse setor militar conservador, antidemocrático, golpista e alinhado com os interesses estadunidenses, afirma que

Jamais haviam manifestado respeito algum pela lei: desejavam-na apenas para impô-la aos adversários. Lei, hierarquia, disciplina, eram boas para esse fim e só. Sempre se haviam considerado acima da lei; respeitavam-na quando lhes era conveniente; quando no poder, tornavam drástico o seu uso; para perder, jamais. Nem disciplina, preconceito bom para ser exigido dos outros, dos adversários principalmente, dos “inconformados”, dos “subversivos”. Não para eles, velhos e calejados conspiradores, colocados acima do bem e do mal, isentos de obediência à disciplina, pois cabia-lhes “salvar o país”, isto é, salvar suas posições, as parcelas de poder que detinham e que usavam tão mal. (SODRÉ, 1967, p. 534-535).

É realmente impressionante a atualidade do pensamento do general Werneck Sodré. Suas palavras jamais encontrariam tanta materialidade quanto no atual momento político nacional, onde temos uma cúpula militar dirigente que ainda reproduz os mesmos comportamentos do período das operações golpistas e inconstitucionais de 25 de agosto de 1961 e 31 de março de 1964. Talvez um dos momentos mais importantes de participação das Forças Armadas nas lutas políticas e sociais no Brasil, na perspectiva de contribuir na construção de um projeto nacional, popular e democrático, tenha sido seu protagonismo na campanha *O Petróleo é Nosso*, entre 1948 e 1953. A unidade cívico-militar em torno dessa bandeira fortaleceu o setor militar nacionalista. Infelizmente, em 1964, no campo do governo, seja civil ou militar, podemos constatar que a “burocracia nacionalista possuía um fraco poder de mobilização efetiva junto a grande parte dos setores populares urbanos, em particular o proletariado” (ALMEIDA, 1995, p. 149).

Agora vivemos uma situação muito mais grave que em

qualquer outro momento histórico, pois além de bater continência para a bandeira dos EUA, entregar a Base de Alcântara (base de lançamento de satélites, no Maranhão), aceitar a ordem do governo dos EUA para que a Petrobras não vendesse combustível para navios iranianos (fato ocorrido em 2019), fazer provocações e tomar medidas agressivas e belicistas contra a vizinha Venezuela e seguir Trump na defesa de Jerusalém enquanto capital do “Estado de Israel” (contrariando as Resoluções da ONU), só para citar alguns acontecimentos, Bolsonaro e Mourão entrarão para a história como o governo que mais destruiu direitos sociais e trabalhistas, que mais destruiu o meio ambiente, que isolou o Brasil do restante do mundo, e parcela da culpa dessa gestão desastrosa da atual crise recairá, inevitavelmente, sob o comando das Forças Armadas, que tem hoje entre seis e 10 mil militares em diferentes postos importantes do atual governo.

Consideramos a situação mais grave, pois esse governo militar-civil de Jair Bolsonaro é muito menos “nacionalista” que qualquer governo do período da ditadura militar-empresarial. Aposta da privatização intensa e acelerada, na liberdade total e absoluta do capital, especialmente o grande capital comercial, industrial e financeiro, e pouco se preocupa com a piora nas condições de vida e de trabalho da ampla maioria da população, que sofre a cada dia com o crescimento do desemprego, da precarização, com a redução salarial e a queda da renda familiar. O aprofundamento da desigualdade social tende a acirrar a luta entre as classes, produzindo inúmeros conflitos em diferentes regiões do país, criando situações de tensão que podem abalar aquilo que as Forças Armadas se acostumaram a denominar “Segurança Interna”.

Em 1970, a Associação dos Diplomados na Escola Supe-

rior de Guerra (ADESG) realizou um *Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento*, e um dos temas foi a Segurança Interna. Um pequeno livreto, chamado *Segurança Interna*, tem em sua capa, os dizeres: “Reservado aos Estagiários da ADESG”. O conteúdo é uma síntese das análises e das orientações presentes nos manuais da ESG. Ao tratar da *Ação Preventiva*, um conjunto de medidas para evitar o acirramento da luta de classes e preservar a “paz social”, o documento recomenda, no *Campo Econômico*, “acelerar a formação de capital para investimento em setores básicos da infraestrutura econômica, aumentar a produtividade, através de estímulos aos produtores” e, no *Campo Psicossocial*, “acelerar a alfabetização, em âmbito nacional, em todas as faixas etárias, atender às necessidades básicas de saúde, habitação e previdência social” (ADESG, 1970, p. 21).

Todas essas recomendações são justamente o contrário das ações do atual governo militar-civil de Jair Bolsonaro. Não pretendemos aqui reproduzir ilusões acerca da política social dos governos militares, pois não levaram adiante ações efetivas de diminuição da desigualdade social, mas tinham em mente algum projeto nacional de desenvolvimento, uma estratégia modernizante-conservadora, mas com alguns elementos de defesa da soberania nacional. E isso não existe no atual governo brasileiro. O grau de submissão da cúpula dirigente das Forças Armadas aos interesses estadunidenses nunca atingiu um nível tão elevado. E agora tem outro agravante, que são as relações de cooperação e os acordos firmados com as empresas israelenses, que conquistam espaços em distintas áreas da tecnologia militar, seja na implementação de sistema de radares para a Marinha, na venda de Veículos Aéreos Não-Tripulados para o Exército e Força Aérea etc. Essa aproximação com a indústria israelense de defesa tende a aprofundar a desnacionalização

crescente do setor. E a desnacionalização do setor de defesa significa perda do controle nacional sobre os mais avançados sistemas tecnológicos de uso militar, o que fragiliza as Forças Armadas brasileiras, que deveriam se preocupar em produzir em território nacional, com tecnologia própria, os meios e recursos necessários para que possam cumprir sua função constitucional.

As Forças Armadas e a desastrosa política externa de Bolsonaro

Entre os apoiadores do atual presidente brasileiro, sejam militares ou civis, membros do governo ou indivíduos sem vínculos orgânicos com qualquer organização, impera um profundo desconhecimento da história do Brasil. E quando somos confrontados com as posições adotadas pelo ministro Ernesto Araújo na condução de sua pasta, constatamos o baixíssimo nível teórico/intelectual dos principais quadros governamentais. Os mesmos que fazem uma defesa saudosista e desprovida de qualquer fundamento científico do período de 1964 a 1985 desconhecem os caminhos da política externa brasileira, as principais decisões e os principais acordos de cooperação, bem como a relação que muitos governos militares tiveram com países cujos governantes eram inimigos declarados dos EUA, muitos deles governados por líderes de orientação política evidentemente marxista, comunista ou socialista. É só lembrar o período dos anos 1970, em especial após 1974, quando o Brasil, apesar de todos os problemas internos, de crise econômica e intensa repressão política contra os opositores, fez um aceno para as nações da África e Ásia, desenvolvendo as mais diversas relações com países como Líbia, Iraque, Argélia, República Popular da China, URSS, Angola, Moçambique, Senegal, entre outros.

Se o vice-presidente, general Mourão, já reclamava das relações com o grupo de países “bolivarianos”, com os governos ligados ao Foro de São Paulo, o que diria da política externa do governo do general Ernesto Geisel? Em 4 de novembro de 1977 o presidente Geisel recebeu em banquete no Palácio do Itamaraty o presidente do Senegal, país africano que conquistou a independência em 1960. Léopold Sédar Senghor, do Partido Socialista do Senegal, foi um dos fundadores, junto com Aimé Césaire, do movimento literário e político Negritude, que afirmava a necessidade dos negros e negras afirmarem suas raízes africanas. Esse movimento tinha uma crítica ao colonialismo e estava ligado a diferentes setores da esquerda reformista europeia, como o Partido Socialista Francês (PSF) e a Internacional Socialista.

Nesse encontro, Geisel começa seu discurso dizendo que a atitude brasileira buscava “uma compreensão que supere os antagonismos e contradições”, pois a “política exterior do Brasil, como a de Senegal, fundamenta-se em objetivos de paz, de cooperação, de harmonia e diálogo”, e

propugna o Brasil por soluções de entendimento, de preferência ao método de confrontação (...) apoiamos os povos que expressam a aspiração legítima de se verem livres de jugos coloniais e tudo fazemos ao nosso alcance para que as práticas e os sistemas que favoreçam o racismo sejam abandonados (GEISEL, 1978, p. 305-307).

Dois anos antes, em 1975, em sua conhecida *Mensagem ao Congresso Nacional*, o presidente-general fazia um balanço da atuação do Brasil na política internacional, e destacava que o governo

procurou acelerar o ritmo de seus contatos diplomá-

ticos e incrementar o intercâmbio comercial com os países socialistas da Europa Oriental e com a União Soviética. É a política brasileira, além de incentivar as exportações para a área socialista, diversificá-las através da inclusão gradativa, na pauta comercial, de produtos manufaturados e semimanufaturados (GEISEL, 1975, p. 151).

Entre 1971 e 1984, o comércio bilateral Brasil-URSS teve um incremento impressionante, a ponto de transformar o país num dos três principais parceiros comerciais da URSS na América Latina, juntamente com Cuba e Argentina. O Brasil foi o pioneiro na América Latina em compra de turbinas e geradores da URSS, para abastecer as usinas hidrelétricas de Capivara e Sobradinho. Em 1981, o ministro da Secretaria do Planejamento do governo do general João Figueiredo, economista Antônio Delfim Netto, esteve na URSS, e a partir dessa viagem foi criada a Comissão Intergovernamental Soviético-Brasileira para a Cooperação Econômico-Comercial e Técnico-Científica Também vale lembrar que “delegações do Soviete Supremo (parlamento) da URSS estiveram no Brasil em 1980, 1982 e 1984” (VOL-CHEK, 1985, p. 27-28; 30-31; 34).

Por conta dessas relações comerciais e diplomáticas, o Brasil se tornou parte do chamado “Bloco Socialista”? Ou rompeu relações com seu histórico aliado, o governo dos EUA? É óbvio que não. Esse pragmatismo, somado a algumas doses de política externa independente, fizeram dos últimos dois presidentes-generais um instrumento do processo de distensão que se desenvolvia nas relações internacionais, com estabelecimento de entendimentos e acordos entre EUA e República Popular da China, bem como EUA e URSS.

Em sua política externa, o Brasil orientava-se pela

dinâmica das transformações em curso no mundo, ou seja, procurava ter alguma sintonia com essa tentativa de diminuição das tensões percorrida pelas duas principais potências, buscando tirar algum proveito desse movimento, como no estreitamento com os movimentos de libertação nacional africanos e seus respectivos governos após o processo de independência.

Será que os oficiais da atual cúpula dirigente das Forças Armadas brasileiras conhecem esse período histórico? Qual a avaliação que fazem da política externa dos governos Geisel e Figueiredo? Será que realmente preferem a política externa do atual governo Bolsonaro? Será que não restou nenhum resquício de compromisso com a soberania nacional ou com os princípios que orientaram a política externa brasileira entre os governos Geisel e Dilma? Não eram governos revolucionários, não eram governos anticapitalistas, nunca propuseram ruptura de relações com os EUA, mas buscavam alguma identidade com aquilo que Celso Amorim² tem denominado de “política externa ativa e altiva”, ou mesmo da já antiga política externa independente.

Sobre o tema Oriente Médio, sempre abordado por Bolsonaro através da defesa entusiástica do “Estado de Israel”, é interessante recuperar o posicionamento brasileiro na ONU durante a Assembleia Geral de 1974, onde o Brasil votou a favor do reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como única e legítima representante de seu povo, aprovando que a mesma recebesse o *status* de delegação observadora na ONU, bem como foi

² Sobre as reflexões de Celso Amorim sobre esse tema, recomendamos seus livros: **Conversas com jovens diplomatas** (2011, São Paulo: Benvirá), **Breves narrativas diplomáticas** (2013, São Paulo: Benvirá) e **Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva** (2015, São Paulo: Benvirá).

favorável às Resoluções que condenaram o sionismo³ como uma das formas de racismo (ALTEMANI DE OLIVEIRA, 2008, p. 153-155) e, também, a ocupação israelense de territórios palestinos, algo realmente impensável em tempos de governo Bolsonaro. Essas são contradições que todo militar com um mínimo de bom senso deveria levar em consideração, pois ter alguém como Bolsonaro e Mourão representando simbolicamente um governo das Forças Armadas é algo muito preocupante, além de vergonhoso.

Nelson Werneck Sodré: as Forças Armadas devem assegurar as liberdades democráticas e estar junto com o povo na construção de um projeto de nação

Ao examinar a obra de Sodré⁴, encontramos um respeito profundo pela instituição militar, e sua crença de que ela deve servir aos interesses nacionais, que são, segundo este autor, intrinsecamente associados aos interesses das camadas populares da nação. O historiador e general afirma que as Forças Armadas têm sido utilizadas, constantemente, na história do Brasil pelos diferentes segmentos da classe dominante, bem como pelos interesses do imperialismo estadunidense. Os militares, em especial os do Exército, têm sido um instrumento na defesa de interesses antinacionais, antidemocráticos e antipopulares. Seja em 1930, com a suposta “Revolução” que levou Getúlio Vargas ao poder, em 1937, com o golpe do Estado Novo ou em 31 de março de 1964, com

3 Sobre esse movimento nacionalista judaico conservador, antidemocrático e racista, que visa a expulsar os árabes da Palestina, recomendamos o livro de Marcelo Buzetto: **A Questão Palestina: guerra, política e relações internacionais** (2016, São Paulo: Expressão Popular).

4 Para um conhecimento mais profundo da trajetória política e intelectual de Nelson Werneck Sodré, indicamos o excelente livro de Paulo Ribeiro Cunha: **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré** (2002, São Paulo: FAPESP/Revam).

a derrubada do governo legítimo e democrático de João Goulart, as Forças Armadas foram usadas, ficaram em exposição, representaram as forças políticas de extrema direita e direita na execução de um projeto de desenvolvimento associado e subordinado ao governo dos EUA e seus aliados regionais.

Sodré também sustenta que os grupos que assumiram o comando das Forças Armadas no pós-1964 usaram da cobertura militar para cometer crimes e atrocidades contra a população, e isso está comprovado pelos relatos das vítimas, “nas prisões, nas inquirições, nos processos, os abusos de poder, o desrespeito às normas da lei, a ostentação da violência e mesmo a utilização da tortura” (SODRÉ, 1965, p. 401). Avalia ainda que o objetivo do governo estadunidense é “transformar as Forças Armadas nacionais em tropas de ocupação, a seu serviço (...) Acabar com o comunismo, e pela violência armada, constituiria, para todas as Forças Armadas do mundo ‘ocidental e cristão’ a missão fundamental”.

Essa “minuciosa operação de lavagem cerebral (...) tem atingido, realmente, e com êxito determinados grupos delas, grupos especializados e por isso mesmo atingíveis: os do comando, os do Estado Maior” (SODRÉ, 1965, p. 403).

Sodré conclui que as Forças Armadas precisam se concentrar no cumprimento de sua missão constitucional, a defesa da pátria diante das ameaças externas, a garantia da soberania nacional e das liberdades democráticas, não se envolvendo em operações golpistas para defender os interesses dos mais ricos e do imperialismo. Seguindo este caminho “haverá uma hierarquia mais sólida, uma ordem mais estável, uma subordinação mais consciente, na medida em que as Forças Armadas completem a sua transformação em instituições nacionais. Com a aceitação plena de que **só é nacional o que é popular**” (SODRÉ, 1965, p. 410).

As Forças Armadas e as forças populares, progressistas e de esquerda: um diálogo possível?

Entre 1922 e 1964, militares e civis compartilhavam muitos espaços de debate sobre um projeto nacional de desenvolvimento de caráter popular, democrático e anti-imperialista, e alguns militares até se integraram nas fileiras de partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁵. O movimento tenentista, iniciado em 1922, se fortalece entre 1924 e 1930, e surgem, em seu interior, distintas correntes políticas, causando uma divisão natural entre seus principais dirigentes, alguns caminhando na direção das forças mais conservadoras, como foi o caso de Juarez Távora, e outros seguindo na direção da esquerda comunista, como foi o caso do “Cavaleiro da Esperança”, o capitão Luís Carlos Prestes. A Coluna Prestes cumpriu uma missão heroica pelo interior do Brasil, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros e lutando por justiça social.

Figuras como o tenente Apolônio de Carvalho, o sargento Gregório Bezerra, o capitão Carlos Lamarca (entre 1967 e 1971), só para citar os mais conhecidos, também se tornaram um exemplo desse trabalho de organização política da esquerda nas Forças Armadas. Mas todas essas iniciativas de contato das forças populares, progressistas e de esquerda com os militares foram interrompidas após o golpe de 1964. As circunstâncias e as lutas políticas e sociais afastaram militares de civis, e uma intransponível barreira separou duramente a esquerda brasileira das instituições militares.

⁵ Alguns livros importantes sobre a chamada “Esquerda Militar” são: Viana (2007), **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular; Quartim de Moraes (2009), **A Esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular; Parucker (2009), **Praças em Pé de Guerra**. São Paulo: Expressão Popular; Capitani (2005), **A rebelião dos Marinheiros**. São Paulo: Expressão Popular e Leocádia Prestes (2009), **Uma Epopeia Brasileira: a Coluna Prestes**. São Paulo: Expressão Popular.

Não resta dúvida que qualquer transformação radical das relações econômicas, de trabalho e de produção, para ser vitoriosa, ou seja, para se consolidar enquanto uma nova sociedade, necessita da participação ativa, consciente e organizada de setores militares. O século XX demonstrou que para transformar radicalmente a estrutura de uma sociedade ou de um sistema em crise, é necessário o engajamento de setores importantes das Forças Armadas nesse processo de mudanças. Todas as revoluções vitoriosas no século XX têm como uma das características a união cívico-militar, a transformação das forças sociais e políticas em poder material, em força político-militar. A presença ativa de setores das Forças Armadas em lutas de libertação nacional, em lutas anti-imperialistas ou em revoluções anticapitalistas tem sido um elemento decisivo para que tais processos conseguissem construir os meios indispensáveis para sobreviver e avançar na edificação de novas relações sociais.

Por isso consideramos urgente uma tentativa de diálogo e aproximação com setores militares que tenham disposição de debater com civis um projeto de nação, um projeto de sociedade. O momento atual impõe como necessidade, aos povos e nações que desejam preservar sua soberania e autodeterminação, a elaboração de uma Estratégia de Defesa Nacional Anti-imperialista⁶, com forte conteúdo democrático e popular. O melhor caminho é a construção de uma estratégia com a participação de diferentes setores da sociedade, visando à construção de um movimento cívico-militar cujos objetivos centrais e unitários iniciais sejam a luta por um projeto de desenvolvimento com justiça social e soberania nacional,

6 Em relação ao debate sobre uma Estratégia de Defesa Nacional Anti-imperialista e a unidade cívico-militar, sugerimos a leitura de: BUZETTO, Marcelo (2011) - **Guerra de Todo o Povo**: a influência das lutas políticas e sociais na Nova Doutrina de Defesa Nacional Venezuelana. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo: PUC/SP.

uma pauta que poderia estimular um primeiro contato entre militares e civis que manifestam um intenso sentimento de indignação diante da profunda crise econômica, social, política e institucional que vive o Brasil.

Os militares são parte ativa da sociedade e não podem ser excluídos de qualquer discussão sobre os rumos da política nacional ou sobre o papel do Brasil na América Latina e no mundo. Ouvir a opinião dos militares, compreender suas ideias, seus valores, sua dinâmica e o pensamento hegemônico no interior da caserna, são exigências indispensáveis de uma perspectiva que acredita na possibilidade de uma futura unidade cívico-militar subordinada a uma estratégia política de transformações estruturais da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L. F. **Ideologia Nacional e Nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 1995.

ALMEIDA, L. F. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ALTEMANI DE OLIVEIRA, H. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

AMORIM, C. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

AMORIM, C. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

AMORIM, C. **Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva**. São Paulo: Benvirá, 2015.

BUZETTO, M. **Guerra de Todo o Povo: a influência das lutas políticas e sociais na nova doutrina de defesa nacional venezuelana**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

BUZETTO, M. **A Questão Palestina: guerra, política e relações internacionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CUNHA, P. R. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. São Paulo: FAPESP/Revan.

CAPITANI, A. B. **A rebelião dos Marinheiros**. São Paulo: Expressão Popu-

lar, 2005.

DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado** – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, R. **O jogo da direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1995.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS – ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS . **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS – ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1983). **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

GEISEL, E. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1975.

GEISEL, E. **Discursos**. Volume IV. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1977.

PRESTES, A. L. **Uma Epopeia Brasileira: a Coluna Prestes**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIRANDA, Cel. A. D., VIDAL, Cel. G. S. e RAMOS DE ALENCAR, Ten.-Cel. J. **Segurança Interna**. Brasília: ADESG, 1970.

PARUCKER, P. E. C. **Praças em Pé de Guerra**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

QUARTIM DE MORAES, J. **A Esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, N. W. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VIANNA, M. A. G. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VOLCHEK, B. et al. **Brasil-URSS: 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas**. Rio de Janeiro: Revan, 1985.

Parte 3

As forças policiais e o bolsonarismo

Sobre a origem da violência policial

José Burato

Graduado em Filosofia pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP; Mestre em Gestão de Políticas e Organizações Públicas pela Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo – EPPEN/UNIFESP; Doutorando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC – UFABC; ex-sargento da Polícia Militar do Estado de São Paulo; ex-chefe do setor de Inteligência e Estatística da Secretaria de Segurança Urbana de São Bernardo do Campo; autor do livro Ditadura no Gatilho: a institucionalização da violência policial

Resumo

Este ensaio aborda a relação entre a autocracia e a violência de Estado no Brasil, por meio da violência policial – ora reforçada pelo discurso político e social de ideologia supostamente neofacista –, apresentando a sua origem como decorrência do desenvolvimento da sociabilidade capitalista nacional, e as suas características herdadas da ditadura militar instituída em 1964, com o objetivo de contribuir com as discussões e reflexões acerca do tema, que tem ocupado lugar de destaque na inquietante realidade brasileira, especialmente por gerar a desconfiança popular em relação à segurança pública, aumentando a sensação de insegurança da sociedade e por ameaçar o “pretendido” Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Autocracia. Violência Policial. Desenvolvimento Capitalista. Ditadura Militar. Estado Democrático de Direito.

Introdução

Este ensaio versa sobre a histórica truculência de um aparelho repressivo de Estado – militarizado desde a sua criação – praticada especialmente contra a população carente e excluída das comunidades periféricas e contra os movimentos populares e sindical. Fundamentada pelos métodos de Guerra Revolucionária – utilizados na última ditadura brasileira –, essa violência gera alta letalidade, recorre à tortura e ainda caça e combate inimigos internos.

Segundo muitos autores, a violência policial é um entrave ao desenvolvimento da democracia, da cidadania e dos direitos humanos no Brasil, o que impede a concretização de um Estado Democrático de Direito. Assim sendo, essa violência precisa ser estudada em seus aspectos determinantes, em sua relação com o caráter autocrático da burguesia brasileira, objetivando superar as suas causas para possibilitar, assim, a transformação da segurança pública no Brasil.

A militarização das polícias precede à ditadura militar (1964-1985). Em 1831, por exemplo, as forças que surgem no país para substituir as polícias da época eram organizadas militarmente. Já a violência policial, tal como se expressa em nossos dias, reproduz os métodos repressivos da ditadura militar. Entretanto, uma coisa é ser a origem dos métodos violentos, outra é ser a origem da própria violência.

O estudo da militarização das polícias pode revelar elementos para a atual e necessária discussão acerca da des-

militarização da segurança pública, tendo em vista a inadequação deste modelo policial para um “pretendido” Estado Democrático de Direito. Igualmente, o estudo da institucionalização do *modus operandi* herdado do regime militar pode esclarecer as razões pelas quais nenhuma estratégia governamental pós-ditadura foi capaz de eliminar ou minimizar satisfatoriamente a violência policial no Brasil.

No entanto, esta abordagem só terá sentido se não confundirmos a origem da violência policial com a origem de seus métodos. A segunda, como veremos, é herança da ditadura militar; mas a primeira – assim como a própria ditadura – tem origem no desenvolvimento da sociabilidade capitalista hipertardia, dependente e subordinada brasileira, que gerou uma classe dominante autocrática, não democrática.

Para abordarmos esses aspectos, este ensaio está dividido em duas seções. A primeira, *Militarização e ideologia militar*, faz uma síntese da história das polícias brasileiras em seus aspectos militares e como armas da classe dominante até 1964, tendo como exemplo a Polícia Militar do Estado de São Paulo; reflete sobre a transformação do *ser social* em *ser militar*, com base na teoria da ideologia de Louis Althusser¹. A segunda, *A autocracia e a reprodução da violência policial*, aborda a institucionalização dos métodos da Doutrina de Guerra Revolucionária, que é a matriz do *modus operandi* repressivo reproduzido até hoje pelas polícias brasileiras, e discute a violência de Estado como consequência da autocracia, que é o regime prevalente no Brasil.

¹ Filósofo franco-argelino, autor da obra **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** (1 ed. 1970).

1. Militarização e ideologia militar

Criada pela Corte portuguesa no início do século XIX, a primeira força policial no Brasil nasceu militarizada. Estruturada aos moldes do Exército, essa polícia devia manter o sossego público – em grande medida relacionada à repressão e controle sobre a população negra escravizada ou livre. O início histórico das forças policiais brasileiras foi marcado pela tradição patrimonialista portuguesa, que persistirá ao longo do desenvolvimento capitalista brasileiro, pois aqueles que tinham poder econômico podiam comandar uma força policial, desde que garantissem a manutenção do seu efetivo² (BRETAS, 1998, p. 222-223).

Mas o período que interessa a este ensaio inicia-se em 1831, quando há uma grande modificação no sistema policial vigente da época e a Guarda Municipal Permanente – criada a partir da aprovação de um projeto do ministro da Justiça Diogo Antonio Feijó – passa a substituir as antigas forças de segurança brasileiras – as tropas de linha, milícias e ordenanças³.

A polícia paulista⁴, conhecida atualmente como Polícia Militar, foi criada em 15 de dezembro desse ano, com efetivo de cem infantess e trinta cavaleiros⁵. No início do século XX,

2 Forças policiais assim formadas e mantidas defenderiam quais interesses?

3 Para saber mais sobre essas forças militares, sugerimos o artigo intitulado **Aspectos da organização militar brasileira nos primórdios do século XIX**, do Exército Brasileiro, disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/o-que-vai-pela-forca>; e o artigo **A criação das Polícias Militares**, disponível em: abriosa.com.br/a-criacao-das-policias-militares/.

4 A história da força policial do Estado de São Paulo será utilizada como exemplo neste ensaio, pois apesar de cada polícia estadual ter sua própria história de formação, o objetivo da militarização e seus efeitos são praticamente os mesmos em todas elas.

5 Informações disponíveis em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>.

a corporação, que passou a ser denominada Força Pública, constituía uma força armada respeitável, tendo aumentado consideravelmente seu efetivo e armas. Em 1906 foi contratada uma “Missão [militar] Francesa” para o aperfeiçoamento da polícia paulista, o que foi capaz de transformá-la numa força militar eficaz e admirável, num “pequeno exército”, conforme acentua Dallari (1977, p. 34-35; 42-43).

Como arma da classe dominante, podemos verificar a utilização da força policial paulista em muitos episódios, entre os quais destacamos a intervenção na greve geral de 1917. Segundo Dallari (1977, p. 47), a Força Pública permaneceu em pontos estratégicos, armada com metralhadoras, obedecendo ao governo paulista que estava disposto a “utilizar a força armada até as últimas consequências”. No início do século XX surgem os conflitos das relações de trabalho. A classe dominante era intolerante à organização e às reivindicações dos trabalhadores e, desta forma, os coagem, tratando o problema como questão policial. A situação piora a partir da segunda década do século, quando os movimentos operários passam a discutir a própria estrutura social. Nascia a partir daí o proletariado paulista, enfatiza Dallari (1977, p. 41; 48-50).

A Força Pública mantém essas características até 1964, quando o golpe civil-militar instituiu a ditadura militar. Em 1969, o Decreto-lei 667/69 (BRASIL, 1969), de Costa e Silva, torna as forças policiais brasileiras instrumentos de poder do governo ditatorial, servindo aos seus propósitos de controle social, limitação de liberdades, perseguições políticas, assassinatos e torturas, sob o pretexto de combater a ameaça comunista e defender a democracia. Começava nova fase da dominação burguesa autocrática brasileira, que ora domina

por ditaduras, ora pela autocracia institucionalizada⁶.

Contudo, mesmo tendo terminado a ditadura militar e mesmo diante de acontecimentos nacionalmente comemorados, como a abertura democrática e a Constituição Cidadã com seu Estado Democrático de Direito em 1988, esse decreto-lei que reorganizou as polícias militares não foi alterado e o controle civil de instituições importantes como as polícias estaduais não foi possibilitado. Na verdade, a manutenção desse aspecto constitucional foi defendida teozamente pelos militares.

Como vimos até aqui, a militarização da polícia brasileira é histórica. O que cabe agora é avaliar se isso representa um problema e refletir sobre o processo de transformação do *ser social* em *ser militar*. Abordamos no primeiro parágrafo desta seção que a polícia criada por Dom João VI no Brasil era estruturada aos moldes do Exército e isto volta a ter importância quando falamos da ideologia militar, porque o exército português tinha profunda influência prussiana.

A escola militar prussiana foi idealizada no século XVIII por Frederico II, que investiu no preparo do seu exército com fins imperialistas. A partir daí a ideologia começou a ser trabalhada de forma mais contundente nas forças militares, pois Frederico II, conforme esclarecimento de Cardoso (2013, p. 4), cria e introduz “conceitos como ‘honra militar’, ‘espírito de corpo’, ‘valor profissional’ e ‘fidelidade ao soberano’” [poder político e econômico], levantando o moral das tropas e implantando um sistema de recompensas e de dura disciplina que previa, inclusive, punições com “severos castigos corporais”. O soldado foi reduzido “a um elemento puramente mecânico, passivo, autômato, sem vontade nem

⁶ Ver **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio (1978), de José Chasin.

personalidade”, explica Selvagem (1931, p. 473-474 apud Cardoso, 2013, p. 5).

A disciplina era, acreditamos, não apenas “condição [...] para a eficácia da instituição militar” em seus propósitos conquistadores, como defende Cardoso (2013, p. 4), mas, antes, instrumento para a manutenção permanente da ordem militar, base para a construção de uma forte ideologia militar, capaz de garantir e transcender essa eficácia pretendida, mantendo a *alma militar* preenchida com esta ideologia.

Sobre a ideologia, lembremos Álvaro Vieira Pinto (1960, p. 28-29) ensinando que a realidade se divide em “duas classes de fatores, os materiais e os ideais”, sendo que “as ideias que a comunidade entretém a respeito de si mesma”, a “autoconsciência da nação”, são, então, fatores ideológicos.

No caso do militarismo, seu complexo ideológico é o responsável pela transformação do *ser social* em *ser militar*, razão pela qual, com base na teoria da ideologia de Louis Althusser (1980), dissertaremos sobre os elementos que acreditamos determinantes dessa maneira de *ser* e de *ver* o mundo, diferenciando os militares da sociedade civil e tornando-os, segundo nosso ponto de vista, incompatíveis com o exercício policial em um “pretendido” Estado Democrático de Direito.

Primeiramente, é importante frisar que, segundo Althusser (1980, p. 65), é a partir do grau que alcançaram na experiência escolar que os homens e as mulheres são distribuídos no mundo do trabalho. Falando sobre os policiais militares, podemos dizer que estes estão, comumente, entre aqueles que não alcançaram os altos postos da hierarquia social, decorrente dessa divisão social do trabalho.

A ideologia em Althusser (1980, p. 77) é “uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com as suas

condições de existência”. Sendo assim, para os policiais, a ideologia é a representação que eles têm de uma relação imaginária com as suas atividades no aparelho repressivo de Estado, ou seja, com suas condições de existência, que giram em torno do “*ser policial militar*”, do “*fazer polícia militar*”, do existir continuamente e acima de tudo como policial militar – tanto em serviço quanto de folga.

Então, podemos imaginar uma pessoa ingressando na Polícia Militar por conta da divisão social do trabalho, levando consigo a *ideologia dominante*, que é comum à sociedade e que absorveu desde o seu nascimento da família, da escola, da religião e da mídia, entre outros. Após ingressar, receberá uma nova *carga ideológica*, pois deverá se tornar obediente, condicionada, e se sentir à parte da sociedade, acreditando, segundo Althusser (1980, p. 112), que é correto ser assim, pois não poderia ser de outra forma – deixará de ser *paisano* (civil) e será militar.

A materialização das ideias será determinante nesse processo de transformação, pois conforme a descrição da teoria althusseriana (1980, p. 88-89), os “rituais materiais” concretizam a ideologia. Temos rituais materiais eficazes na vida militar, como os sinais de respeito às autoridades, símbolos nacionais e hierarquia, a padronização dos deslocamentos de tropa e a ordem unida, por exemplo, além de todo o complexo disciplinar que deve ser refletido à parte.

Além disso, reforçam a ideologia (ALTHUSSER, 1980, p. 89) o “discurso verbal externo” e o “discurso verbal interno (a consciência)”. Entendemos que o discurso, além de canal de reprodução ideológica, é o fixador e o alimentador da ideologia, ou seja, o elemento que impede sua dissipação e robustece-lhe continuamente.

Podemos dizer que no caso dos policiais militares, no que diz respeito à reprodução ideológica da violência, o discurso verbal externo relaciona-se às conversas com – principalmente, mas não exclusivamente – outros policiais, sobre ou em torno da *bravura* ou dos comportamentos considerados *heroicos*, relevantes diante do seu grupo social, como prisões e mortes de [supostos] criminosos – os inimigos da sociedade – em tiroteios ou execuções sumárias, como a ideia de que “bandido bom é bandido morto” e a crença de que apenas os “humanos direitos fazem jus aos direitos humanos”⁷.

Já o discurso verbal interno é a conversa consigo mesmo, momento em que os policiais se lembram das ocorrências e das situações extremas de que participaram, muitas delas violentas, vangloriando-se ou lamentando, ratificando ou retificando o próprio comportamento; ou, quando não, imaginam situações hipotéticas de *bravura* e *heroísmo*, conforme o aludido no parágrafo anterior, que geram reconhecimento do grupo social que fazem parte.

Sobre a estrutura militar, podemos resumidamente dizer que a rigidez da *hierarquia e disciplina* protege a ideologia militar e por ela é alimentada⁸; o *dever*, valor fortemente cultivado nas fileiras militares, sustenta moralmente esta hierarquia e disciplina, atrelando-a, inclusive, à *ordem jurídica vigente*⁹. Essa estrutura é concretizada porque seus elementos são materializados na prática ideológica militar

7 Isso é um sério problema, pois reflete a ideia de que o agente policial decide ou pode decidir sobre o conceito e o merecimento de direitos fundamentais, ou mesmo selecionar quem é humano ou não, baseado em sua concepção de mundo e de humanidade.

8 Funciona como uma simbiose.

9 Mas muitas vezes é limitada à obediência de ordens superiores, não à lei, violentando a ordem jurídica vigente – como nos golpes de Estado. Neste caso a lei maior é o regulamento interno.

e permanentes na relação imaginária dos policiais militares com suas relações de existência concreta.

2. A autocracia e a reprodução da violência policial

Foi a partir da ditadura militar que as polícias estaduais institucionalizaram uma *violência característica*, notoriamente a tortura praticada de forma rotineira, como uma brutalidade endêmica, conforme descreve o *Relatório sobre Tortura no Brasil – 2001* (ONU, 2001) e as execuções sumárias, divulgadas constantemente nos meios de comunicação¹⁰.

Mesmo as abordagens policiais consideradas necessárias ao *combate* e prevenção ao crime são uma prática que foi intensificada à época da ditadura militar, pois representam um importante recurso da “guerra revolucionária” para localizar e identificar os inimigos internos (BURATO, 2017, p. 122-123). Em 2013, por exemplo, a polícia paulista abordou aproximadamente 15 milhões de pessoas, ou seja, 33% da população do Estado, enquanto no Estado de Nova Iorque a polícia abordou, no mesmo ano, o equivalente a 2,3% da população (MENA, 2015, p. 25), o que representa aproximadamente 500 mil pessoas.

Não podemos afirmar que é o caráter militar que determina essa aludida violência policial, visto que a Polícia Civil também participou da repressão ditatorial e também reproduz até hoje o *modus operandi* daquela época, além das

10 Uma das ocorrências rotineiras envolvendo as polícias militares brasileiras é a **intitulada morte decorrente de intervenção policial**. Essa ocorrência justifica o uso extremo da força e a morte do(s) suposto(s) **delinquente(s)**, tipificando-a no Artigo 23 do Código Penal [excludente de ilicitude]. Porém, vários órgãos nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos questionam a veracidade dessas ocorrências, insinuando, e muitas vezes provando, que muitas delas foram execuções sumárias.

jovens Guardas Civis Municipais, que aos poucos absorvem as crenças e hábitos da PM. Mas podemos considerar que há algo em comum entre essas forças de segurança pública: a institucionalização de uma violência característica da repressão da ditadura militar iniciada no Brasil em 1964.

A guerra revolucionária, que tanto citamos neste texto, foi uma ação repressiva da ditadura contra os supostos inimigos internos – os adversários do regime militar –, baseada em métodos desenvolvidos pelos franceses nas guerras coloniais da Indochina e da Argélia em meados do século XX. Esse método, originalmente anticomunista, foi ensinado na Escola das Américas para militares latino-americanos e amplamente utilizada nas ditaduras que se espalharam pela América Latina por conta da Guerra Fria (ROBIN, 2004).

A Escola das Américas foi um empreendimento militar estadunidense, onde eram ensinadas técnicas de tortura e de interrogatório, assassinatos e extorsões, esclarece Robin (2004, p. 267-268). O Brasil enviou 352 militares para este núcleo de instrução militar no período de 1954 a 1996, entre eles inúmeros **oficiais das polícias militares**, acentua Palmar (2012).

Ao serem inseridas no aparato repressivo da ditadura militar, as polícias brasileiras *institucionalizaram* os métodos da guerra revolucionária. Berger e Luckmann (1985, p. 77-78) ensinam que “toda atividade humana está sujeita ao hábito”, ou seja, as ações repetidas constantemente padronizam-se. Dessa forma, acentuam que, ao se tornar um hábito, a ação transformada em signo irá compor “seu acervo geral de conhecimentos”, o que determinará que o indivíduo (ou coletividade) não considere mais outras maneiras de se resolver certas questões ou tratar determina-

das situações senão pela maneira habitual¹¹.

Posto isso, Berger e Luckmann (1985, p. 78-79; 95) elucidam que as ações institucionalizadas são sempre “*acessíveis* a todos os membros do grupo social particular em questão”, inclusive se propaga aos novos membros, em todos os tempos. Dessa forma, podemos considerar que a institucionalização é um processo que faz com que os hábitos constituídos em uma época, como os métodos da Doutrina de Guerra Revolucionária, sejam transmitidos para as novas gerações – que da ditadura só conhecem a história e às vezes nem isto –, que os assimilam e reproduzem como se tivessem participado do regime militar¹².

A ditadura militar não é a origem da violência policial. O que se herdou da ditadura foi o método, o *modus operandi*, a especialização naquela típica repressão. Mas a origem da ditadura é também a origem da violência policial. Busquemos saber sobre a origem de todas as misérias brasileiras, sobre o poder oculto que manipula a vida nacional em todos os sentidos, promovendo golpes, ditaduras, pobreza, ignorância e violências de todos os tipos.

As discussões sobre a violência policial normalmente abordam a democracia, a cidadania, o Estado Democrático de Direito, voltam-se para a política nacional, como se a política sistêmica pudesse ou quisesse alterar alguma coisa. Ditaduras foram instauradas em nome da democracia e justificadas pela luta anticomunista. Golpes institucionais foram realiza-

11 Leia mais sobre o assunto em **Ditadura no gatilho**: a institucionalização da violência policial, de J. A. Burato, capítulo IV.

12 O fenômeno da institucionalização não ocorre apenas entre os membros de uma mesma instituição, mas também entre instituições que têm características e objetivos semelhantes. Tal é o caso das Guardas Cívicas Municipais que, por conviver profissionalmente com as policiais estaduais, acabam institucionalizando as crenças, hábitos e práticas destas.

dos em nome de Deus, da família e da democracia.

Citamos as advertências de Dahl (1992, p. 293), para quem a sociedade deve ser capaz de controlar as polícias e os militares para que possa haver um regime democrático. Nesse sentido, podemos considerar que o caso brasileiro – se tivéssemos uma democracia liberal – seria duplamente preocupante, visto que um dos mais eficazes órgãos repressivos do Estado, a Polícia Militar, é ao mesmo tempo uma força militar e uma polícia.

No Brasil, essa “suposta” democracia é defendida por muitos e ameaçada por tantos. Em janeiro de 2021, diante de pressões políticas, o presidente Jair Bolsonaro reproduziu uma crença que seu “mentor político-filosófico” Olavo de Carvalho¹³ já havia proferido tempos atrás. Ele disse que “quem decide se o povo vai viver em uma democracia ou ditadura são as Forças Armadas”¹⁴.

Tal ameaça insinua que as Forças Armadas estão acima de qualquer poder no país, como se elas e a democracia liberal não fossem instrumentos de dominação dos proprietários dos meios de produção. Logicamente, a dominação de classe é realizada pela classe dominante, não por seus aparelhos de dominação. Forças Armadas, Estado, polícia, política etc., não são os dominadores, são os instrumentos de dominação, logo, não decidem se haverá ou não uma democracia.

Vamos nos voltar agora, ainda que muito superficial-

13 Olavo de Carvalho exerce forte influência ideológica no movimento conservador brasileiro, principalmente por meio de palestras e cursos. Sugerimos a leitura do artigo de Francisco Razzo, intitulado **Democracia em ruínas**, publicado na **Gazeta do Povo**, em 03 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/francisco-razzo/democracia-em-ruinas/>.

14 Matéria da **Folha de S. Paulo**, publicada em 18 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/quem-decide-se-um-povo-vai-viver-democracia-ou-ditadura-sao-as-forcas-armadas-diz-bolsonaro.shtml>.

mente, à origem da ditadura militar e da violência policial: o caráter autocrático da burguesia brasileira. Tanto em José Chasin (1978) quanto em Florestan Fernandes (1976), a burguesia brasileira tem caráter autocrático, não democrático. Para Chasin (1978), o caso do capitalismo brasileiro é singular, pois se desenvolveu por “via colonial” e é hipertardio em relação aos centros de capitalismo clássico. Em outras palavras, o latifúndio de origem colonial foi decisivo nesse desenvolvimento e as forças produtivas não se expandiram como nos casos clássicos, mas de forma lenta e atrasada. Portanto, especialmente por conta de uma industrialização que se iniciou tardiamente, o Brasil não é capaz de superar sua subordinação econômica às forças internacionais.

Em Fernandes (1976), encontramos traços marcantes da nascente classe dominante nacional já no advento da Independência do Brasil, ou seja, a inclinação aos acordos e às conciliações entre o “novo e o velho” nos assuntos internos relevantes, principalmente no campo político. Segundo este autor, o capitalismo dependente brasileiro é o resultado de uma industrialização tardia, realizada por uma burguesia que não atingiu a autonomia no quadro mundial, permanecendo dependente e dominada pelo imperialismo internacional.

Essas duas teorias clareiam a realidade brasileira porque se o capitalismo clássico opera a exploração da força de trabalho para satisfazer aos interesses da burguesia dominante, o capitalismo dependente e subordinado deve operar a superexploração da força de trabalho para satisfazer os interesses da burguesia nacional e os interesses da burguesia dominante internacional. Isso não ocorre sem graves consequências à classe dominada, especialmente à população excluída e marginalizada das periferias e favelas.

O desenvolvimento da sociabilidade capitalista brasi-

leira, com as características apontadas por Chasin e Fernandes, gerou uma burguesia autocrática, que desconhece a democracia como forma de dominação, exercendo seu domínio ora por ditaduras, ora pela autocracia institucionalizada. Dessa forma, não há que se falar de uma democracia dependente das Forças Armadas, pois mesmo que a democracia existisse no Brasil, as Forças Armadas não decidiriam sobre a sua concessão porque são instrumentos históricos de dominação da autocracia brasileira.

Eis a origem da violência policial e da ditadura militar, visto que a classe dominante nacional necessita de aparatos violentos ao impor a superexploração ao proletariado, pois este processo gera miséria, atraso, ignorância e populações que nada têm a perder e, dessa forma, devem ser intimidadas, controladas, disciplinadas ou contidas.

3. Considerações finais

As polícias já eram militarizadas e truculentas antes do golpe de Estado de 1964, e sempre estiveram a serviço do poder político e dos interesses da classe dominante. Do regime militar, as polícias brasileiras herdaram seus métodos repressivos baseados na Doutrina de Guerra Revolucionária desenvolvida pelos franceses nas guerras coloniais da Indochina e da Argélia.

É justamente no momento em que Costa e Silva reorganiza as polícias militares no Brasil que estas são efetivamente introduzidas no aparato repressivo da ditadura, e institucionalizam o *modus operandi* que as acompanham até hoje, fazendo especialmente da tortura e das execuções sumárias hábitos que persistem e que resistem a toda tentativa de humanização do sistema de segurança pública nacional. A institucionalização da violência é para os defenso-

res da democracia um problema mais difícil de resolver que a militarização da polícia.

O problema do caráter militar da polícia mais se relaciona com a sua inadequação ao sistema de segurança pública em um “pretendido” Estado Democrático de Direito, visto que militares são homens e mulheres de combate, de batalhas, de guerra. Militares existem para esse fim e com vistas a isso, são preparados e estruturados. Há uma ideologia muito própria a eles, que os torna o que são, que dá sentido às suas existências e um modo de ver o mundo e a sociedade muito particular, condicionando-os ao combate.

Dessa forma, uma organização cuja estrutura não permite a ampla cidadania a seus integrantes, que não é possível ser verdadeiramente democratizada, que é inflexível e muito coercitiva em seus regulamentos internos e cuja ideologia volta-se à preparação do seu efetivo para a rudeza das campanhas belicosas, não é capaz de formar defensores (as) da cidadania, da democracia e dos direitos humanos em um país como o Brasil. Assim sendo, essa organização está plenamente de acordo com a lógica da classe dominante brasileira que, como vimos, não conhece a democracia como forma de dominação, apenas a autocracia.

Mas como verificamos neste ensaio, a raiz do problema da violência policial está no capitalismo dependente e subordinado brasileiro, que não se completa e cujo desenvolvimento gerou uma burguesia dependente e subordinada ao capitalismo internacional, que deve superexplorar a classe trabalhadora para poder satisfazer seus interesses e os interesses da burguesia internacional.

Assim, a burguesia nacional precisa de forças policiais violentas, truculentas, militarizadas para conter, dis-

ciplinar, controlar e intimidar o proletariado superexplorado, as populações periféricas excluídas do projeto de nação, o povo negro historicamente massacrado no Brasil. Afinal, a violência de Estado é proporcional à violência econômica.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. 248 p. (Coleção Antropologia: 5).

BRASIL. **Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969**, Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, jul. de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm. Acesso em: 12 de jun. de 2015.

BRETAS, M. L. A Polícia carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998, p. 219-234. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2075/1214>. Acesso em: 08 de set. de 2012.

BURATO, J. A. **Ditadura no Gatilho**: a institucionalização da violência policial. São Paulo: Scortecci, 2017. 170 p. Disponível em: <http://nebula.wsimg.com/9066c0e623bf8e40f67b7152ec452eef?AccessKeyId=6A9C4B15C59EA8F79802&disposition=0&alloworigin=1&fbclid=IwAR21--zGxp1hrAkhiqMTOxkVp-7jLucBMP4ocot7GNpWNo5ZbUvx2G2cAKdw>.

CARDOSO, M. **Wilhelm Von Schaumburg-Lippe**: um notável pedagogo militar. VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil. SBHE. UFMT. Cuiabá, 20-23 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/artigo1RBHM14.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2015.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

DAHL, R. A. **La Democracia y sus Criticos**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1992. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7SolkXUABMvR0N6Y21tUX-JRWk9mTUVSsa09WRHRDUQ/view?pli=1>. Acesso em: 10 de jul. de 2015.

DALLARI, D. A. **O pequeno exército paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MENA, F. **Um modelo violento e ineficaz de polícia**. In: KUCINSKI, Bernardo et al. *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. **Relatório sobre a Tortura no Brasil**. 2001. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/relatorio-sobre-a-tortura-no-brasil-2001.html>. Acesso em: 09 de jul. de 2015.

PALMAR, A. **Relação de militares brasileiros que frequentaram a Escola das Américas** (período de 1954 – 1996). Documentos Revelados. Foz do Iguaçu, 28 de jan. 2012. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/escola-das-americas-estudantes-e-instrutores-do-brasil-periodo-de-1954-1996/>. Acesso em: 13 de jun. de 2015.

ROBIN, M. M. **Escadrons de la mort, l'école française**. Paris: La Découverte/Poche, 2004. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/212380683/Escadrons-de-la-mort-pdf#scribd>. Acesso em: 07 de jun. de 2015.

SELVAGEM, C. **Portugal militar: compêndio de história militar e naval de Portugal - desde as origens do estado portugalense até o fim da dinastia de Bragança**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

VIEIRA PINTO, A. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, 1960. (Textos Brasileiros de Filosofia – 1).

Desnudar o militarismo para desmilitarizar ou uma carta para soldados

Pedro Paulo Chaves Mattos (Pedro Che)

Historiador, policial civil no Rio Grande do Norte, membro do movimento Policiais Antifascismo

Este é o primeiro artigo de uma série de cinco, chamados *O novo soldado, então cidadão*, que tratam do tema da desmilitarização das polícias e corpos de bombeiros militares no Brasil, no intuito de trazer à tona – sob perspectivas diversas – as questões relacionadas a essa demanda política e institucional cotidianamente silenciada. Iremos trabalhar com três grupos de interesses. O primeiro são os “mecenass do militarismo” – representando aqueles que têm interesse direto em sua manutenção, estando presentes em órgãos políticos: governos federais, estaduais e municipais, secretarias, comandos, entidades de classe, oficiais gestores, além daqueles que, a partir de relações de mútuo interesse, advogam na defesa do militarismo por motivações privadas,

culturais ou mesmo ideológicas.

As praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) estão num segundo grupo, pois apesar de militares, pouco proveito têm para pertencer ao primeiro grupo, assim como não representam a maioria entre os de sua classe¹. E particularmente sofrem os dissabores por estarem na condição de fios condutores desta cultura, acolhendo-a muitas vezes a contragosto e de forma abusiva pelos seus superiores e, conseqüentemente, transportando-a para as ruas, contidamente ou não. A pontuar que este expediente – a doutrina militar – não traz consigo indícios de que transfira algum benefício para a atividade, pois são os saberes/técnicas policiais, como o grau de ligação do operador com a sua profissão (policial), que dirão acerca da sua condição de bom profissional, enquanto sua condição de militar muito pouco ou nada acrescentará para isto.

O terceiro grupo é o da coletividade, compreendida em diversas dimensões, podendo ser entendida enquanto efetividade estatal, retorno social, o grosso da população, ou populações vulneráveis que, dentro do quadro, detêm a pior convivência com a cultura militar, não só vigente em todas as polícias brasileiras, mas também apreciada por interessante contingente em todas as classes sociais.

Iniciamos aqui o conteúdo do presente artigo. Com ele, esperamos acender diversas discussões. Como primeira parte, vamos expor as principais mentiras e argumentos falaciosos utilizados para encobrir o debate da desmilitarização

¹ Em 2014, por meio de pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e o Ministério da Justiça), apurou-se que 73,7% dos policiais (civis e militares) eram favoráveis à desmilitarização. Entre apenas os militares, o índice sobe para 76,1%. Cf. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/excessos-cometidos-por-pms-impulsionam-debate-sobre-desmilitarizacao-da-policia-1256/>.

– pois “a luz do sol é o melhor detergente” (Louis Brandeis, 1856-1941).

Embora a Constituição tenha 32 anos, ela possui questões que são mal compreendidas. A desmilitarização das polícias e bombeiros militares está entre esses assuntos e é provável que em um patamar particularmente especial. Esse pódio do desprestígio muito se deve ao patrocínio da desinformação, às vezes recorrendo até ao esdrúxulo, por parte dos mecenas do militarismo, na maioria oficiais de forças militares que desenvolvem um trabalho catequético nas bases policiais e na sociedade, com vistas a reforçar a ignorância nas ruas, nas redes sociais e em superficiais discussões políticas que participem. Essa dura percepção acerca do *lobby* militarista apenas encontra um hiato quando nos deparamos com sua defesa na forma espontânea, situação em que a mentira deixa de ser artífice e se torna parasita de seu emissor, cujos frutos redundam na mais pura e simplória das ignorâncias, como é possível perceber na fala do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), que postou um vídeo no *Youtube* e em redes sociais criticando a proposta de desmilitarização².

Gostaria de propor ao leitor que evite subestimar algumas dessas trapaças, pois mesmo as mais ignóbeis encontram amparo e têm substancial força social.

Começemos a exposição com a abordagem do argumento que infere um “**desarmamento policial**” como resultante de uma desmilitarização. Este é provavelmente o argumento mais utilizado. Certamente também figura entre os mais tacanhos, mas longe de ser algo que privilegie a aleatoriedade – sendo derivado de um cálculo político bas-

2 O senador Styvenson criticou a desmilitarização defendida na II Conferência Estadual de Segurança do Rio Grande do Norte, realizada em 18 de set. de 2020. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=2qjKWUVc1Gs>.

tante racional, conforme irei demonstrar a seguir.

A ideia de uma polícia brasileira desarmada não precisou ser uma invenção de entidades representativas militares, pois os próprios progressistas oferecem tal recurso a partir de exames muitas vezes distorcidos, em que não há uma mediação entre o estágio atual e o que se pretende enquanto política pública, ignorando-se a necessidade de um etapismo³. Ao criticarmos a polícia brasileira e sua letalidade notória⁴, nos reportamos à polícia inglesa como trunfo recorrente, que dentre as qualidades de seu modelo apresenta um número baixo – aproximadamente 5%⁵ – de seu efetivo policial portando armas de fogo. Dados como esse são postos debaixo do braço e reaproveitados em outros debates, surgindo vez por outra na defesa do Estatuto do Desarmamento ou do porte de arma de fogo pelas Guardas Municipais (e aqui especificamente isto cria um problema). Ao adotarmos essa discussão como central dentro do âmbito das guardas, surgem erros que cobram preços nada módicos. O primeiro prejuízo dá-se com a perda da oportunidade de tratar o que realmente é central dentro das guardas, que é a execução do seu Estatuto⁶ e o respeito à sua função mais valiosa – e até mesmo singular dentro

3 “Evolucionismo/etapismo: em seu significado marxista (distinto do de Charles Darwin), faz referência a uma concepção de sociedade que postula a férrea sucessão evolutiva de rígidas etapas, sem saltar nenhuma delas. Também se conhece como etapismo”. Cf. <https://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf>.

4 País teve ao menos 5.804 mortes cometidas por policiais na ativa em 2019, contra 5.716 em 2018. Cf. <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/04/16/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-em-2019-assassinatos-de-policiais-caem-pela-metade.ghtml>.

5 Esses eram os números em 2017, passíveis de terem sofrido um aumento em virtude da política antiterrorismo. Cf. <https://www.dn.pt/mundo/so-5-dos-policias-usam-arma-atentado-em-londres-reabre-debate-5748227.htm>.

6 Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014), proposta da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR).

do sistema de segurança pública –, a prevenção do crime⁷, elemento central, inclusive, em qualquer debate que vise à reforma de nosso modelo e da cultura policial.

O desarmamento, no que tange às forças policiais, está ligado aos meios e não deve ser entendida como o fim de uma política de segurança, sendo um elemento possível de ser adotado dentro de programas de segurança pública que operem por uma lógica diversa da estabelecida no Brasil hoje e sempre. Mas isso dentro de um contexto que tenha nexos com a realidade e o conjunto das outras políticas públicas. Seu emprego forçoso tem potencial apenas para trazer prejuízos.

Como se pode empreender desarmamento policial num país em que há territórios ocupados “paramilitar e politicamente” por facções criminosas? Em que vigora uma segurança pública militarizada? Por mais que se deva construir resistências aos engodos da má intencionada filosofia de guerra alastrada por quase a totalidades das políticas de segurança, não é produtivo na disputa um afastamento da realidade fática, cruel, sob a pena de perda de relevância social e ainda ser alvo de completo descrédito por parte dos operadores da segurança pública – um problema de difícil sobreposição quando se quer mudar paradigmas. Aqueles que frequentemente usam dos conceitos da sistematicidade⁸,

7 Lei Federal 13.022/2014, Art. 5º: “São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: (...) XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros municípios ou das esferas estadual e federal”.

8 O pensamento sistêmico é uma forma de abordagem da realidade que surgiu no século XX, em contraposição ao pensamento “reducionista-mecanicista” herdado dos filósofos da Revolução Científica do século XVII, como Descartes, Francis Bacon e Newton.

do holismo⁹, devem entender o mais rápido possível que essa não é uma disputa cartesiana¹⁰, que a disputa de valores se dá através de linhas bem conhecidas como as do pragmatismo político e da eficiência das políticas públicas e não a partir da benevolência¹¹ ou da boa vontade¹². O dispor do aprendizado da população – tanto quanto ao dito pragmatismo, como da realidade cotidiana – normalmente não leva a qualquer bom resultado, sina que dia a dia se mostra como verdade histórica na segurança pública, um campo de areia movediça que enterra bons projetos, boas intenções e aqueles que lutam para mudá-la.

Retornando ao baú dos falsos argumentos, revelo outro fantoche, talvez o mais simplório, que é o “**fim da polícia**

9 O Holismo é um conceito filosófico associado à totalidade. O termo vem do grego (holos) e significa “todo, inteiro, conjunto”, de forma que se apoia na teoria da compreensão integral. Ou seja, o todo está em cada parte e cada parte se encontra no todo.

10 Trata-se do Método Cartesiano, que consiste num ceticismo metodológico, ou seja, o ato de duvidar de tudo aquilo que pode ser colocado em dúvida, mas tendo como objetivo encontrar a verdade, não se tratando, portanto, de uma dúvida radical e sem finalidade, mas sim de uma etapa para busca de um conhecimento absoluto.

11 Tzu-kung perguntou: “Existe uma palavra que possa ser um guia de conduta durante toda a vida de alguém?”. O Mestre disse: “Talvez a palavra shu. Não imponha aos outros aquilo que você deseja para si próprio”. CONFÚCIO. **Analectos**. Tradução do inglês de Carolina Chang. Porto Alegre, RS: L&PM, 2006, p. 18.

12 Tratando-se de uma filosofia moral pura (a busca pelos princípios da ação detentora de valor moral), a principal tarefa do filósofo, senão a única, é “a busca e a fixação do princípio supremo da moralidade” (KANT, 1980, p. 106). Podemos dizer que a busca pelo princípio supremo da moralidade se dá inicialmente na fundamentação da metafísica dos costumes, mediante a análise dos juízos morais comuns, segundo a qual Kant chega aos conceitos de boa vontade, dever, imperativo categórico. ANDRADE, R. C. L. O valor absoluto da boa vontade na fundamentação kantiana da moral. **Revista Educação Pública** (Rio de Janeiro), s/v, p. 1-11, 2013. Cf. [https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/16/o-valor-absoluto-da-boa-vontade-na-fundamentacao-kantiana-da-moral#:~:text=106\),.vontade%2C%20dever%2C%20imperativo%20categ%C3%B3rico](https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/16/o-valor-absoluto-da-boa-vontade-na-fundamentacao-kantiana-da-moral#:~:text=106),.vontade%2C%20dever%2C%20imperativo%20categ%C3%B3rico).

ostensiva (fardada)”. Os que fazem uso dessa advertência têm como característica o desvalor a sua própria reputação ou uma desconsideração quase completa do uso da palavra, tamanha a avidez com que se põe a prancha, pois temos no Brasil diversas polícias não militarizadas que trabalham fardadas, que realizam atividades ostensivas, como a Polícia Rodoviária Federal, a já citada Guarda Municipal e a recém-instituída Polícia Penal.

Normalmente utilizada em ambientes em que os mecenas do militarismo falam na condição de palestrantes e não há possibilidade de contraponto da plateia, eles advogam que as “**instituições militares seriam menos corruptas**”, conseqüentemente, as polícias não militares estariam mais próximas da marginalidade. Sobre essa ilação, desconheço fática e teoricamente qualquer fundamento que lhe dê base, sendo algo bradado principalmente por aqueles que possuem uma posição confortável dentro da instituição, que, na mais honesta das hipóteses, escolhem uma realidade esotérica para chamar de sua, em que podem escolher o que querem ver – e o que não querem. E por se basear numa ignorância premeditada, esses mecenas têm um relativo poder de convencimento, angariando até alguns poucos simpatizantes em outras corporações. Para responder a isso, de forma simples e concisa, instrumentos como hierarquia rígida – e disfuncional –, ausência de democracia e falta de transparência favorecem a corrupção que existe em qualquer sistema, como bem sabem os ditadores. Não penso que isso seja diferente nas instituições militares.

Ainda percorrendo o campo dos argumentos comparativos com outras forças, alega-se que, em virtude de fatos como o volume de prisões e a prestatividade elogiável das praças militares (soldados, cabos e sargentos), a “**Polícia Militar**

seria mais eficiente do que a Polícia Civil” e que tal se deveria ao militarismo. Gostaria de pedir permissão para fazer uma pequena digressão (sei que essa requisição é um eufemismo, mas, caro leitor, encare como uma delicadeza). Certa vez um colega policial federal me procurou, estupefato: tinha acabado de assistir a uma audiência pública com a presença de um oficial “coberto de medalhas” e honrarias e isso refletiu nele de forma muita dura. Como que dentro do sistema de segurança pública brasileiro – que registra os piores números do mundo – alguém pode se pôr num *status* quase principesco, como se não participasse da mesma realidade que tantos outros policiais são obrigados a conviver? Por fim, o colega policial disse que figuras como aquela padeciam do “complexo de Muttley”¹³.

Parte daqui o raciocínio para esta questão: a falência da segurança não é culpa de policial algum, seja ele soldado, agente, oficial, delegado, perito, entre outros que compõem as forças. Esse fracasso tem uma relação inseparável com o nosso modelo de polícia, que não tem par – ao que se saiba – em país nenhum do mundo. Mas tal conclusão não leva a uma situação inversa quanto aos operadores, pois não temos espaço dentro do sistema para glorificações ou endeusamentos institucionais. O que pode existir de mais aproximado a isto, e deveria ser incentivado até como forma de promover

13 “Muttley é um personagem ficcional de desenho animado da Cartoon Network Studios. [...] Muttley usava apenas uma coleira na *Corrida Maluca*, mas em *Máquinas Voadoras*, ele vestia um uniforme de avião estilo I Guerra Mundial, e serviu como um ás da aviação na “Esquadrilha Abutre”, ao lado de Dick e de outros dois pilotos. Nesta série derivada, ele também ostentava muitas medalhas, das quais era particularmente afeiçoado, e constantemente exigia novas de Dick por seguir suas ordens (com outra frase típica do personagem: “Medalha! Medalha! Medalha!”). Paralelamente, Dick frequentemente arrancava medalhas do peito de Muttley como punição por sua incompetência. Quando recebia uma nova medalha, Muttley abraçava-se feliz da vida, dava um salto no ar e descia leve como uma pena”. Texto retirado do site: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Muttley>.

boas condutas dentro da polícia, é o reconhecimento pessoal por ato de heroísmo ou em virtude de algum trabalho destacado, o que é muito diferente da ousadia – dentro do quadro da segurança – de se ventilar a existência de um baronato, pois todos os operadores e todas as instituições trafegam pelo mesmo deserto áspero e desesperançoso, estando todos irmanados quanto às dores e aos dissabores da profissão. Mas se isso não for suficiente para pôr os pés no chão, há um fato do qual não há esquiva que livre do golpe: o quadro da Polícia Militar responde por mais de 50% do efetivo policial brasileiro¹⁴ e, se temos alguns dos piores números mundiais, é assim impossível compreender que também ela não seja parte dessa realidade, não passa de uma miragem supor diferente.

Há entre estas proposições uma especial, que é das mais ardilosas, mas tem a resistência de um cubo de gelo sob o sol “a pino”: **as forças militares seriam instituições menos ideologizadas**; menos passíveis a influências políticas, portanto. O que fazem ocupando quase metade dos cargos políticos dentro do governo mais ideologizado dos últimos 30 anos? A esse ardil daria, nesse momento, o nome “disfarce” e não “mentira” ou “farsa”, como fiz outras vezes, pois a essas ainda compete alguma viabilidade dentro de uma perspectiva extravasada de boa vontade. O disfarce se perfaria a partir de uma miopia deliberada que segue cadeias lógicas forçosas e rudes; e como isso se dá?

Imaginemos o conceito ideologia equivalendo a posicionamento político. A partir disso, se formos afunilando o ca-

14 Estimativas quanto ao efetivo policial no Brasil dispõem que as polícias militares têm mais de 450.000 quadros no Brasil, enquanto a segunda polícia mais numerosa, a Guarda Municipal, disporia entre 150.000 e 200.000, a Polícia Civil e Polícia Penal tendo aproximadamente 110.000 policiais. Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal teriam em seus números pouco mais de 10.000 homens cada uma.

bresto do raciocínio e aceitarmos a tese de que no Brasil há uma direita e uma esquerda, dessa forma – neste antagonismo simples e colegial – seria possível conceber esta falácia e ainda assim necessitaríamos abusar da hipocrisia, pois a série de esforços não se esgotariam aqui. Um deles, ignorar que a esquerda sofreu um verdadeiro expurgo dos quadros das Forças Armadas (vide Marechal Lott, que não teve honras militares em seu funeral, embora com uma carreira militar exemplar), enquanto não houve qualquer movimento nesse sentido para grupos de direita, que continuam circulando livremente, pregando “intervenção militar” pelo *Whatsapp* ou no Palácio do Planalto. Mas realmente é possível, de maneira forçosa, falar numa espécie de livramento ideológico, todavia não pelos motivos que se aduz comumente – como uma instituição técnica a serviço do povo –, e sim em virtude de sua brutal luta corporativista, que a faz praticar uma política de sutilezas, de interesses próprios, carreirismo, ocupação de cargos e espaços políticos, sabotagem e ameaças de conflagração. Essa forma de atuar politicamente é compartilhada entre alguns membros das Forças Armadas, como as polícias militares, principalmente dentro dos quadros do oficialato.

Em relação às praças, o que podemos aqui chamar de “espírito de corpo” se traduz comumente em pautas morais, de índole menos corporativas e, mesmo assim, quando atuam e pensam enquanto unidade o fazem com uma capacidade de *lobby* muito menor, padecendo através de distrações indiretamente relacionadas ao ofício, muitas vezes ideológicas como, por exemplo, se ater a um combate aos Direitos Humanos, o que na prática não oferece qualquer ganho, mas convencionou-se estar entre os inimigos de uma luta “Sebas-

tiana”¹⁵ dos policiais militares, principalmente entre aqueles que não assistiram ao filme *Tropa de Elite II*.

Há um reclame que conta com forte apoio social e diz que há “**falta de amparo legal para as atividades policiais**”, sendo apontado como fator determinante para os problemas da segurança pública e que desloca a atenção de temas como a desmilitarização e a carreira única, entre outros, para as questões meramente financeiras e legais. Poderíamos concordar com a premissa se o direcionamento não fosse enganoso. O policial militar da base (soldado, cabo, sargento...) é maltratado dentro desse sistema, carecendo de uma série de direitos que são comuns a qualquer cidadão trabalhador e, em dados momentos, é colocado na posição de subcidadão. Mas não é neste sentido que falam os mecenas do militarismo – até porque eles querem as praças oprimidas; pleiteiam apenas ganhos corporativos para as castas superiores (oficiais superiores) e põem as praças para jogar labirinto, enquanto eles assistem de cima o desnorreamento dos colegas.

Esse jogo político/psicológico se dá a partir de uma ficção – o policial padrão –, que representaria toda a coletividade, sendo ele construído como um policial que não utiliza do cargo para ganhos financeiros ilegais, tendo um forte senso de justiça e que se encontra frustrado e com medo quanto à sua atividade. Essa autopercepção coletiva, embora tenha muitas limitações, é provavelmente real (enquanto sentimento) – ou em algum momento provavelmente chegou a ser assumida por boa parte dos policiais. Por sua relação com a mente dos policiais, que não é uma mentira, mas que se lastreia em

15 O sebastianismo foi uma crença surgida em Portugal em fins do século XVI como consequência do desaparecimento do rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, que gerou crise no país. Como não havia um corpo, acreditava-se, sobretudo em Açores, que o rei voltaria para salvar o reino de todos os problemas. Disponível no site: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastianismo>.

algumas falsas verdades, esse se torna o quesito mais difícil e nocivo para aqueles que estão dentro do militarismo, por isso nos esforçaremos – dentro do que se dá para fazer num artigo – para esmiuçar a questão, não deixando pedra sobre pedra.

Primeiro que, em qualquer outro lugar, na construção de um perfil médio como aqui, o “policial médio” não passaria de uma generalização barata, mas dentro de uma perspectiva militarizada, encontra base em virtude dos sucessivos processos de despersonalização a que é submetido, seja no treinamento, seja no dia a dia da carreira. É viva e real a estética e a ética de um policial (militar) padrão a essa ficção, que através do simbolismo se torna realidade, serve de norte e de chicote para todos aqueles que estejam nas polícias militares; então, não é algo que se possa simplesmente rechaçar na discussão, mas a se ver como revelar e combater isso para o bem dos próprios policiais.

Quanto às frustrações e aos medos, este estado emocional serviria como ponto de partida para grandes mudanças na segurança pública, se promovido corretamente pelas entidades representativas das classes policiais subalternas. Mas em virtude do talento estratégico – virtude dos mecenas do militarismo –, funciona hoje como suporte refratário para quaisquer mudanças. Temos um péssimo sistema de segurança pública por culpa do modelo que adotamos e isso frustra quem participa diretamente desta política pública, estando a grande parte municiada de armas, mas desmuniada de prerrogativas, direitos, autonomia e controle correto e imparcial de sua atividade, com medo de seus superiores¹⁶ e com

16 Segundo a pesquisa, 55,4% dos policiais militares têm receio “alto” e “muito alto” de manifestar discordância da opinião de um superior”. Cf.

<https://www.tribuna.com.br/opiniaio/juniorbozzella/seguran%C3%A7a-p%C3%ABblica-na-linha-de-tiro-1.76209#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa%2055%2C4,de%20suic%C3%ADdios%20e%20transtornos%20mentais.>

baixíssima capacidade de iniciativa, enquanto os cartórios de polícia estão completamente abarrotados. E essa frustração não é só do militar, é compartilhada pela grande maioria dos operadores da base. Há também a frustração pelas condições de trabalho, pelos salários, pela falta de cuidado institucional – sendo um capítulo especial a falta de atenção à saúde mental dos operadores.

Gostaria de falar dos medos e ameaças em separado. Falo inicialmente das ameaças a que estão sujeitos todos os que trabalham na atividade: boa parte dos policiais ignora que elas decorrem de uma violência sistêmica e não de falta de amparo dentro da atuação policial. Prova disso são os números da mortandade policial, que ocorre centralmente fora da atividade, em bicos, na chegada ou saída de sua residência, nos horários de lazer, em virtude de um assalto¹⁷, e não decorrentes de operações policiais, espaço de atuação em que se poderia falar de limitações e onde algumas mudanças legislativas pleiteadas poderiam agir. Esse seria um elemento de grande potência para as devidas e necessárias mudanças, mas atua como instrumento de defesa do próprio modelo que promove males aos policiais.

O ponto mais delicado, por certo, está em abordar a fundo a questão da falta do amparo legal. Seria pretencioso dizer que nosso ordenamento dispõe de todos os instrumentos necessários para auxiliar no trabalho policial; na verdade, a realidade é grosseiramente inversa, afinal nosso fracassado modelo de segurança pública é previsto legal-

17 A 13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública registra exposição à violência fatal a que os policiais brasileiros estão sujeitos. Em 2018, 343 policiais civis e militares foram assassinados; 75% dos casos ocorreram quando estavam fora de serviço, e não durante operações de combate à criminalidade. Cf. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/suicidio-causou-mais-mortes-em-policiais-do-que-confronto-com-crime>.

mente. Mas, brilhantemente, vemos os mecenas do militarismo transformar seus dilemas em seus mais fervorosos aliados e, assim, constroem uma ideia que têm enorme força popular dentro do imaginário dos policiais de todas as corporações, mas não o fazem sozinhos, contando com enorme colaboração de entidades representativas de gestores de outras polícias. Assim, a ideia “enlatada” enviada a nós é a de que o policial não tem liberdade de atuação e por isso todos pagam o preço, tanto ele com a vida ou a saúde, como o povo pela baixa eficiência do serviço.

Estamos vendo no texto o quanto a verdade está distante das intenções dos mecenas do militarismo, mas não aprofundamos ainda sobre como ela ganha apoio nas praças. O aspecto moralizante na atividade ressurgiu de forma forte neste ponto, trazido por sentimentos negativos e por uma compreensão errônea sobre a atividade policial. Isso não é uma exclusividade de policiais, mas surge de uma construção advinda da sociedade amplificada por toda uma adesão midiática (filmes, programas policiais etc.). O resultado é que temos, então, um distanciamento do profissionalismo. Essa liberdade é muitas vezes entendida como a liberdade de tergiversar, de negar, de agir – apesar e contra a lei – a níveis que não são comportáveis dentro de um Estado Democrático de Direito, não existindo ordenamento no direito ocidental que suporte tais medidas de forma expressa.

E a desinformação neste espaço de discussão encontra um lastro muito interessante – pois muitas vezes caímos no erro de assumir que o que vemos nos filmes é a dita realidade, e uma dessas realidades cinematográficas é a de que a polícia dos EUA teria esse respaldo sonhado pelos policiais brasileiros. Primeiro, que cabe a observação de que nos Estados Unidos cada ente da federação tem ampla capacidade

legislativa; assim, não há – à exceção das agências federais – uma polícia homogênea. Vamos aos fatos e eles são duros: se, de um lado, existe o que diz o cinema, que nos EUA há um modelo policial “*Texas Ranger*”¹⁸ (sonho de consumo da maioria de nossos policiais), as estatísticas dizem que os *cowboys* somos nós, pois temos resultado letal em operações ordinárias da polícia um número superior em cinco¹⁹ vezes do que é apresentado pela polícia norte-americana e administramos uma população menor²⁰ (e nesta conta não estão as ações de milícias e grupos de extermínio).

Sorte a nossa que a comparação não é feita com os países da Europa Ocidental, onde a diferença não suportaria mais o plano da escala, mas sim da distopia. Uma consequência de um sistema desbalanceado, sob a ótica inicial do argumento dos mecenas, seria a hiper-responsabilização dos policiais, mas pelo menos nos estados menores o número de policiais que foram presos ou expulsos das corporações não é expressivo, a ponto de numa conversa você conseguir elencar boa parte deles, incluindo aqueles punidos em virtude de acusações de corrupção, lei Maria da Penha etc. Então, não há hipótese de caça às bruxas contra os policiais – pelo menos não por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário, assim como não há também leis predatórias à liberdade deles.

18 “A *Texas Ranger Division*, comumente chamado de *Texas Rangers*, é uma agência de aplicação da lei com jurisdição em todo o estado do Texas nos Estados Unidos, com sede na capital Austin. Ao longo dos anos, os *Texas Rangers* investigaram crimes diversos, desde assassinatos até corrupção política, atuaram no controle de motim e, como detetives, protegeram o governador do Texas, localizaram fugitivos e funcionaram como uma força paramilitar a serviço da República (1836–45) e do estado do Texas. Texto disponível no site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Texas_Ranger_Division.

19 Dados disponíveis em: <https://super.abril.com.br/sociedade/letalidade-policial-no-brasil-e-cinco-vezes-maior-que-nos-eua/>.

20 População brasileira estimada em 211,8 milhões de pessoas (dados do IBGE de agosto de 2020), enquanto a população dos EUA está em aproximadamente 328 milhões de habitantes.

Possivelmente, o ponto mais ultrajante de nossa narrativa será o único em que deixarei uma dúvida sobre a sua falibilidade, pois não sou eu quem tem de dar essa resposta. Eis a questão: o **“militarismo serviria para o controle da tropa”**. Isto é repetido por parlamentares, comandantes, oficiais e até soldados, quase como algo banal, mas que, enquanto categoria, não imaginaria fala mais humilhante, sendo todos lançados num esgoto moral e funcional, um completo escárnio. Mas o que há de tão vil neste pensamento? Primeiro, cria-se uma justificação institucional para a vigência de uma lógica de opressão, desvalor, submissão interna referendada por esta relação causa-efeito (opressão-obediência), pondo as praças militares numa condição de vulnerabilidade, como falado anteriormente, de subcidadãos. Gostaria de ter a oportunidade de perguntar aos que, na condição de representantes da categoria, dizem disso, bem como perguntar a organizações militares se o corpo de praça é um aglomerado de incivis, bárbaros, que não tem qualquer compromisso com a sociedade, com o Estado, com a nação e com o povo, para necessitarem ser controlados de tal forma. Um policial, um bombeiro, seriam para eles, então, bestas feras que precisam ser controladas a partir de ordenamentos draconianos, pois não sendo assim – e tratados plenamente como cidadão trabalhador – teremos como contrapartida sua ira desenfreada contra toda a coletividade, um ser sedento, ávido por realizar suas vontades e impor o seu querer? Subvertendo a tudo e a todos? Temos o dever, leitores e até os mecenas do militarismo, de não nos deixarmos seduzir por antipatias e não sermos cúmplices desse crime; os policiais têm de conviver ir-restritamente com a sua condição de trabalhador, exercendo sua cidadania de forma ampla, não como um favor, mas sim como deve ser.

A mais inocente e justificada das mentiras é sugerir

que, com a desmilitarização, os “**policiais perderiam direitos**”, principalmente os previdenciários e as benesses estruturais, como hospitais militares. Com relação aos direitos adquiridos, e chamo especialmente a atenção aos direitos previdenciários, os policiais que os detêm não correriam o risco de quaisquer prejuízos, como exposto na própria PEC 51/2013 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)²¹, que em seu texto conduz o colega militar que lê-lo à retirada de todo medo de seu coração. Quanto às estruturas, anexos, apêndices ou benesses de estruturas físicas militares, confesso que desconheço por hora tal destinação, mas vejo como algo que não apresenta grandes dificuldades para ser equacionado ou, na pior das hipóteses, relativizado em virtude de reparações outras.

Para encerrar esse rol de falsos conceitos, gostaria de trazer a mais casta das questões, pouco abordada e aceita até por críticos do militarismo: a necessidade da ligação entre as forças militares estaduais e federais – na condição de servirem como **Forças Reservas e Auxiliares do Exército**. Acreditar no valor desta condição é uma falha e sua superação não foge ao que vimos até agora, contendo vícios claros e a mesma falta de relevância quando confrontada com os fatos.

O primeiro dos elementos a ser rebatido é que, em virtude das Forças Auxiliares, temos um efetivo maior para atender em situações de defesa de nosso Estado Nação. Isso não guarda pertinência, pois o Artigo 1º do Decreto Lei 1.187/1939

21 “Evidentemente, tal processo de transformação exige implementação cuidadosa, com participação e monitoramento intensos por parte da sociedade civil, e rigoroso respeito aos direitos adquiridos dos profissionais de segurança pública. Assim, nas disposições transitórias da Emenda, garantimos a preservação dos direitos, sendo a ampla participação social inerente a todo o processo”. Trecho retirado da PEC, disponível no site: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3039185&ts=1593992237073&disposition=inline>.

traz: “Todo brasileiro é obrigado ao serviço militar para a defesa nacional, na forma das leis federais e respectivos regulamentos e o prestará de acordo com a sua situação, capacidade e aptidão” (BRASIL, 1939). Então, em caso de conflagração, a possibilidade de convocação e, portanto, de acréscimos de quadros, é ampla. Tal condição é referendada pela Lei do Serviço Militar de 1964²² que, em seu Artigo 19, nos diz:

... Em qualquer época, tenham ou não prestado o Serviço Militar, poderão os brasileiros ser objeto de convocação de emergência, em condições determinadas pelo Presidente da República, para evitar a perturbação da ordem ou para sua manutenção, ou, ainda, em caso de calamidade pública (BRASIL, 1964).

Uma perspectiva que endossaria a utilidade desta ligação entre Exército e forças auxiliares estaduais seria o papel destas forças num conflito com país estrangeiro ou conflagração interna. De acordo com o conceito de Guerra Híbrida²³ – ou Guerra Total – dentro das formas de disputa previstas, as forças policiais serviriam apenas como auxílio no confronto convencional (luta armada). Difunde-se frequentemente, e de forma errônea, a utilidade das forças militares estaduais para conter internamente ações que ameacem as instituições, a soberania nacional. Bem, elas não precisam ser preliminarmente militares para isto; a nossa estrutura

22 Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4375-17-agosto-1964-377695-norma-actualizada-pl.pdf>.

23 “A guerra híbrida é o emprego do poder através de um conjunto de intervenções de toda ordem preparada sobre um Estado nacional para exercer um fim fundamentalmente político. Ou qualquer tipo de agressão organizada que procura causar dano a um Estado nacional, buscando desestruturá-lo, transformando-o em um Estado falido, com o fim de apropriar-se de seu território, de seu imaginário coletivo e/ou de seus recursos”. Cf. <https://fpabramo.org.br/2019/08/23/guerras-hibridas-militarizacao-da-teoria-do-caos/>.

normativa guarda espaço para atuações civis dentro da própria Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983), sendo seus crimes previstos em competência federal e sob a ação da Polícia Federal. Dessa forma, não há necessidade de um corpo previamente recrutado, pois se encontra dentro das atividades policiais a intervenção sobre ações que atentem contra as instituições, o Estado Democrático de Direito e Soberania em alguma medida, conforme exposto no Artigo 31 da Lei de Segurança Nacional: “Art. 31 - Para apuração de fato que configure crime previsto nesta Lei, instaurar-se-á inquérito policial pela Polícia Federal”.

O único ganho utilitário desta relação seria, nos casos de perturbação interna muito graves, como no início de um conflito, ter um corpo que demandaria menos burocracia e logística para ser convocado. Tenho minhas dúvidas se ele estaria disposto em tempo hábil para ser a primeira força para operações de pronto emprego; muito provavelmente estas seriam apenas as forças regulares das Forças Armadas. Trata-se, então, a dita justificativa para a militarização como uma questão de desembaraço burocrático, de tempo de oferta para recursos humanos bélicos pois, no final das contas, com a diferença única quanto ao dia de apresentação, estaria, de toda forma, grande parte do contingente adulto masculino nas fileiras e na guerra, não sendo uma exclusividade de militares – estaduais ou federais.

Dessa forma, penso que encerrando bem nossa missão, desconstruindo todos os enganos, mentiras e ardis relacionados à desmilitarização, agora adentraremos nos ganhos, benefícios e evoluções que representariam, tanto para a população, como para os policiais militares, a sua adesão.

Referências bibliográficas

ANDRADE, R. C. L. O valor absoluto da boa vontade na fundamentação kantiana da moral. **Revista Educação Pública**, s. n., Rio de Janeiro: Fundação Ceciej, 07 de maio de 2013. Disponível em: <https://educacaopublica.ceciej.edu.br/artigos/13/16/o-valor-absoluto-da-boa-vontade-na-fundamentaccedilatil-deo-kantiana-da-moral#:~:text=Mediante%20a%20an%C3%A1lise%20da%20raz%C3%A3o,uma%20coisa%3A%20a%20boa%20vontade>.

BOZELLA, J. Segurança Pública na linha de tiro. **A Tribuna**, Santos, 18 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/opinio/juniorbozella/seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-na-linha-de-tiro-1.76209>.

BRASIL. Decreto-lei 1.187, de 4 de abril de 1939. Dispõe sobre o **Serviço Militar**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1187-4-abril-1939-349238-publicacaooriginal-72193-pe.html>.

BRASIL. Lei do **Serviço Militar** de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4375-17-agosto-1964-377695-norma-atualizada-pl.pdf>.

BRASIL, **Proposta que reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial**. 2013. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114516#:~:text=Proposta%20de%20Emenda%20%C3%A0%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%B0%2051%2C%20de%202013&text=Assunto%3A%20Jur%C3%ADdico%20%2D%20Seguran%C3%A7a%20p%C3%BAblica.&text=Ementa%3A,Alter%20os%20arts.&text=143%2DA%2C%20144%2DA,da%20desmilitariza%C3%A7%C3%A3o%20do%20modelo%20policial>.

BRASIL. **Lei de Segurança Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm.

CONFÚCIO. **Analectos**. Tradução do inglês de Carolina Chang. Porto Alegre, RS: L&PM, 2006.

COSTA, G. Suicídio causou mais mortes no Brasil do que confronto com o crime. **Agência Brasil**, Brasília, 11 de set. de 2019. Disponível em: <https://agencia-brasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/suicidio-causou-mais-mortes-em-policiais-do-que-confronto-com-crime>.

GOMES, K. Cresce o debate sobre desmilitarização da Polícia Militar. **Carta Capital**, São Paulo, 6 de ago. de 2014. Disponível em: cartacapital.com.br/sociedade/excessos-cometidos-por-pms-impulsionam-debate-sobre-desmilitarizacao-da-policia-1256/.

HOFFMANN, Gleisi. **Proposta do Estatuto Geral das Guardas Municipais** (Lei nº 13.022/2014). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=PLC+39%2F14>

KOHA, N. **Dicionário básico de categorias marxistas**. PCB - Secretaria Nacional de Formação Política. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf>.

Letalidade policial no Brasil é cinco vezes maior que nos EUA. **Super Interessante**, São Paulo, 1º de jun. de 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/letalidade-policial-no-brasil-e-cinco-vezes-maior-que-nos-eua/>.

MUTTLEY. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Muttley&oldid=60526977>.

NOZAK, William. Guerras Híbridas: militarização da teoria do caos. In: **Fundação Perseu Abramo**, Cultura, 23 de ago. de 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/08/23/guerras-hibridas-militarizacao-da-teoria-do-caos/>.

PCB. **O PCB e a modernização midiática**: propostas para a análise das relações entre comunistas e a televisão nos anos 1970. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96639>.

SEBASTIANISMO. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sebastianismo&oldid=60268400>.

SALVADOR, S. Só 5% dos policiais usam arma. Atentado em Londres reabre debate. **Diário de Notícias**, Lisboa, 25 de mar. de 2017. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/so-5-dos-policias-usam-arma-atentado-em-londres-reabre-debate-5748227.html>.

VALENTIN, S. **Senador Styvenson critica desmilitarização defendida na Conferência Estadual de Segurança**. 2020. (5m25s) Produzido por TV Assofme. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2qjKWUVc1Gs>.

TEXAS RANGER DIVISION. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Texas_Ranger_Division&oldid=60578706.

VELASCO, C.; GRANDIN, F.; REIS, T. Monitor da Violência. Número de pessoas mortas pela polícia cresce no Brasil em 2019. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 16 de abr. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/04/16/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-em-2019-assassinatos-de-policiais-caem-pela-metade.ghtml>.

A segurança pública e o papel das polícias: transformar as polícias passa por transformar a sociedade

Amauri Soares

*Policial militar aposentado e ex-presidente da Associação de Praças
e Soldados da PM de Santa Catarina. É diretor da
Intersindical Central*

Desde que as sociedades começaram a se dividir em classes sociais distintas e com interesses conflitantes, há milhares de anos, sempre uma classe buscou impor sobre a outra (ou outras) o predomínio de seus interesses. Para garantir a permanência dessa relação desigual de maneira duradoura e estável, a classe economicamente dominante criou um conjunto de direitos e obrigações, definindo a forma de organização social, e criou instituições para fiscali-

zar e fazer cumprir os pressupostos entendidos como justos, mesmo que fossem injustos para as outras classes. Dessa superestrutura jurídica nasceu o Estado e todos os seus aparatos de poder, incluindo suas forças armadas e policiais, que ficavam mais complexas na mesma medida que a sociedade, incluindo as divisões e conformações em países distintos, o domínio de umas nações sobre outras, o imperialismo e todas as suas formas de imposição.

A sociedade baseada na exploração do trabalho assalariado, que é dominante no mundo há menos de três séculos, criou superestruturas jurídicas ainda mais complexas. A submissão de uma classe diante da outra não está estabelecido nos princípios fundantes da sociedade atual, como estava definido nos períodos medieval, escravista, entre outras, ao contrário. Os princípios fundantes da sociedade burguesa são “igualdade, liberdade e fraternidade”, os lemas que foram erigidos pela Revolução Francesa de 1789-1799. Estes e outros princípios oriundos do iluminismo foram adotados e subvertidos pela sociedade moderna, capitalista. O bonapartismo francês e todas as suas variações nas revoluções burguesas não clássicas e retardatárias foi resultado da imposição da nova classe dominante, os capitalistas modernos, com o objetivo de frear e impedir o ímpeto dos proletários e camponeses pobres por igualdade substancial, concreta, efetiva. A “liberdade” de concentração das terras e meios de produção em mãos privadas anulou a igualdade de condições para a imensa maioria das pessoas. O operário-soldado dirigido por Robespierre para derrubar as monarquias retrógradas europeias, fazer a reforma agrária, garantir o voto universal, cedeu lugar ao soldado profissional de Napoleão Bonaparte, agora com a missão principal de manter o poder econômico da sociedade nas mãos dos novos ricos, os empresários burgueses. Além disso, tinha a missão de tam-

bém alastrar esse poder para toda a Europa porque essa era também uma demanda de sobrevivência e expansão do capitalismo.

Esta pequena introdução tem como objetivo evidenciar dois aspectos do nosso dilema: 1 - os princípios democráticos nunca entraram no quartel (Napoleão os escorraçou para longe, e na caserna reina, até hoje, o poder discricionário até sobre os direitos privados das pessoas enquanto indivíduos); 2 - a promessa burguesa de igualdade, liberdade e fraternidade tinha que ser traída, e apenas poderia sê-lo com êxito através da coerção que só se completa e se garante, em última instância, pela força.

Aquelas instituições do Estado moderno que a classe dominante e seus vozeiros qualificam de instituições permanentes, ou instituições e carreiras típicas de Estado, todas elas, sem exceção, têm como objetivo primordial e razão de existir a manutenção das relações sociais vigentes. Isso vale para os aparatos básicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Coloque-se aí, também, diversas outras instituições: as cartoriais, de controle, de fiscalização, as Forças Armadas e as polícias. Estas são instituições permanentes das sociedades divididas em classes sociais distintas e com interesses conflitantes, e só deixarão de existir se a sociedade for revolucionada a ponto de não haver mais contradições de classes ou até mesmo as próprias classes.

Importante não esquecer que, pela pressão das classes exploradas, mesmo ao longo do domínio da burguesia, se conseguiu construir também instituições destinadas a garantir direitos que não existiam no começo do capitalismo e que se dependessem da classe dominante, jamais teriam existido. Temos aqui os direitos trabalhistas e as instituições que foram criadas para viabilizar a sua realização, as-

sim como o direito à saúde, à previdência social, à educação gratuita e universal, ao progresso científico, o direito de defesa em processos criminais, o direito à vida e à dignidade. As instituições para o cumprimento destes direitos também existem, mas não são consideradas permanentes nem funções de Estado e têm importância e capacidades distintas em diferentes países. Ou seja, existem mais onde a classe trabalhadora tem força maior para conquistar esses direitos. E podem ir desaparecendo, conforme os(as) trabalhadores(as) e seus aliados históricos vão perdendo a capacidade de mobilização para mantê-los. Neste momento histórico, vivemos uma conjuntura de perdas em quase todas as partes do mundo, justamente pela diminuição da força dos projetos societários dirigidos pela classe trabalhadora.

Uma sociedade com o nível de desigualdade e de injustiça social como é a brasileira, poderá se manter “em ordem” se a classe economicamente dominante e seu Estado de classe abdicarem de ter aparatos de repressão capazes de manter “a ordem” pela força? Evidente que não! Necessário registrar que estamos dando o conceito de “ordem” para a manutenção da atual ordem econômica, social e política estabelecida no nosso país. O cumprimento das leis e a “preservação da ordem” são as atribuições principais de todas as polícias, notadamente das militares.

As polícias militares do Brasil foram criadas na primeira metade do século XIX, e coexistiram por mais de meio século, tendo o escravismo como principal relação social de produção. Só as ideias mais apartadas da realidade podem olvidar do fato de que elas tiveram como principal objetivo em todo aquele tempo justamente o controle da ordem social escravista. Depois da abolição formal, em maio de 1888, foi também das polícias militares a tarefa insana de manter a

multidão de negras e negros distantes dos espaços oficiais da sociedade: distantes dos meios de produção, do trabalho, do sustento, e distantes dos espaços de consumo nos meios urbanos. Os homens e mulheres que construíram a maior parte das riquezas do país, que construíram o próprio país em toda sua extensão, foram segregados(as) do usufruto do próprio território, onde seus antepassados tinham gastado as vidas na condição de escravos e escravas.

Essa imensa e inominável ignomínia não foi alcançada pelo belo discurso de algum republicano de última hora, vestido de sobrecasaca e segurando uma chibata; executar a perpetuação de tamanha injustiça dependeria de uma força capaz de se impor pela violência. As polícias foram criadas, abastecidas e ampliadas na medida em que a classe dominante precisava de mais força para impor a continuidade desta ordem social injusta, racista, violenta. O poder dos “coronéis” do mundo rural, com seus capangas particulares e capitães do mato, já não era suficiente para “manter a ordem” diante de tão imensa massa humana sem ter para onde ir, hora se dispersando e virando presa fácil, hora se aglomerando e ampliando quilombos e fundando favelas. As polícias não saíram do encaço da maioria do nosso povo até hoje. As leis mudaram, o “contrato social” mudou, o discurso, também. Mas o cinismo e a violência continuam aferrando a mesma gente.

Pode parecer demasiado dura essa análise, principalmente vinda de um policial militar. E a crítica não será menos dura por parte de todos aqueles que defendem a manutenção das instituições tal qual são, ou mesmo por parte de muitos que querem mudar algumas coisas, mantendo o principal. Fato é que não se pode propor mudança se não se analisa as estruturas sociais que ergueram as superes-

truturas existentes. E é nosso dever como ser humano ter uma postura inteiramente honesta com os princípios que carregamos. Afinal, a razão última de toda instituição deveria ser o “bem viver” do conjunto das pessoas da sociedade. E no Brasil este objetivo não consegue se estabelecer nem mesmo no discurso. A “preservação da ordem pública” não é um objetivo legítimo quando estamos falando de uma sociedade desigual e injusta. Dizer que isso não é problema dos policiais ou de suas instituições, que quem pode mudar são os poderes legislativos e os governos, é lavar as mãos e se agarrar à zona de conforto das defesas corporativas e da aceitação ideológica da injustiça como normalidade. Especialmente no Brasil, fazer a “preservação da ordem” não é a mesma coisa que fazer segurança pública, por razões estruturais e culturais históricas.

O longo século XX foi de significativa evolução das estruturas econômicas e de importantes mudanças nas superestruturas jurídicas, ou seja, nas instituições do Estado. As polícias tiveram os nomes mudados algumas vezes, participaram de um lado ou de outro nas disputas entre setores diferentes da mesma classe economicamente dominante, foram expurgadas de muitos de seus integrantes, que se rebelaram contra o sistema injusto e contra as injustiças feitas pelas próprias instituições. Getúlio Vargas exonerou e depois reabilitou oficiais que o enfrentaram em diferentes estados. Centralizou-os sob suas novas ordens no Estado Novo, reaproveitou os que aceitaram a sua perspectiva de progresso. A ditadura de 1964 fez uma “limpa” em todos aqueles que ficaram com a “legalidade”, fortaleceu os aspectos militares das polícias, subordinou-as ainda mais ao Exército, criou instituições federais para patrulhar e padronizar as polícias dos estados federados, mesmo que elas fossem e continuem sendo financiadas pelo erário dos entes

federativos. As polícias mudaram de tamanho e se modernizaram um pouco ao longo do século XX, mas nunca deixaram de ter como principal objetivo “a preservação da ordem pública”. Essa estrutura, seus princípios e esses objetivos foram inscritos na própria Constituição de 1988 pela força da militância política dos coronéis de polícia, que tiveram apoio dos generais do Exército e a concordância festiva dos representantes da classe dominante.

No capítulo “Da Segurança Pública”, no *caput* do Artigo 144 da Constituição de 1988, está escrito: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...” (BRASIL, 1988). Vejamos que o objetivo está na “preservação da ordem pública”, com todas as dubiedades que este conceito pode guardar em qualquer sociedade e que, no Brasil, significa preservar uma “ordem pública” desigual, injusta e violenta. Outro problema é que não distingue o patrimônio privado, como a casa, o carro, a bicicleta, o celular, o computador, do patrimônio social que compõe o conjunto dos meios de produção. Misturar patrimônios de caráter, objetivo e proporção diferentes é funcional justamente para confundir, dar ideia de tratamento igual para personalidades jurídicas que são diferentes em tudo.

As polícias trabalharam pouco para a “segurança pública” e muito para a “preservação da ordem” ao longo de toda sua existência. Não se trata de negar que tenham feito segurança pública, e de fato a fizeram, sempre nos horários de folga entre uma e outra campanha ou jornada em defesa da ordem. Por exemplo, as polícias dão mais atenção para o problema da dona de casa que tem o eletrodoméstico furtado ou para a repressão a uma categoria em greve? Dão mais

atenção para a jovem que é importunada ou mesmo estuprada ao voltar da escola ou para a defesa da fazenda ocupada pelos sem-terra? Desnecessário responder, pois a resposta é mais conhecida que a cor das fardas das diferentes polícias.

E, mesmo ao fazer ou tentar fazer segurança pública, as polícias a fazem com aquele jeitão de quem está defendendo a ordem. Porque quem é treinado do ponto de vista ideológico e psicológico para combater o inimigo, vai entrar desajeitado num espaço social onde não deveria ver inimigo, e sim um problema social a ser prevenido, evitado ou mitigado. O racismo estrutural existente na sociedade brasileira permeia as consciências dentro das instituições que, por lei, têm o objetivo também de combater o racismo. Vale o mesmo para as relações de gênero, para o tratamento que deveria ser equânime diante das diferentes crenças religiosas e também diante das diferentes posições políticas e ideológicas existentes na sociedade. Não é necessária uma pesquisa acadêmica para saber que, na maioria dos casos, as polícias tratam de formas distintas as diferentes religiões e mantêm postura hostil diante das de matriz africana. Também não constitui novidade que a polícia atua diferente nos atos políticos de organizações de direita do que faz quando o ato político é promovido por organizações de esquerda. O argumento de que a direita elogia a corporação e a esquerda a critica serve apenas para confirmar que a polícia muitas vezes não atua seguindo normas de procedimentos objetivos, e sim empurrada pelos impulsos ideológicos de seus integrantes. Precisa um exemplo concreto retumbante? Ei-lo: as organizações do movimento negro dos Estados Unidos, mesmo com multidões de adeptos, não conseguiriam entrar no Capitólio, mesmo que fizessem um plano prévio. Aliás, o plano prévio seria descoberto porque as polícias também espionam as organizações que a sociedade oficial conside-

ra “perigosas”. Perigosas para a ordem social injusta, claro! Alguém se atreveria a dizer que porque acontece assim nos Estados Unidos não significa que aconteça assim no Brasil? Também sabemos que, neste aspecto, o que é um fato concreto nos Estados Unidos, o é com menos disfarces aqui no nosso país. Basta olhar as multas escorchantes e em série que as passeatas de oposição a Bolsonaro estão sofrendo neste momento.

Uma sociedade com o nível de desigualdade social como é a brasileira, uma sociedade com tamanhas concentrações de renda no meio de tão aviltantes misérias materiais, onde a mais boçal ostentação (cafona de tão boçal) está a duas quadras da pobreza extrema, não pode prescindir de uma (ou mais) polícia capaz de executar com a violência necessária o “imperativo” da segregação social. Acaso uma polícia democrática, com liberdade interna para ajudar a maioria da sociedade a tomar posições sobre quais políticas de segurança deveria realizar, seria usada para reprimir uma greve dos professores e professoras, dos petroleiros, uma manifestação de estudantes em defesa da educação? Naturalmente, não! Numa sociedade injusta como é a brasileira, a classe dominante e seu Estado de classe precisam ter uma polícia (pelo menos uma) cujos integrantes sejam capazes de disparar contra seus próprios irmãos se esta for uma ordem oriunda de algum gabinete de juiz imbuído do “dever” de “preservar a ordem pública”. A classe economicamente dominante no Brasil sempre precisou e continua precisando de uma polícia capaz de cumprir ordens absurdas, capaz de obedecer cegamente, capaz de continuar mutilando a sociedade para preservar a “ordem” econômica, social e política que interessa ao seu enriquecimento continuado, à concentração de renda e à arrogância e boçalidade. E é por isso que a desmilitarização das polícias não anda no Congres-

so Nacional, porque não interessa para a classe dominante composta pelos monopólios empresariais, pelo agronegócio (latifúndios) e pelos bancos, que formam um bloco de poder econômico hegemônico pelo capital financeiro internacionalizado, imperialista.

Nós defendemos a desmilitarização das polícias, assim como todas as organizações populares do campo democrático, e para a maioria da população brasileira seria mais humano, mais democrático e mais barato desmilitarizar as polícias. Mas, ao invés de as polícias militares serem desmilitarizadas, o que temos visto é a militarização das outras, incluindo setores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das polícias civis estaduais e das polícias penais. Algumas guardas municipais, com menos de uma década de existência, já têm o seu grupo de choque, ou seja, o seu agrupamento tático reforçado, com viaturas, equipamentos, armamentos, fardamento, estrutura organizativa, insígnias e estética militares. Até as escolas (para os meninos pobres, entenda-se) estão sendo militarizadas. Para a maioria da população, seria melhor desmilitarizar e investir em prevenção, em inteligência, em interação social e comunitária recíprocas. Mas o discurso de mais armas, mais violência, mais força, venceu diante de uma sociedade apavorada pela falta de soluções mínimas razoáveis em termos de segurança pública. Porque as polícias não fizeram segurança pública, e sim defesa da ordem, agora a sociedade está iludida, acreditando que a solução é mais força e mais violência. Porque as polícias falharam em fazer segurança pública, agora as escolas estão sendo militarizadas.

Naturalmente, é possível fazer segurança pública. Para isso é necessário separar o conceito de segurança pública do conceito de defesa da ordem. Mas podemos prever que essa

mudança criaria um imenso problema para a classe dominante porque, se não forem resolvidas as causas das desigualdades sociais, outras instituições igualmente fortes teriam que cumprir este injusto e violento papel de “manutenção da ordem”. O Exército assumiria este papel? Não se duvide disso, pois o nosso Exército já recebeu e aceitou a missão estratégica de preocupar-se principalmente com o inimigo interno, que somos nós, o povo. Não é acaso e nem um luxo dos generais que as polícias militares sejam “forças auxiliares e reserva do Exército”, como estabelece o parágrafo 6º do Artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). É a postura previdente dos generais se fazendo letra na lei maior do país, passando para instituições militares estaduais a tarefa que ele terá que assumir se as polícias falharem.

Logo, o problema é mais complexo: não dá para democratizar as polícias e nem desmilitarizar as polícias militares, se não forem democratizadas também as relações sociais brasileiras. São problemas estruturais que remontam à chegada dos portugueses, se formos levar em conta nosso histórico patrimonialista, retrógrado, tendente ao burocratismo mais obtuso. São mais de cinco séculos de imposição da vontade da minoria pela força e ou pela traição. As mudanças nunca romperam com os privilégios de classe, nunca democratizaram o acesso à terra e nem o direito de decidir. Em termos clássicos, nunca tivemos revolução nacional nem democrática e nem agrária. O mudancismo decidido e acertado pelas cúpulas dominantes nos trouxe das capitâncias hereditárias à Constituição de 1988. As mudanças que representaram mais direitos para a imensa maioria do povo foram arrancadas pela pressão popular, mesmo sob os incontáveis auspícios do Estado opressor, usando a mão de ferro de suas instituições de controle social e de “preservação da ordem” contra os movimentos por mais direitos.

É necessário democratizar as relações sociais de produção e de distribuição das riquezas socialmente produzidas para que se possa mudar pela raiz as instituições de segurança. Evidente que não se deve esperar uma coisa para depois fazer a outra, pois este seria o mesmo erro que pensar em mudar profundamente as instituições de segurança sem mexer nas estruturas econômicas e sociais da sociedade. As duas coisas podem e precisam andar juntas. Querer “o fim da polícia militar” sem apresentar solução para os graves problemas de segurança pública, cumpre o papel de extravasar as energias, as angústias, e realizar a crítica contra as instituições que fazem a “preservação da ordem”, mas não dialoga com a necessidade de mexer justamente na ordem econômica, para que se possa revolucionar também as superestruturas jurídicas. Aliás, parece mais provável que esta crítica ajude também a esconder o fato de que as polícias militares (ou outras) são apenas as instituições que executam as determinações que já passaram e foram aprovadas pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário, pelos governantes e mesmo pelos perfumados legisladores. Sem falar no desfile dos elegantes executivos, gerentes e assessores que alegremente trabalham para acumular ainda mais o capital.

Mas é possível fazer segurança pública e aqui, ali e acolá já houve experiências interessantes neste sentido. O que se simplifica chamando de “polícia comunitária” é um complexo de atitudes que começa por entender que a sociedade local, a comunidade, é aliada no processo de fazer segurança pública. Muita coisa já se chamou de “polícia comunitária”, por isso é importante analisar o conteúdo das propostas para depois tomar posição. Aqui, estamos falando de um conceito novo (novo no sentido histórico) de fazer segurança pública, entendendo que a polícia não pode ser

um sujeito alheio ao cotidiano e à realidade da sociedade. É preciso reverter essa prática que coloca a corporação nas comunidades brasileiras como se fossem forças militares de ocupação em países estranhos. Polícia não pode ser tropa de ocupação, e sim um aliado da sociedade para entender o que é necessário fazer e de que forma fazer. Por óbvio, não se deve entender por “sociedade” aqueles comerciantes locais que pagam um extra para as patrulhas policiais. Isso é já a corrupção e a subversão dos objetivos de se ter uma polícia. Esta prática é a antessala da formação das milícias. Estamos falando de ter uma polícia que faça parte efetiva da sociedade local, que estabeleça relação de diálogo, reflexão e entendimento com as professoras do colégio, as atendentes do posto de saúde, as assistentes sociais dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os funcionários das empresas de limpeza pública e com os moradores em geral, em reuniões e mesmo em assembleias comunitárias realizadas para este fim. Se os policiais forem estranhos a estas relações, ou se as pessoas que fazem o cotidiano dos bairros olharem com desconfiança para os policiais, está morta a possibilidade de se fazer segurança pública ali.

Como fazer se não há essa relação de confiança? Construir a relação de confiança! E quem não estiver apto para ela é porque não está apto para ser um servidor público, seja o policial ou os outros agentes que lidam com o dia a dia das comunidades. É esta relação que viabiliza a possibilidade de prevenção, que consegue orientar sobre a melhor forma de agir em cada situação de possível crise, e mesmo que diminui a probabilidade do uso de violência, no caso de não haver outra solução. Neste tipo de relação polícia/comunidade, fica realizado da forma mais democrática e abrangente o tão necessário controle social do trabalho das instituições públicas. Talvez também por isso, as iniciativas de polícia

comunitária foram e são tão atacadas por setores das cúpulas e mesmo das bases das instituições de segurança. Alegam, desonestamente, que esta relação é inviável porque os segredos de investigação de crimes ficam quebrados. Isso é um argumento fajuto, pois o policial que não sabe o que pode e o que não pode falar em público não serve para a profissão. Outro problema possível é parte dos policiais pensar que vai usar as pessoas da comunidade como seus informantes, os chamados “dedos-duros”. Se for essa a relação, também fica prejudicado o trabalho, pois as lideranças comunitárias que agirem desta maneira perderão a confiança da comunidade e o laço mais importante fica rompido, com prejuízo para o conjunto do trabalho. A proposta é que pessoas autônomas, livres, com consciência do seu dever social, participem do processo de reflexão sobre os problemas locais, ajudando a elaborar subsídio para que a polícia possa fazer o trabalho de prevenção e de intervenção pontual para evitar ou minimizar os impactos negativos e ou violentos.

Isso é possível começar agora, como, aliás, já se tem feito em vários lugares. Os governantes municipais ou estaduais podem e precisam fazer projetos nesta direção e buscar as polícias para estabelecer esse novo tipo de relação. Os conflitos serão constantes, porque elas são instituições centralizadas e serão convocadas para fora desta relação a cada instante. O grau de comprometimento com o projeto de mudança das autoridades civis com os chefes e comandantes de polícia é que pode dar perenidade a esse trabalho. Se o objetivo número 1 do trabalho em segurança pública for diminuir o número de assassinatos, de violência contra a mulher, de violência de gênero e raça, de violência em geral, e se isso for adotado por todas as instituições de segurança que atuam num determinado território (seja num bairro, numa cidade, num estado ou mesmo no país), se for construída

essa ideia de segurança pública cujo objetivo seja diminuir a letalidade e a violência em todas as suas formas, por certo os resultados podem ser surpreendentes em poucos anos.

De todas as formas, não havendo transformações significativas nas relações sociais de produção e de distribuição das riquezas socialmente produzidas, os modelos de segurança pública entrarão em conflitos permanentemente. Na atual conjuntura, a maioria dos profissionais de segurança pública e mesmo a maioria da população (ou pelo menos uma grande proporção, tanto de policiais quanto da população) adotaram posição diversa. Estão apostando no aumento da violência como forma de combater a violência. O resultado não será o desejado e uma infinidade de outras injustiças e de outros crimes serão somados ao quadro social já caótico, quase insuportável.

Nosso dever como policiais antifascismo ou, no geral, como policiais comprometidos com um projeto democrático de sociedade, é seguir debatendo, enfrentando as críticas e até a ira dos muitos que divergem, pois é assim que se pode dar consistência e conteúdo ao projeto para a mudança futura. Mas este precisa ser um trabalho também das organizações populares do campo democrático e de esquerda. Centrais sindicais, sindicatos, partidos, associações, movimentos sociais precisam debater e participar deste debate. Negar a importância e necessidade de se ter projeto de segurança pública, ficando apenas na crítica e na negação, não ajuda a transformar nada, e quando se chega a algum governo, o mais comum é se repetir as mesmas práticas dos outros partidos, ou quase. Pela ausência ou insuficiência de relação com trabalhadores e trabalhadoras de segurança pública, os partidos de esquerda nos governos acabam adotando os projetos das cúpulas historicamente sentadas

sobre o *status quo*, até porque estas cúpulas são eficientes na arte de colocar verniz para esconder o sangue dos cassetes.

Construir uma nova forma de fazer segurança pública está necessariamente em sintonia com o trabalho militante de construir novas relações sociais. A transformação da segurança pública depende da transformação das relações sociais de produção e de distribuição das riquezas socialmente produzidas. O que se pode fazer agora, e se pode muito, é justamente fortalecer a relação de confiança e fraternidade entre policiais trabalhadores(as) e as outras categorias profissionais e sociais da base da sociedade. Abastecer esta fraternidade, por dentro de todas as diversidades, e ir construindo relações sociais novas dentro dos pressupostos de um projeto social novo para o conjunto da sociedade. Eis nossos desafios, motivos das nossas lutas.

Referência bibliográfica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Parte 4

As direitas contra os movimentos sindical e popular

Só é possível resgatar a democracia e defender os direitos humanos com o fim do governo Bolsonaro¹

José Genoíno

Participou da luta contra a ditadura militar-empresarial, foi líder do movimento estudantil, presidente e deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT)

Os direitos humanos não podem ser um apêndice ou um departamento, eles têm de estar numa centralidade do ponto de vista de uma alternativa política, mesmo porque a radicalidade do tema sempre esteve presente na luta da classe trabalhadora. Os direitos humanos são

¹ Texto elaborado a partir de intervenção de José Genoíno no 2º Seminário Democracia, Direitos Humanos e Segurança na Ação Sindical, organizado pela Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizado em 8 de julho de 2020 em plataforma virtual. Transcrição e redação feita por Gonzaga do Monte. O texto foi dividido em partes, de acordo com os assuntos abordados na palestra.

estratégicos dentro de uma agenda de transformação, dentro de uma agenda anticapitalista e daqueles que defendem o socialismo. Esta radicalidade se dá nas lutas sociais e nas lutas por mudanças globais da sociedade.

Ao longo da história da luta de classes, a questão dos direitos humanos foi se universalizando a partir da Revolução Inglesa (1870) e suas greves. Uma radicalidade que proporcionou uma ruptura a caminho da modernidade, estampada na declaração dos direitos da cidadania e do cidadão da Revolução Francesa e, posteriormente, na declaração de independência dos Estados Unidos.

Durante o século XIX, a questão dos direitos humanos sempre esteve presente nas lutas sociais, quando a classe trabalhadora firmou conquistas importantes apesar das derrotas sofridas no processo de enfrentamento do capitalismo. Em razão de sua universalidade, a questão se coloca como elemento primordial de uma emancipação política, cultural e ideológica e, também, de enfrentamento das estruturas estatais autoritárias, arcaicas, conservadoras e oligárquicas.

Essas situações de confronto e de radicalidade estão colocadas mais uma vez neste momento em que o neoliberalismo – em mais uma etapa de organização do modo capitalista de produção, com uma monopolização financeirizada e da revolução tecnológica – busca a concentração e a centralização do capital através da acumulação de riqueza, num momento em que se colocam as disputas no mundo por uma geopolítica de recursos naturais, de alimentos, de água, de energia, ainda no caso energia fóssil do petróleo, e do minério.

As discussões sobre imigrantes, população carente, populações originárias, LGBTQI+fobia, machismo e patriarcalismo não são apêndices da luta capitalista; elas alcançam

uma centralidade na mediação e no enfrentamento, até porque a nossa experiência de luta socialista nos ensina que trazer essas questões para o programa, para a centralidade política, é fundamental. E talvez aí esteja uma das avaliações das nossas experiências socialistas, de limitações e equívocos. Nesse sentido, a questão do neoliberalismo fundamenta uma radicalidade para a luta dos direitos humanos. Em primeiro lugar porque a ordem, a financeirização, a monopolização, essa reestruturação do capitalismo na sua fase neoliberal têm como consequência menos direitos e menos democracia. É só ver a experiência do Chile e o que está acontecendo em países da Europa, nos Estados Unidos e no Brasil.

Constituição violentada

No Brasil, a própria democracia liberal, que é a base da Constituição de 1988, foi violentada nos artigos que tratam das garantias sociais, dos direitos civis e dos direitos políticos, e de políticas sociais como saúde, assistência social, previdência e educação. A chamada Constituição Cidadã foi violentada e adulterada por essa nova construção hegemônica do neoliberalismo, por essa nova ordem autoritária iniciada a partir do golpe de 2016, seguido por uma eleição manipulada e pela prisão de Lula, para dar lugar a um governo que é, a um só tempo, violento, racista, misógino, homofóbico, inculto, indiferente e perverso. Essa foi a escolha que a classe dominante brasileira fez para viabilizar o seu programa neoliberal e ainda vetar e criminalizar a esquerda. Não é um fato qualquer, ele tem um objetivo estratégico.

Essa ofensiva contra os direitos humanos no Brasil é uma tradução para a construção autoritária do mecanismo de defesa americano com a lógica da morte, da arma, do conflito, do conceito de inimigo, inclusive no direito penal

– chamado direito penal do inimigo –, da lógica do estado policial nas investigações e do uso da força-tarefa. Essas são lições do Departamento de Estado dos Estados Unidos, principalmente após a crise das Torres Gêmeas, para a perseguição mundial contra os muçulmanos e a legalização da tortura como a legitimidade de que os fins justificavam os meios. Tudo através de um processo de um capitalismo que já vinha se desenvolvendo, de uma globalização, de uma financeirização e criação de instituições globalizadas que estabelecem uma governança.

A Ação Penal nº 470² foi o ensaio, a experiência de como se conceituar o domínio de fato, o conceito de organização criminosa, e a justiça enquanto espetáculo. Portanto, ali nós fomos colocados como alvo³ de uma nova maneira de perceber o direito penal do inimigo. É uma influência do direito penal norte-americano. E acho que o que estava em jogo era uma concepção americana do processo investigatório, do processo de julgamento, tendo como objetivo a liquidação das pessoas. Não é a liquidação física como fazia a ditadura, é a liquidação da reputação, da imagem; não interessa a prova, interessa a convicção, isso é o conceito clássico do direito penal do inimigo e do domínio do fato.

Portanto, as experiências que nós realizamos na América do Sul – no Brasil, na Argentina, Chile, Bolívia, Venezuela – foram todas destruídas, violentadas; mesmo sendo experiências de um reformismo de baixa intensidade e com limitações, elas não atenderam aos interesses geopolíticos

2 Nota dos editores: A Ação Penal nº 470 julgou o que ficou conhecido como “Mensalão” e foi baseada na teoria do domínio do fato. Obs.: todas notas de rodapé deste texto foram produzidas pelos editores; assim, as próximas não trarão essa identificação.

3 José Genoíno era o presidente do PT à época e foi um dos presos do “Mensalão”. Sua inocência só foi admitida em 2020, 15 anos depois do início do processo.

da reestruturação capitalista. E essa reestruturação está sendo implantada agora, através de um processo autoritário para introduzir a indústria 4.0, a robótica, a inteligência artificial, em que jogam homens e mulheres numa condição não de direitos, mas na condição de coisas.

A ordem é um caso de polícia

As ideias de dignidade do trabalho e do estatuto do trabalho produzidas nas lutas da classe trabalhadora no século XIX hoje são negadas pelo neoliberalismo de maneira radical e violenta, desse neoliberalismo que é uma mistura do que há de mais moderno no capitalismo, aparentemente, com o que há de mais conservador na história da humanidade. A um só tempo ele junta escravismo, feudalismo, acumulação primitiva e financeirização do sistema de monopólio para exercer a dominação.

Vamos trazer essa discussão para o Brasil. O sistema político brasileiro tem uma tradição autoritária, o Estado brasileiro nasceu com DNA autoritário, se analisarmos as rebeliões coloniais, as rebeliões imperiais, o surgimento da classe operária e suas greves tratadas como caso de polícia. Isso mostra que a ordem interna sempre foi tratada com um nível de arbítrio, de violência e de autoritarismo.

Forças Armadas

No Brasil, as Forças Armadas nasceram com Canudos, com a Guerra do Paraguai, nasceram na República da Espada, na Proclamação da República – que foi militarizada na República – e se fortaleceram principalmente pós-Revolução de 1930, numa estratégia de Guerra Fria, de submissão radical aos Estados Unidos. Neste ponto, portanto, há uma cultura militar e de segurança pública no Brasil que repro-

duz esse caráter de classe, de exclusão e de preconceito. Por quê? Porque a classe dominante no Brasil tem herança escravocrata, que não só se expressa na repressão e na violência, como também no patriarcalismo e no racismo – só que é um racismo camuflado – e no preconceito à comunidade LGTBQI+ e na eliminação das populações originárias.

As Forças Armadas, hoje, se constituem numa casta; deveriam, no entanto, estar subordinadas ao poder civil, uma vez que o ministro da defesa não pode ser um militar. E quais são os desafios da defesa nacional? O principal é assumir uma integração não subalterna do mundo; é aquilo que o ex-ministro Celso Amorim⁴ fala de uma soberania ativa e altiva, e é o que o mundo está exigindo. Essa nova geopolítica vai colocar grandes desafios, mesmo porque a América do Sul é um subcontinente com a maior reserva de água, de proteína animal e vegetal, de petróleo, de minérios e de áreas disponíveis para a agricultura. Portanto, a América do Sul é estratégica na geopolítica mundial. Quando propúnhamos a integração regional, o objetivo era construir não só as nossas identidades, mas todos os interesses que lhes são complementares. Nós temos de retomar essa estratégia.

Avalio que a Comissão Nacional da Verdade⁵ deveria ter sido instalada em 2003, e não somente em 2011, e que deveríamos ter trabalhado com uma proposta para que as Forças Armadas tivessem atuação focada na estratégia nacional da defesa. Essa estratégia nacional da defesa foi aceita e não assimilada porque o processo de mudança, de

4 Celso Amorim foi ministro de Relações Internacionais entre 2003 e 2010, nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ministro da Defesa entre 2011 e 2014, no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff.

5 A Comissão Nacional da Verdade foi instalada no governo Dilma Rousseff com o objetivo de apurar as violações aos direitos humanos praticadas na ditadura civil-militar brasileira.

um novo pensamento militar, de estratégia que quebrasse a hegemonia americana, com os conceitos do povo como inimigo e de aliança com a segurança pública, envolveria alterar a formação dos pressupostos de uma política de defesa. Nós defendíamos⁶, por exemplo, o controle do espaço aéreo, do Atlântico, do Pré-Sal e da internet. E hoje esses projetos foram sucateados, inclusive com a concessão da base de Alcântara, que é um grande equívoco. As Forças Armadas, por orientação da hegemonia americana, foram incorporadas, foram capturadas para a ideia de marxismo cultural, de combater o politicamente correto. Essa reação foi articulada com o conceito da família, pátria e Deus, um conceito conservador e autoritário, que voltou com uma visão autoritária. Portanto, essa instituição tem de ser reformulada.

Populações originárias

As populações indígenas originárias e quilombolas sempre foram encaradas pelo Estado brasileiro como se fossem impuras, como se fossem o inimigo. E o neoliberalismo, do ponto de vista ideológico, radicaliza a ideia de que as pessoas são coisas ou consumidores. Você não é um cidadão pleno, você não tem vontade, não tem direitos; se você não for consumidor daquilo que lhe é oferecido, você é uma coisa. Ele procura exercer uma dominação cultural e ideológica, tentando mostrar que o capitalismo é uma espécie de eternidade, que é mais fácil acabar com a pandemia ou com um terremoto do que acabar com o capitalismo. Então, cria-se uma transcendência, que entra nos corações e mentes desses segmentos do senso comum da população em que tudo se justifica. Assim, passa a ser normal a violência con-

⁶ José Genoíno foi assessor especial do ministro da Defesa Nelson Jobim, no governo Dilma Rousseff.

tra a mulher, a violência contra a comunidade LGBTQI+, contra o povo negro, a juventude da periferia e a juventude negra. Passa a ser normal a violência contra os índios, como que está acontecendo na Amazônia através da pandemia; é “normal” o que acontece com os quilombolas. Cria-se uma normalidade que é a base do autoritarismo, seja pela via da ação aberta, como foi a ditadura militar, seja pela via da ação dissimulada.

Estamos vivendo hoje no Brasil a construção de uma ordem autoritária. Essa ordem tem um marco – o golpe de 2016 – e vai se formando por dentro das instituições do Estado, vai mudando as regras do direito penal, as regras da investigação, vai mudando as regras de conceituação dos governos sociais, de como o Estado se relaciona com a sociedade, de como se produz auto-organização. Nesse campo, temos de admitir que, no que se refere aos direitos humanos e à segurança pública, cometemos alguns equívocos que tiveram consequências. As leis da Ficha Limpa, da organização criminosa, da delação premiada, da lei antiterror, foram iniciativas surgidas no nosso governo e temos de fazer um ajuste de contas com isso. Em vez de enfrentarmos esse caráter autoritário, mandonista, do Estado brasileiro, não o fizemos. Não realizamos uma grande reforma no papel das Forças Armadas, no papel da segurança pública, e existiam condições para isso na época em que éramos governo.

Constituinte de 1988

Como deputado federal, participei da Constituição de 1988 e a bancada do PT estava certa quando fez uma declaração de voto para dizer que o sistema de justiça não mudou nada. Queríamos eliminar a Justiça Militar e não conseguimos, queríamos que o Supremo Tribunal Federal fosse um

tribunal só constitucional, com mandato, e não com permanência eterna, e perdemos; queríamos democratizar o processo de controle público sobre o Poder Judiciário e fomos derrotados.

Na Constituinte, tivemos um enfrentamento razoável para retirar a expressão “a lei e a ordem” do Artigo 142, já que cabe tudo dentro dela. E no Artigo 144, que trata da segurança pública, o conceito não é a segurança em função da defesa da vida, da sociedade, do direito e da ordem democrática; é a segurança associada à ordem e ao patrimônio, não em defesa de uma ordem democrática, de direitos. E o parágrafo 6º do Artigo 144 diz que as polícias são forças auxiliares e de reserva do Exército. Em vez de a segurança pública ser encarada somente com o uso da força, da inteligência e da interação, ela é usada como uma força de guerra, um braço reserva e auxiliar das Forças Armadas. E as Forças Armadas, em vez de se voltarem para as grandes questões da defesa nacional, que é a área do espaço, dos oceanos, das fronteiras, voltam-se para o poder interno baseado no amplo conceito da lei e da ordem. É um equívoco, é a visão autoritária da guerra interna, do inimigo interno. É a mesma visão preconceituosa expressa por um vice-presidente da República de que o povo brasileiro é produto “da malemolência do índio e da magia do negro e do ibérico”⁷. É essa visão preconceituosa que a elite nacional tem do povo brasileiro. Devemos combater essa visão cultural e ideológica, defendendo a diversidade ideológica, étnica e cultural do nosso povo, sem preconceito.

Hoje temos três poderes: a farda, que é a tutela militarizada; a toga – principalmente a Justiça de primeira e se-

⁷ Declaração do general Hamilton Mourão, vice-presidente da República, na campanha eleitoral de 2018, amplamente divulgada pelos meios de comunicação.

gunda instâncias –; e o sistema midiático. Esses três poderes deram o golpe e fizeram o maior instrumento de autoritarismo pró-EUA, que foi a Operação Lava Jato. Isso tudo está se revelando agora, mostrando as relações estratégicas da dominação americana com a Lava Jato a partir de documentos.

Já disse anteriormente que tentamos enfrentar essa questão com a estratégia nacional de defesa, que foi aceita, mas, lamentavelmente, não foi assimilada. E o que aconteceu em 2016 foi profundo, primeiro porque os Estados Unidos – como potência hegemônica da América do Sul – exerceram um redesenho geopolítico para uma submissão do Brasil e das Forças Armadas a essa hegemonia, levantando o fantasma da guerra contra a China, contra o politicamente correto, o marxismo cultural e de uma guerra revolucionária para, com base na política da Lava Jato, incentivar o processo de veto à esquerda. Muitos viram os tuítes postados durante o julgamento do *habeas corpus* de Lula, através do comandante do Exército⁸.

As Forças Armadas foram concebidas como se estivessem acima de tudo e de todos; elas não estão *sub judice* e têm até uma justiça militar própria e um corporativismo militarizado. Hoje, esse estado autoritário, sob a tutela militarizada das Forças Armadas e de um protagonismo da Justiça e do aparelho judicial, está tentando conduzir Jair Bolsonaro para uma espécie de enquadramento, não sei até quando. Se esse processo não der certo em nome dos interesses estratégicos do neoliberalismo, se busca uma solução por cima, isto é, uma solução sem o povo.

8 General Eduardo Villas Bôas. O julgamento citado aconteceu em 4 de junho de 2018 e um dos comentários postados no *Twitter* pelo general dizia: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”.

Sistemas autoritários

Quando falo do sistema de justiça do Brasil estou falando da investigação, da denúncia e do julgamento. Temos um sistema de justiça autoritário, elitista e conservador. Avalio que a esquerda teve ilusões nesse sistema de justiça e acreditou numa neutralidade que nunca existiu. É só ver o que aconteceu em 1946, o que aconteceu com a extradição da esposa de Luís Carlos Prestes⁹, o que aconteceu com o golpe de 1964 e com os processos envolvendo o período do autoritarismo. Há uma frase do ex-deputado Ulysses Guimarães que não esqueço: “O Poder Judiciário não é poder porque lá não tem rampa; rampa é um povo que sobe e desce, rampa é no Legislativo e no Executivo porque o povo vota”.

Para nós, uma solução tem de ser a radicalização da democracia, a radicalização com eleições. O momento atual chama a atenção porque estamos vivendo uma crise sanitária, uma crise econômico-social, uma crise institucional, uma crise sistêmica. Neste momento, o imediato vira futuro, o estratégico traz o tático, e aquilo que está na flor da vida acaba revelando o que está no coração das pessoas. Portanto, temos de tratar esses temas com uma certa profundidade. Como é que nós vamos viabilizar um pacto democrático para valer no Brasil sem uma nova Constituição? Não tem como! Porque essa que está aí já foi para o lixo. Ela é molambo, ela é uma roupagem, porque aquilo que era o avanço da Constituição de 1988 foi liquidado. Quando participamos da Constituinte, Lula¹⁰ fez uma declaração citando as cinco questões que levavam o PT a declarar o voto. Primeiro, as

9 Olga Benário Prestes, militante comunista, foi extraditada pelo governo brasileiro para a Alemanha nazista em 1936, onde foi imediatamente presa. Foi executada em câmara de gás em 1942.

10 Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito em 1986 como deputado constituinte. Foi o único mandato parlamentar que exerceu.

cláusulas de propriedade; segundo, o papel das Forças Armadas e da segurança pública; terceiro, os meios de comunicação; quarto, o sistema de justiça; e quinto, a tortura não ser conceituada como crime contra a humanidade.

Por uma alternativa democrática e socialista

Estamos diante de uma grande encruzilhada, que tem de ser solucionada, já que a crise por si só não dá conta. Ela por si só é a barbárie; na crise por si só, vão dar um jeitinho de buscar uma solução para aumentar a concentração da riqueza e da renda e continuar o “velho normal”. Temos de ter uma alternativa política e essa alternativa é democrática, é socialista. Desde que a CUT foi fundada, a hegemonia neoliberal criou um credo. Qual era o credo do neoliberalismo? Estado mínimo, privatização, corte de gastos. Hoje, esse credo neoliberal está no chão com a pandemia.

Temos de colocar uma alternativa diante desse credo. Nesse sentido, para mim, a questão dos direitos humanos é peça fundamental. Como vamos discutir democracia e o direito à vida se não se coloca a defesa da vida contra a violência da polícia? Se não se coloca a defesa de vida contra o paternalismo, contra o racismo, contra o machismo, contra o preconceito e a intolerância? Se não se coloca a defesa da vida enfrentando, inclusive culturalmente, essas manifestações de intolerância e preconceito que estão se espalhando? É preciso combater aquela ideia de que a política tem de ser negada para construir o conflito, o inimigo tem de ser eliminado; por isso, quando se olha o discurso da morte, da arma, essa dominação se realiza com a morte, é uma espécie de darwinismo social: através da “evolução”, vão-se eliminando as populações débeis, carentes e vulneráveis.

Nós, como militantes de esquerda, temos de ser huma-

nistas, libertários, democratas, socialistas, e construir uma alternativa de emancipação. Não é apenas uma alternativa liberal, é uma emancipação do ser humano de maneira completa, totalizante. Por isso, o tema dos direitos humanos tem de ser colocado dentro dessa visão estratégica. A classe trabalhadora, ao lutar por salário, por emprego, muitas vezes não compreende que é necessário, também, lutar contra a violência policial, reafirmar os direitos humanos, ser contra o machismo e o racismo. Temos de alargar o conceito horizontal da pauta democrática.

Direitos humanos e democracia

A democracia não é apenas uma engenharia de como governar. A democracia é direito e soberania popular; sem direitos e sem soberania popular, a democracia é apenas um modo de governar. Para mim, a esquerda tem de radicalizar a ideia da democracia. Eu voltaria toda a experiência da luta democrática dos trabalhadores do mundo, principalmente tendo como marco aqueles documentos a que me referi, da Revolução Americana, da Revolução Francesa, ligando a democracia com direitos sociais. Portanto, neste momento, temos de unir direitos humanos e democracia, direitos humanos e direitos sociais; é como juntar a carne e o sangue, uma coisa não existe sem a outra. Não dá para separar. Nesse sentido, avalio que o movimento sindical avançará muito se tiver essa visão dos direitos humanos como parte integrante de uma agenda emancipadora, de uma agenda libertária.

Para mim, é necessário também uma mudança da institucionalidade estatal. As instituições precisam ser refundadas: o Ministério Público, criado na Constituinte de 1988, precisa ter controle, ter freios e contra-freios; o sistema de política, o sistema de justiça precisam ser refundados; as

instituições estatais precisam de uma redemocratização. Existem castas dentro do Estado, a casta civil e a casta militar. A casta militar é muito forte e a própria Nova República foi produto de um acordo: não se promoviam os militares ligados à repressão e nem eles seriam julgados. Foi a Lei da Anistia que estabeleceu crimes conexos. Para se ter uma ideia, na Constituinte nós perdemos a votação que considerava a tortura como crime imprescritível e a palavra imprescritível foi retirada, e até hoje essa questão não foi colocada. E aí, quando a gente estabeleceu a Comissão da Verdade, o projeto de lei foi bom, mas a condução não foi a melhor. Para a Comissão da Verdade, o mínimo esperado era eles [militares] assumirem que houve o terrorismo de Estado e reparar um pedido de desculpa para o país, porque isso diz respeito à narrativa do que aconteceu com o terrorismo. E isso nós não tivemos.

É necessário substantivar a democracia. O que é isso? O conteúdo dela é de direitos, é combater o racismo, o patriarcalismo. A democracia tem de proteger da LGBTQI+fobia, proteger as populações vulneráveis. A democracia não é apenas uma forma, uma engenharia, ele tem de instituir direitos dentro do conceito de emancipação. Nesse sentido, a democracia tem essa perna. E qual é a outra perna? É a soberania popular. O poder emana do povo. E neste momento, não dá para falar em democracia sem propor a saída de Bolsonaro. Portanto, o PT, a CUT e a esquerda não podem aceitar esse manifesto que fala genericamente sobre democracia, mas não concretiza o “Fora Bolsonaro”¹¹. No meu modo de ver, seria um equívoco e, se a esquerda entrar nessa, vai apenas legitimar uma saída pelo alto que é: “Va-

11 O “Manifesto pela Democracia” foi lançado em 2020 e foi assinado por representantes de vários segmentos, mas apenas reafirmou a defesa do sistema democrático, sem defender a saída de Jair Bolsonaro do poder.

mos mudar alguma coisa para que o povo não mude”. Eles temem uma solução por baixo.

Temos uma tarefa gigantesca

A pós-pandemia coloca um desafio monumental, que é a crise sanitária e a crise econômico-social. Precisamos lutar para garantir, primeiro, o auxílio emergencial enquanto a pandemia persistir; segundo, garantir o emprego; terceiro, garantir o Sistema Único de Saúde revogando a PEC 95¹²; em quarto lugar, é necessário desenvolver um projeto de reconversão industrial para viabilizarmos questões como saúde e pesquisa; quinto, taxar os mais ricos para financiar isso. Para mim é claro que quem deve pagar essa conta é o sistema financeiro, os grandes monopólios e temos de deixar claro qual é o nosso objetivo em relação a essas mudanças.

É um programa de mudança estrutural. Por exemplo, no início do século XXI, o foco foi a questão do meio ambiente. E agora? A saúde precisa de um sistema único de caráter mundial, um sistema de quebra das patentes. É necessário um financiamento da saúde porque a vida das pessoas está em risco. Então, temos de defender a vida. O que é que nos diferencia dos neoliberais? Defender a vida não é só assistencialismo, é assistência, é comida, é emprego, mas também é mudança na estrutura econômica do Estado brasileiro.

Como é que a gente se diferencia na democracia? Com “Fora esse governo e fora Mourão”. Queremos novas eleições, porque com esse golpe contra a democracia temos de chamar e sensibilizar o povo. Ele tem de ser chamado a

12 A Emenda Constitucional 95 foi aprovada em 2016 e fixa o teto de gastos públicos, o que tem, neste momento de pandemia, limitado a atuação do Sistema Único de Saúde.

deliberar sobre o mandato presidencial e votar novamente para presidente da República.

Neste processo que estamos vivendo, a ordem autoritária, na verdade, foi estabelecida porque, primeiro, a Nova República de Tancredo Neves e José Sarney¹³ nunca foi assimilada pelos militares, porque houve um acordo pelo alto; segundo, a Constituinte não mexeu nas estruturas de democratização radical do Estado; e terceiro, quando a Comissão da Verdade foi estabelecida deveríamos ter conduzido o trabalho de forma a construir uma narrativa de que houve terrorismo para que houvesse um pedido de desculpa. No mínimo, isso.

Enfim, temos uma tarefa gigantesca: combater a pandemia com um programa emergencial (a CUT, inclusive, subscreve os programas defendidos pelas frentes articuladas pelos movimentos sociais, sindical e partidos de esquerda); trabalhar com programa social em defesa do emprego, da renda e do auxílio emergencial durante a crise – e será uma crise econômica e social profunda, pois este governo não tem solução para ela. Portanto, temos de enfrentar essas três crises com uma estratégia de acumulação de forças.

Por isso, não concordo com essas frentes amplas. Defendo uma frente democrática, popular, progressista e que indique claramente mudanças estruturais. Com as frentes amplas, podemos fazer alianças pontuais e episódicas, como, por exemplo, combater a violência das milícias neofascistas. Aliás, o problema da milícia tem a ver com a história da segurança pública no Brasil. Ela sempre existiu como um braço informal e ilegal, com pistoleiros e mata-

13 Os primeiros civis eleitos indiretamente em 1985 para a Presidência depois da ditadura civil-militar, inaugurando o período que foi denominado de Nova República.

dores – é um processo de violência, de militarização que sempre existiu ao longo da nossa história.

As instituições democráticas no Brasil estão em frangalhos, depois do golpe sem fato concreto, de uma eleição manipulada e uma prisão ilegal (de Lula). Isso foi um cavalo de pau na democracia. E, como já disse, essas instituições estão expressas hoje na toga, na farda e num grande sistema midiático. Precisamos de uma nova organização das instituições e defendo que trabalhem com a perspectiva de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Finalmente, reforço que esta crise institucional tem de ser solucionada através de uma ampla mobilização. Avalio que o processo eleitoral tem de ser casado com mobilização de rua. Eu participei muito da luta institucional e hoje faço uma reavaliação: nós tínhamos de ter um pé na eleição e um pé na luta social. Por isso é que me dedico mais a essa formação da militância social e política da esquerda e dos movimentos populares.

Uma tipificação do fenômeno da violência antissindical na Colômbia e comparações com a violência antissindical atual no Brasil

Jana Silverman

PhD em Economia Social e do Trabalho pela Unicamp, ativista e assessora sindical nos EUA, integrante da Comissão Diretora da US Network for Democracy in Brazil (Rede Norte-americana para a Democracia no Brasil) e do Comitê Internacional, Subcomissão para as Américas dos Democratic Socialists of America (DSA)

“Vivimos en un país que olvida sus mejores rostros, sus mejores impulsos, y la vida seguirá en su monotonía irremediable, de espaldas a los que nos dan la razón de ser y de seguir viviendo”.

Hector Abad Faciolince,
El olvido que seremos (2006, p. 247)

A violência antissindical não é um fenômeno novo nem raro no contexto das relações capital-trabalho. Ela tem suas origens nos tempos da acumulação primitiva do capital nos países da Europa e nos EUA, com as detenções arbitrárias e violência física praticadas pelas forças de Estado

contra os organizadores dos sindicatos emergentes nos setores da mineração, agricultura, tecelagem e confecções, entre outros. Alguns casos emblemáticos nos EUA, além dos celebrados Mártires de Chicago – executados em 1887 por terem liderado lutas em favor da jornada de trabalho de oito horas –, são a greve dos trabalhadores ferroviários da empresa Pullman, em 1894, que terminou no massacre de 30 trabalhadores por parte de agentes de segurança paraestatais, e a dos trabalhadores da indústria de tecelagem de seda na cidade de Paterson, em 1913, que levou à detenção arbitrária de mais de 1.850 grevistas e ativistas sindicais. Essa violência foi utilizada para inibir a criação de sindicatos, acabar com as greves e criminalizar os dirigentes sindicais, para permitir uma maior exploração dos trabalhadores por parte da classe patronal, mas sem introduzir quebras na ordem jurídica e política naqueles momentos. Nos países em via de desenvolvimento, especificamente da América Latina, temos visto o uso sistemático e intenso da violência antissindical por parte do Estado em momentos de ruptura democrática, como, por exemplo, durante os regimes burocrático-autoritários na América do Sul na segunda metade do século XX.

Segundo a Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça da Central Única dos Trabalhadores (CUT), 141 dirigentes e ativistas sindicais foram assassinados ou desapareceram durante a ditadura militar de 1964-1985, sendo 101 do setor rural e 40 do setor urbano (CUT, 2015, p. 33). Da mesma forma, os números de vítimas sindicais dos regimes ditatoriais de outros países sul-americanos como Chile, Argentina e Uruguai chegaram aos milhares.

Contudo, a dinâmica da violência antissindical na Colômbia não se enquadra claramente em nenhuma dessas duas tipificações. O país vivenciou uma guerra civil de baixa

intensidade entre grupos guerrilheiros, por um lado, e forças militares e paramilitares, por outro, por mais de 56 anos. O conflito armado interno coincidiu com o momento mais sangrento de violência antissindical que, segundo a *Escuela Nacional Sindical* (2020, p. 29), durou de 1988 a 2012. Porém, durante todo esse período, a Colômbia sempre contou com um governo democrático no sentido formal e institucional. Essa violência sistemática e prolongada não era cometida exclusivamente por forças do Estado; em muitos casos envolvia atores armados não estatais, especialmente os grupos paramilitares de extrema direita e, em menor grau, os grupos guerrilheiros insurgentes das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e do *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). É possível enxergar semelhanças com o fenômeno atual de violência antissindical na Guatemala e em Honduras, onde também existe um conluio entre os representantes de governos formalmente democráticos de direita com membros de grupos paramilitares que são os autores materiais dos crimes violentos praticados contra sindicalistas.

As dimensões da violência antissindical na Colômbia não tem paralelo no mundo contemporâneo. Segundo a base de dados da *Escuela Nacional Sindical*, de Medellín, houve 14.992 violações ao direito à vida, à liberdade e à integridade física a dirigentes e ativistas sindicais na Colômbia no período 1971-2018 (2020, p. 27). Nessas estatísticas, estão documentados 3.240 homicídios, 411 atentados contra a vida, 250 desaparecimentos, 7.317 ameaças de morte, 768 detenções arbitrárias, 1.951 deslocamentos forçados (causando o exílio não voluntário a outras regiões dentro da Colômbia ou a outros países) e 189 sequestros. Nesse período, em todas as regiões do país, 487 organizações sindicais que representam trabalhadores de todos os setores econômicos sofreram os impactos diretos dessa violência cruel e inexplicável.

É importante ressaltar que essa prática não é simplesmente um subproduto da violência mais generalizada gerada pelo conflito interno e o narcotráfico, que tem flagelado o povo colombiano por tantas décadas. É uma violência sistemática, específica e de longa duração, que tem sido praticada por atores estatais e paraestatais, com o apoio explícito ou tácito de empregadores, que efetivamente têm reduzido a influência política e a capacidade institucional do movimento, quantitativa e qualitativamente. Por exemplo, dos 3.240 homicídios de sindicalistas, 932 foram praticados contra dirigentes sindicais – 28,8% do total – uma super-representação dessa categoria, já que os dirigentes representam apenas 17% do número total de trabalhadores afiliados aos sindicatos na Colômbia segundo dados de 2000 (ESCUELA NACIONAL SINDICAL, 2020, p. 35).

Dessa forma, nas últimas duas décadas em particular, uma grande parte das lideranças sindicais (e junto com elas, seu conhecimento, sua capacidade e a memória histórica) foi dizimada sistematicamente através da sua eliminação física. Aliás, vários dos casos emblemáticos de homicídios contra dirigentes sindicais envolviam elementos de violência simbólica, que servia para dissuadir ainda mais os trabalhadores que poderiam se interessar em assumir cargos de liderança dentro das organizações sindicais. Como exemplos desse fenômeno podemos listar os casos emblemáticos do dirigente petroleiro Aura Sara Marrugo, que foi brutalmente sequestrado, torturado e assassinado por integrantes de grupos paramilitares que operavam na cidade de Cartagena, em dezembro de 2001, e o líder do sindicato do setor alimentício Luciano Enrique Romero Molina, cujo corpo foi encontrado amarrado, torturado e esfaqueado no dia 11 de setembro de 2005 na cidade de Valledupar, menos de dez meses após ter voltado de um autoexílio na Espanha,

motivado por ameaças violentas em inúmeras ocasiões (ESCUELA NACIONAL SINDICAL, 2007, p. 72).

Como disse anteriormente, a dinâmica da violência antissindical na Colômbia tem respondido principalmente ao imperativo dos empregadores e governantes de direita e extrema direita para minar a força social, econômica e política dos sindicatos, mas também tem relação com a disputa por territórios geográficos por parte dos atores armados não estatais. Como exemplo, existe uma correlação entre o elevado número de assassinatos de dirigentes e ativistas sindicais da região que concentra a produção bananeira do país (Urabá, no estado de Antioquia) nos anos 1990 e a disputa por controle territorial entre grupos paramilitares de extrema direita e organizações guerrilheiras na época (ESCUELA NACIONAL SINDICAL, 2007, p. 53). Contudo, nem todos os trabalhadores bananeiros assassinados foram vítimas secundárias de uma violência generalizada conduzida por grupos armados opostos. As violações aos direitos humanos dos trabalhadores e dirigentes do sindicato nacional dos trabalhadores da agroindústria também têm muito a ver com seu alto grau de organização sindical e capacidade de negociação coletiva, além de sua politização e enraizamento profundo nas comunidades locais.

Com relação aos professores, a categoria mais impactada estatisticamente pela violência antissindical, com quase 28% dos assassinatos de sindicalistas, a violência sistemática servia para frear não só sua militância, mas também sua atuação social em prol da educação pública nas comunidades onde trabalhavam e moravam. Os professores colombianos estão agrupados na maior confederação sindical do país, a *Federación Colombiana de Trabajadores de la Educación* (FECODE), que tem um histórico importante de mobiliza-

ções e atuação política, na tradição do sindicalismo sociopolítico. Essas lutas em níveis nacional e local contra as políticas econômicas neoliberais, a favor de mais financiamento para a educação pública, contra a exploração do trabalho infantil e contra o conflito armado, têm colocado os professores e dirigentes da FECODE na mira dos grupos políticos de extrema direita e especificamente dos atores armados à margem da lei. Os professores em áreas rurais, em particular, têm sido vitimados por protestarem contra a presença de acampamentos do exército colombiano e de grupos paramilitares em localidades perto das escolas, o que é uma violação do Direito Internacional Humanitário (NOVELLI, 2009, p. 465).

Outro fator que tem acentuado a violência antissindical na Colômbia é a impunidade generalizada e prolongada da maioria dos crimes cometidos contra os trabalhadores sindicalizados, o que mina qualquer efeito dissuasivo que o sistema jurídico poderia fomentar. Apesar da pressão política gerada pelo movimento sindical colombiano e seus aliados em nível nacional e internacional para reduzir essa impunidade, apenas 5% dos casos de violência antissindical em 2015 resultaram em algum tipo de julgamento dos responsáveis materiais ou intelectuais (ESCUELA NACIONAL SINDICAL, 2018, p. 1). Isso é uma leve melhora em comparação com 2010, quando 98% das violações graves dos direitos humanos dos sindicalistas se encontravam na impunidade jurídica total porque, como resultado da atuação política dos sindicatos, o governo colombiano constituiu uma procuradoria especial para investigar esses casos, mas sua eficácia foi limitada devido à pouca capacidade investigativa do Estado e à falta de uma interlocução eficiente com as próprias vítimas.

Violência antissindical no Brasil

A violência antissindical que temos documentado no Brasil desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff tem características e dinâmicas distintas do que temos observado na Colômbia. Algumas das diferenças principais têm a ver com a escala e alcance da violência, que até agora tem sido muito maior na Colômbia, e o fato de que a maioria das violações mais graves contra a vida, a liberdade e a integridade física dos sindicalistas no Brasil se concentra em grande parte no setor rural, enquanto na Colômbia os trabalhadores urbanos são atingidos tanto quanto seus companheiros rurais. Como exemplo, um dos casos mais graves de violência antissindical registrados no Brasil nos últimos anos foi o assassinato de Carlos Cabral Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no Pará, em junho de 2019 (ITUC, 2020, p. 25). Ao mesmo tempo, em 2019, 13 sindicalistas colombianos foram assassinados, oriundos não só do setor rural, mas também do setor da construção civil e da educação. Contudo, é possível ver certa convergência entre o Brasil e a Colômbia com respeito à dinâmica de outras categorias de violações aos direitos humanos dos trabalhadores, como o aumento no número de invasões de sedes sindicais e de acampamentos de trabalhadores rurais e a violência crescente contra grevistas e manifestantes sindicais nos últimos anos no Brasil. Com a extrema fragilidade das instituições democráticas brasileiras, junto com a sobrecarga e parcialidade do sistema judicial, receamos que esses tipos de violências contra sindicalistas e a impunidade para esses crimes aumentem dramaticamente no curto prazo no país.

Neste contexto sombrio, o movimento sindical brasileiro pode aprender com suas contrapartes na Colômbia e tentar adotar algumas de suas estratégias políticas e jurídicas para

fortalecer os processos em busca de verdade e justiça para as violações de direitos humanos que têm acontecido e lutar para garantir a não repetição desses crimes no futuro. Apesar de sua debilidade, o sindicalismo colombiano conseguiu influenciar o debate nacional e internacional sobre direitos humanos. O movimento sindical e seus aliados conseguiram, com sucesso, pressionar a comunidade internacional, e em particular os governos europeus e norte-americanos, para financiar programas para garantir a segurança física dos dirigentes sindicais e para condicionar a implementação de tratados de livre comércio e de projetos de cooperação internacional com o governo colombiano, objetivando uma melhora no cumprimento dos direitos humanos e trabalhistas. O que facilitou esse sucesso foi a coleta sistemática de dados estatisticamente confiáveis sobre o fenômeno da violência antissindical, a colaboração estreita com organizações de direitos humanos e outros movimentos sociais e o uso estratégico de mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos que são integrados à estrutura de organizações como a OIT, ONU e OEA. Agora, mais do que nunca, é preciso que os sindicatos brasileiros unam seus esforços às outras forças sociais e políticas do campo democrático-popular para prevenir um aumento na violência seletiva contra sindicalistas e não permitir que o Brasil vivencie uma tragédia igual à que temos visto na Colômbia.

Referências bibliográficas

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **O golpe militar contra os trabalhadores e as trabalhadoras**: sindicalistas mortos e desaparecidos durante a ditadura militar e a transição civil no Brasil: 1964-1988. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

ESCUELA NACIONAL SINDICAL. **2515 o esa siniestra facilidad para olvidar**: 21 años de asesinatos de sindicalistas en Colombia. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2007.

ESCUELA NACIONAL SINDICAL. **Violencia antisindical:** impunidad y protección a sindicalistas en Colombia: 2012 – 2017. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2018.

ESCUELA NACIONAL SINDICAL. **Violencia antisindical en Colombia:** entre el exterminio a la violación a la libertad sindical. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2020.

FACIOLINCE, H. A. **El olvido que seremos.** Bogotá: Planeta, 2006.

ITUC. **Global Rights Index.** Brussels: ITUC, 2020.

NOVELLI, M. **Guerra en las aulas:** Violencia política contra los sindicatos del sector de la educación en Colombia. El Ágora USB, 9 (3), Julho-Dezembro, 2009.

Direção Executiva da CUT (2019/2023)

Presidente

Sergio Nobre

Vice-Presidente

Vagner Freitas

Secretária-Geral

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral Adjunto

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Administração e Finanças

Ariovaldo de Camargo

Secretária-Adjunta de Administração e Finanças

Maria Aparecida Faria

Secretário de Relações Internacionais

Antonio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Quintino Marques Severo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretário de Comunicação

Roni Anderson Barbosa

Secretário-Adjunto de Comunicação

Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)

Secretário de Cultura

José Celestino (Tino)

Secretário-Adjunto de Cultura

Eduardo Lírio Guterra

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Cristiana Paiva Gomes

Secretário de Relações de Trabalho

Ari Aloraldo do Nascimento

Secretária-Adjunta de Relações de Trabalho

Amanda Gomes Corsino

Secretária da Mulher Trabalhadora
Junéia Batista

Secretária de Saúde do Trabalhador
Madalena Margarida da Silva Teixeira

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador
Maria de Fátima Veloso Cunha

Secretária de Meio Ambiente
Daniel Gaio

Secretária de Mobilização e Movimentos Sociais
Janeslei Albuquerque

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos
Jandyra Uehara

Secretária de Combate ao Racismo
Anatalina Lourenço

Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo
Rosana Sousa Fernandes

Secretária de Organização e Política Sindical
Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical
Jorge de Farias Patrocínio

Diretores Executivos

Aline Marques

Ângela Maria de Melo

Claudio Augustin

Cláudio da Silva Gomes

Francisca Trajano dos Santos

Ismael José Cesar

Ivonete Alves

João Batista (Joãozinho)

José de Ribamar Barroso

Juvândia Moreira Leite

Marcelo Fiorio

Marcelo Rodrigues

Mara Feltes

Maria Josana de Lima

Maria Julia Nogueira

Marize Souza Carvalho

Milton dos Santos Rezende (Miltinho)

Pedro Armengol

Rogério Pantoja

Sandra Regina Santos Bitencourt

Virginia Berriel

Vitor Carvalho

Siga a CUT nas redes sociais

facebook.com/cutbrasil

<https://www.instagram.com/cutbrasil/>

https://twitter.com/cut_brasil

<https://www.youtube.com/cutbrasil>

<https://soundcloud.com/cutbrasil>

Impresso no Brasil por
Realce Produções Gráficas Ltda
Abril de 2021

“O que assistimos nos últimos anos no Brasil é muito mais sério do que a chamada crise da democracia liberal, acentuada com a crise do capitalismo em sua fase neoliberal (2008), que aprofundou, em países de forte tradição democrática, a desconfiança em relação às instituições políticas e o fosso que separa governantes e governados, permitindo no seu rastro a emergência de forças de extrema direita”.

*Sérgio Nobre
Presidente da CUT*

“Este livro é uma tentativa de estimular a reflexão sobre a origem e o desenvolvimento do chamado bolsonarismo em suas múltiplas formas e tendências, um fenômeno que conquistou, rapidamente, um razoável espaço nas lutas sociais e políticas dos últimos oito anos”.

*Jandyra Uehara Alves
Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT*



Apoio

SOLIDARITY
CENTER
AFL-CIO

ISBN: 978-65-994176-2-7



TD

9 786599 417627